



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

LEANDRO GARCIA NIEHUES

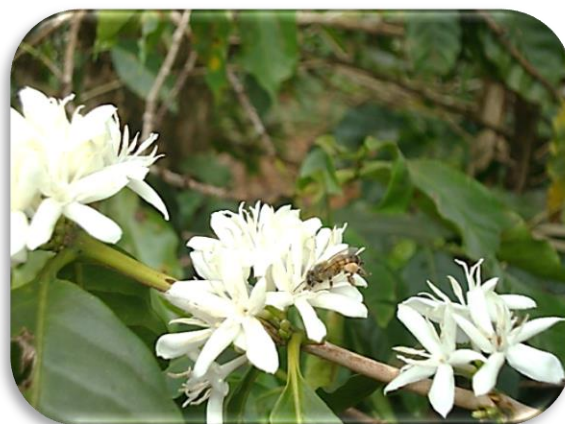
**A CAFEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE LONDRINA (PR):
DESAFIOS E PERSPECTIVAS À PERMANÊNCIA DO
PRODUTOR FAMILIAR**

Londrina
2016



Universidade
Estadual de
Londrina

LEANDRO GARCIA NIEHUES



**A CAFEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE LONDRINA (PR): DESAFIOS E PERSPECTIVAS À
PERMANÊNCIA DO PRODUTOR FAMILIAR**



LONDRINA
2016

LEANDRO GARCIA NIEHUES

**A CAFEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE LONDRINA (PR):
DESAFIOS E PERSPECTIVAS À PERMANÊNCIA DO
PRODUTOR FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ruth Youko Tsukamoto

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

N666a Niehues, Leandro Garcia.

A cafeicultura na Microrregião Geográfica de Londrina (PR) : desafios e perspectivas à permanência do produtor familiar / Leandro Garcia Niehues. - Londrina, 2016.
194 f. : il.

Orientador: Ruth Youko Tsukamoto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Permanência do produtor familiar de café - Tese. 2. Microrregião Geográfica de Londrina - Tese. 3. Agricultura familiar - Tese. 4. Industrialização do campo - Tese. I. Tsukamoto, Ruth Youko. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

LEANDRO GARCIA NIEHUES

**A CAFEICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
DE LONDRINA (PR):
DESAFIOS E PERSPECTIVAS À PERMANÊNCIA DO PRODUTOR
FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
Faculdade de Ciências e Tecnologia –
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof^a. Dr^a. Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 16 de maio de 2016.

À minha amada esposa Isabella, pelo carinho, incentivo e companheirismo ao longo da trajetória desta dissertação.

Ao meus pais Jaime e Mercedes, que me ensinaram os valores da família, do trabalho e do estudo.

Ao meu sogro João Batista Naves, filho de uma família de porcenteiro na lavoura de café que vivenciou, com muita luta, trabalho e suor, em Ibiporã e no Distrito de São Luiz (Londrina), o período do “ouro verde”.

À minha avó Ângela (in memorian), filha de imigrantes espanhóis que chegaram em 1905 ao Brasil e instalaram-se no município de Jaú-SP, onde nasceu, cresceu e trabalhou como colona nos cafezais com a esperança de melhores condições de vida. Suas histórias permanecem vivas em nossa família, como um exemplo de trabalho, coragem, perseverança e alegria.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida.

À minha maravilhosa esposa Isabella.

À Prof^a. Dr^a. Ruth Youko Tsukamoto, pela sua valiosa colaboração, pelo incentivo e pela confiança, principalmente nos momentos mais difíceis da construção do meu saber.

Aos professores Dr^a. Alice Yatyo Asari e Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, pelas significativas contribuições para o aperfeiçoamento de minha dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado entre o período de abril de 2014 a março de 2015.

Aos meus amigos Pedro Guglielmi Junior, pela elaboração dos mapas e pelo apoio à realização desta dissertação, e Wellington de Paula Pereira, pelo auxílio com a língua inglesa e por suas palavras de motivação.

Ao Sr. Francisco Barbosa Lima (MAPA), pela entrevista de fundamental relevância concedida, colaborando para a compreensão dos desdobramentos das políticas do IBC e da dinâmica da cafeicultura paranaense.

Ao Sr. Romeu Gair (EMATER) e Sr. Tumoru Sera (IAPAR), pela disposição, pelos esclarecimentos e pelas referências a respeito da produção de café.

À Sr^a. Lucineia e Sr^a. Eunice, responsáveis pela Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Londrina, pela cordialidade e prestatividade na procura por matérias jornalísticas relacionadas à cafeicultura no Norte do Paraná.

Ao meu sogro, João Batista Naves, pela agradável companhia durante a pesquisa de campo.

Em especial, aos cafeicultores familiares ditos “teimosos” de Londrina, Cambé e Rolândia, pela hospitalidade e cooperação na realização das entrevistas e no compartilhamento de suas vivências na atividade cafeeira.

COLHEITA

[...].

*Era o dia da colheita:
peneiras, panos listados,
rastelos, sacos, jacás,
medidas, canas de milho,
as caboclas embrulhadas
nos panos e nos cumbás
com o chapelão de palha,
sorriso e o rosto de fora,
e gotinhas de café
nos olhos de madrugadas.*

*E os caboclos, reis descalços,
pisam a terra forrada
pelos panos estendidos
sobre o chão ensolarado,
a terra toda enfeitada
por tapetes sobre os quais
vão transpirar gotas de ouro,
os braços dos cafezais.*

[...].

*O fino pó da peneira
que abana folhas e ciscos,
levanta-se para o céu
em grossos rolos de poeira
parecendo a chaminé
de uma fábrica de terra
fabricando sob o sol
milhões de grãos de café.*

[...].

**Café (a poesia da terra e das enxadas)
Ramos (2002, p. 89-94)¹**

¹ Obra publicada originalmente em 1953.

NIEHUES, Leandro Garcia. **A cafeicultura na Microrregião Geográfica de Londrina (PR):** desafios e perspectivas à permanência do produtor familiar. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a permanência dos cafeicultores familiares na Microrregião Geográfica (MRG) de Londrina, que é formada pelos municípios de Londrina, Cambé, Iporã, Rolândia, Pitangueiras e Tamarana. Essa microrregião, localizada no Norte do Paraná, desenvolveu-se com base na atividade cafeeira, tornando-se uma área dinâmica por meio da expansão capitalista, tanto no campo como na cidade. Na década de 1960, verificou-se o apogeu da produção de café no Paraná, tornando Londrina a “Capital Mundial do Café”. Após isso, a produção de café entrou em declínio e foi substituída por lavouras temporárias e pastagens. A geada de 1975, que é um marco na história da cafeicultura do Paraná, transformou a realidade econômica e, principalmente, a social. Hoje, os produtores enfrentam diversas dificuldades de produção, como os baixos preços comercializados na venda do produto, o alto custo de insumos e a carência de mão de obra temporária, que é utilizada, geralmente, para a colheita, além de prejuízos com os fenômenos climáticos, como as geadas. Apesar disso, há ainda um percentual significativo de produtores familiares que permanece nessa atividade. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a permanência desse produtor tendo o café como uma estratégia de reprodução social na MRG de Londrina. Para alcançar esse objetivo, procurou-se: identificar o papel da cafeicultura na renda e na vida do produtor rural; entender as formas de organização socioeconômica dos produtores que ainda permanecem na atividade; investigar a adequação tecnológica praticada pelos cafeicultores conforme as exigências do mercado atual; averiguar as relações sociais de trabalho que predominam na cafeicultura; identificar as políticas públicas direcionadas à cafeicultura. A metodologia de interpretação utilizada foi baseada em pesquisas bibliográficas centradas na agricultura familiar, na industrialização do campo e na estratégia de reprodução social. Outras fontes consultadas foram os jornais e obras das bibliotecas universitárias e do IAPAR. Na metodologia de investigação, foram consultados dados do Censo Agropecuário do IBGE, IPARDES, SEAB e EMATER. A fim de conhecer a realidade do cafeicultor familiar, realizaram-se entrevistas estruturadas com 26 produtores localizados nos municípios de Londrina, Cambé e Rolândia, por haver presença mais significativa dessa produção. A análise dos fatos indicou que a permanência do produtor familiar de café deve-se à possibilidade de auferir renda, o que se considera uma estratégia de reprodução social. Como desafio à permanência deles, novas tecnologias estão sendo apresentadas pelos órgãos de pesquisas e de extensão rural.

Palavras-chave: Permanência do produtor familiar de café. Microrregião Geográfica de Londrina. Agricultura familiar. Industrialização do campo.

NIEHUES, Leandro Garcia. **Coffee cultivation in Londrina's Geographic Micro-region (State of Paraná): challenges and perspectives on coffee-producing families' presence in such activity.** 2016. 194 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

This research aimed to analyse the coffee-producing families' presence in such activity in Londrina's Geographic Micro-region (LGM), which comprises the cities of Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Pitangueiras and Tamarana. This micro-region, located in the north of Paraná, boosted its economy through coffee cultivation and managed to become a dynamic area via capitalist growth both in countryside and in town. In the 1960's, because coffee production reached its heyday, Londrina got known as the "World Capital of Coffee". Coffee production plummets afterwards and is substituted for temporary crops and pasture. The 1975's frost, which was a milestone in the history of Paraná's coffee production, triggered off changes not only in economy but chiefly in social aspects. Nowadays, coffee growers address several production-related problems, such as low prices upon selling, high-priced agricultural inputs, shortage of temporary labour force (mainly for harvesting) and also inclement weather conditions, such as frost. Albeit amidst these hurdles, there is still a considerable amount of coffee-producing families who opt for remaining in this activity. Thus, the goal of this research was to analyse the coffee growers' presence in such activity and coffee as a means of social reproduction in LGM. So as to attain such objective, the role played by coffee cultivation on coffee growers' income and life has been identified as well as the understanding on how coffee growers still in activity organise themselves, socioeconomically speaking; the technology according to current market's requirements used by coffee producers has been investigated; the social relationships at work present in coffee growing have been observed and Government-based policies towards coffee cultivation have also been checked. The methodology of analysis employed in the study has been based upon bibliographic research focussed on family farming, industrialisation process in countryside and on social reproduction strategy. Other sources of information, such as newspapers and IAPAR's and university libraries' books have also been referred to. Concerning the methodology of investigation, the farming-related census data of the following organisations have been analysed: IBGE, IPARDES, SEAB and EMATER. In order to perceive the coffee-producing families' reality, structured interviews with 26 coffee growers who dwell in the cities of Londrina, Cambé and Rolândia have been carried out due to a more intense cultivation of such crop. Factual analysis has shown that coffee-producing families have been in this activity owing to possible income earning, which represents a social reproduction strategy. As a challenge to these coffee growers' presence, new technologies have been presented by research and rural extension organisations.

Keywords: Coffee-producing families' presence in such activity. Londrina's Geographic Micro-region. Family Farming. Industrialisation process in countryside.

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 – Localização da Microrregião de Londrina no estado do Paraná..... | 20 |
| Mapa 2 – Trajetória do café no Brasil..... | 27 |
| Mapa 3 – Regionalização do Norte do Paraná..... | 63 |
| Mapa 4 – Localização das terras colonizadas pela CTNP e CMNP no Paraná..... | 64 |
| Mapa 5 – Locais de aplicação de questionários junto aos cafeicultores..... | 99 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Agência do IBC de Londrina (1961-1962) | 32 |
| Figura 2 – Agência do IBC de Londrina (1962-1969) | 34 |
| Figura 3 – Agência do IBC de Londrina (1969-1990) | 35 |
| Figura 4 – Rede de armazéns do IBC no Norte do Paraná em 1969 | 36 |
| Figura 5 – Parcelamento do solo na área rural da CTNP | 66 |
| Figura 6 – Fragmento da obra “Terra-Vermelha” | 72 |
| Figura 7 – O cafezal depois da “Geada Negra” de julho de 1975 | 78 |
| Figura 8 – Lavoura de café intercalada com mandioca | 108 |
| Figura 9 – Cafezal de 50 anos e milho como cultura alternativa | 108 |
| Figura 10 – Lavoura de amendoim em uma propriedade com café | 109 |
| Figura 11 – Lavoura de café intercalada com aveia | 109 |
| Figura 12 – Avicultura em uma propriedade cafeicultora | 111 |
| Figura 13 – Trabalho de abanação do café | 122 |
| Figura 14 – Mão de obra familiar na secagem do café | 123 |
| Figura 15 – A varrição no cafeeiro | 123 |
| Figura 16 – Modelo de esqueletadeira utilizada no cafezal | 128 |
| Figura 17 – Roçadeira no cafezal | 128 |
| Figura 18 – Trabalho de derriça no pano | 130 |
| Figura 19 – Trabalho de derriça manual com bastão | 131 |
| Figura 20 – Trabalho de derriça manual com escada | 131 |
| Figura 21 – Derriçadeira de café | 132 |
| Figura 22 – Colhedeira de café | 132 |
| Figura 23 – Secagem do café no terreiro | 134 |
| Figura 24 – Terreiro e secador de café | 134 |
| Figura 25 – Secador de café a lenha | 135 |
| Figura 26 – Lavador de café | 136 |
| Figura 27 – Descascador de café cereja e separador do verde | 136 |
| Figura 28 – Pai e filho trabalhando no cafezal | 152 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Localidades de nascimento do cafeicultor (quantidade) | 100 |
| Gráfico 2 – Condição do cafeicultor (%)..... | 101 |
| Gráfico 3 – Faixa etária das famílias cafeicultoras (%) | 103 |
| Gráfico 4 – Tempo de trabalho na atividade cafeeira (%) | 103 |
| Gráfico 5 – Nível de escolaridade das famílias cafeicultoras (%)..... | 105 |
| Gráfico 6 – Uso da terra (ha)..... | 107 |
| Gráfico 7 – Renda familiar mensal (%)..... | 113 |
| Gráfico 8 – Renda da atividade cafeeira (%)..... | 114 |
| Gráfico 9 – Consequências na lavoura de café pela “Geada Negra” de 1975 (%).. | 117 |
| Gráfico 10 – Tempo de permanência do cafezal nas propriedades (%)..... | 119 |
| Gráfico 11 – Área com lavoura de café nas propriedades entre 1975 e 2015 (%).. | 121 |
| Gráfico 12 – Utilização de insumos para a lavoura de café (quantidade)..... | 124 |
| Gráfico 13 – Local de compra dos insumos (quantidade) | 125 |
| Gráfico 14 – Orientação técnica (quantidade) | 126 |
| Gráfico 15 – Aquisição dos equipamentos para a atividade cafeeira (quantidade) | 127 |
| Gráfico 16 – Financiamentos para a atividade cafeeira (%) | 137 |
| Gráfico 17 – Destino da venda do café (%)..... | 139 |
| Gráfico 18 – Tipo de café comercializado (%)..... | 140 |
| Gráfico 19 – Transporte da produção de café (%) | 142 |
| Gráfico 20 – Prejuízos com a produção de café (%) | 144 |
| Gráfico 21 – Dificuldades na produção de café (%) | 146 |
| Gráfico 22 – Está satisfeito com a cafeicultura? (%) | 148 |
| Gráfico 23 – É possível sobreviver apenas com a cafeicultura? (%)..... | 150 |
| Gráfico 24 – Sucessão familiar (%) | 151 |
| Gráfico 25 – É necessário adquirir novas tecnologias? (%) | 155 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Relação das áreas de café com outras atividades | 110 |
| Quadro 2 – Destino das atividades agrícolas complementares | 112 |
| Quadro 3 – Processos de colheita do café | 129 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Evolução da área e da produção de café no Brasil e no Paraná: 1942 a 1975 | 31 |
| Tabela 2 – Produção de Café Arábica e Robusta (em mil sacas beneficiadas) nos estados brasileiros (2010 a 2015) | 43 |
| Tabela 3 – População urbana e rural da MRG de Londrina: 1970 e 1980 | 75 |
| Tabela 4 – Produção brasileira de café por estados (em milhões de sacas beneficiadas) no período de 1961 a 1982 | 76 |
| Tabela 5 – Norte do Paraná: efeito das geadas sobre as safras cafeeiras (em milhões de sacas beneficiadas) | 77 |
| Tabela 6 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950 | 80 |
| Tabela 7 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950 | 80 |
| Tabela 8 – Condição do responsável na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950 | 81 |
| Tabela 9 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960 | 82 |
| Tabela 10 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960 | 83 |
| Tabela 11 – Condição do responsável na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960 | 83 |
| Tabela 12 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970 | 84 |
| Tabela 13 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970 | 85 |
| Tabela 14 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970 | 86 |
| Tabela 15 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980 | 87 |
| Tabela 16 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980 | 87 |
| Tabela 17 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980 | 88 |
| Tabela 18 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006 | 90 |
| Tabela 19 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006 | 91 |
| Tabela 20 – Cafeicultura na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006 | 91 |
| Tabela 21 – Citricultura na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006 | 91 |
| Tabela 22 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006 | 92 |
| Tabela 23 – Área colhida de café e rendimento médio na MRG de Londrina: 1980 a 2014 | 93 |
| Tabela 24 – Produção agrícola de café (em grão) dos municípios da MRG de Londrina: área colhida (ha)..... | 98 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 25 – Tamanho dos estabelecimentos e da área plantada de café | 106 |
|---|-----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ACAPI | Associação dos Cafeicultores de Pitangueiras |
| APAC | Associação Paranaense de Cafeicultores |
| BANESTADO | Banco do Estado do Paraná |
| BCB | Banco Central do Brasil |
| BCML | Bolsa de Cerais e Mercadorias de Londrina |
| CAIs | Complexos Agroindustriais |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCCNP | Centro do Comércio de Café do Norte do Paraná |
| CDPC | Conselho Deliberativo da Política do Café |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| CMNP | Companhia Melhoramentos Norte do Paraná |
| COB | Classificação Oficial Brasileira |
| COCAMAR | Cooperativa de Cafeicultores de Maringá |
| COCARI | Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari |
| COFERCATU | Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| COROL | Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores de Rolândia |
| CREAI | Carteira de Crédito Agrícola e Industrial |
| CTNP | Companhia de Terras Norte do Paraná |
| DAP | Declaração de Aptidão |
| DER/PR | Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná |
| DERAL | Departamento de Economia Rural |
| EMATER | Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EPAMIG | Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais |
| ETR | Estatuto dos Trabalhadores Rurais |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FUNCAFÉ | Fundo de Defesa da Economia Cafeeira |
| GERCA | Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura |
| IAC | Instituto Agrônomo de Campinas |
| IAPAR | Instituto Agrônomo do Paraná |
| IBC | Instituto Brasileiro do Café |

| | |
|------------|---|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| ITCG | Instituto de Terras, Cartografia e Geociências |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MRG | Microrregião Geográfica |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAM | Produção Agrícola Municipal |
| PDA | Plano de Desenvolvimento Agrícola |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNP&D/Café | Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café |
| PNRA | Programa Nacional de Reforma Agrária |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRRC | Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais |
| SAG | Sedes de Agrônomos |
| SEAB | Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento |
| SELAC | Serviços Locais de Assistência à Cafeicultura |
| SERAC | Serviços Regionais de Assistência à Cafeicultura |
| SNCR | Sistema Nacional de Crédito Rural |
| SUMOC | Superintendência da Moeda e do Crédito |
| VBP | Valor Bruto de Produção |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 19 |
| 2 | SITUANDO A QUESTÃO E AS BASES TEÓRICAS DO TEMA | 24 |
| 2.1 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAFEICULTURA BRASILEIRA..... | 25 |
| 2.2 | AS BASES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DA CAFEICULTURA E DO CAFEICULTOR DO NORTE DO PARANÁ..... | 45 |
| 3 | CONTEXTUALIZANDO A CAFEICULTURA NO NORTE DO PARANÁ | 61 |
| 3.1 | A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ..... | 62 |
| 3.2 | A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS REFLEXOS NA CAFEICULTURA PARANAENSE | 73 |
| 4 | A DINÂMICA PRODUTIVA DA CAFEICULTURA FAMILIAR..... | 96 |
| 4.1 | PERFIL DO CAFEICULTOR..... | 99 |
| 4.2 | O USO DA TERRA E A RENDA FAMILIAR DOS CAFEICULTORES..... | 106 |
| 4.2.1 | <i>Uso da terra e a comercialização da produção</i> | <i>106</i> |
| 4.2.2 | <i>Renda familiar da atividade cafeeira e de outras complementares</i> | <i>112</i> |
| 5 | A CAFEICULTURA E O CAFEICULTOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.. | 116 |
| 5.1 | A TRAJETÓRIA DO CAFEICULTOR APÓS A GEADA DE 1975..... | 117 |
| 5.2 | RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E TECNOLOGIA..... | 121 |
| 5.3 | NÍVEL TECNOLÓGICO E CRÉDITO..... | 124 |
| 5.4 | FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ | 138 |
| 5.5 | PREJUÍZOS E DIFICULDADES NA CAFEICULTURA..... | 143 |
| 5.6 | OPINIÕES E PERSPECTIVAS DOS CAFEICULTORES E DA CAFEICULTURA..... | 147 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 157 |

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS..... | 161 |
| APÊNDICES..... | 169 |
| APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os cafeicultores da Microrregião Geográfica de Londrina | 170 |
| APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com funcionário do extinto IBC | 179 |
| APÊNDICE C – Marcos simbólicos ao café presentes na Microrregião Geográfica de Londrina | 181 |
| ANEXOS | 192 |
| ANEXO A – Manchetes dos principais jornais de Londrina referentes à “Geada Negra” de 1975..... | 193 |

1 INTRODUÇÃO

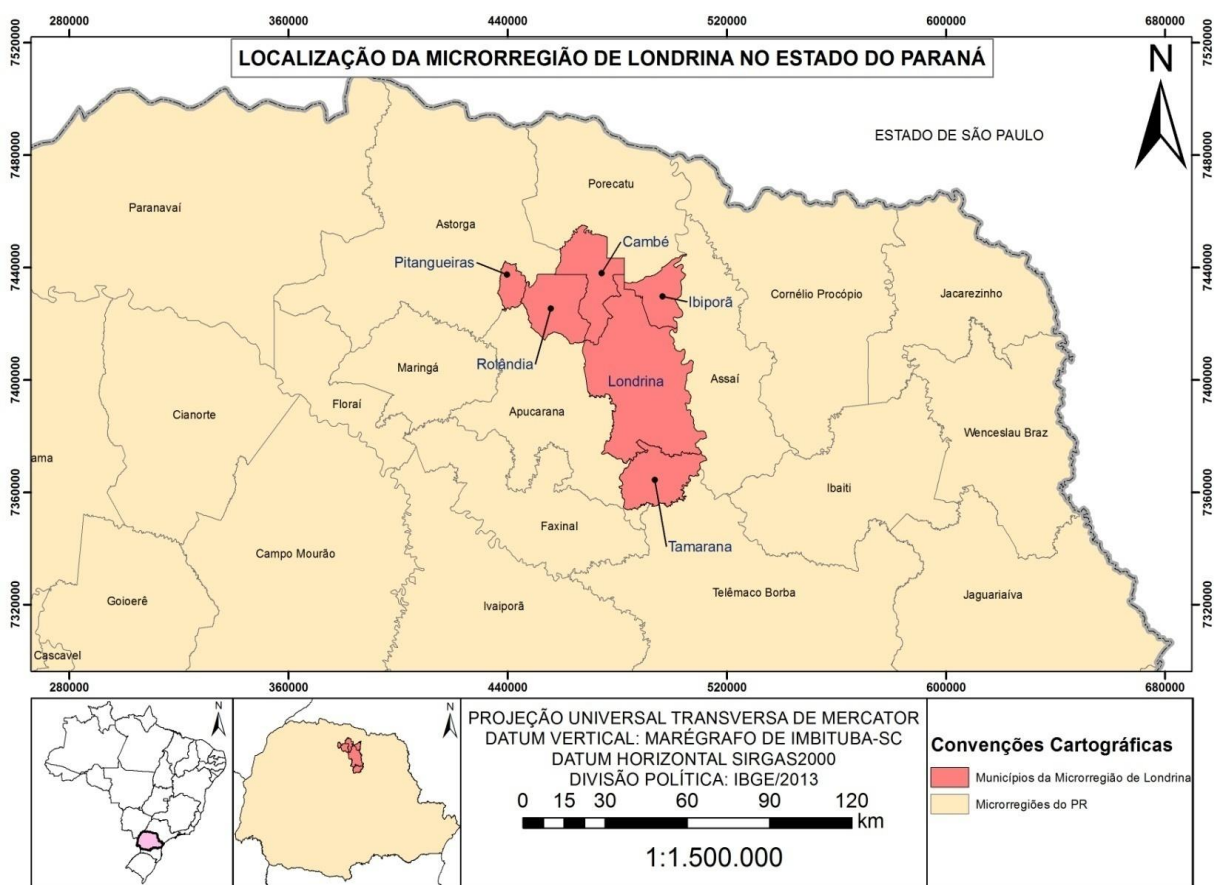
A cafeicultura no Norte do Paraná teve relevância social e econômica até meados da década de 1970, propiciando desenvolvimento para essa região do estado. O tema desta pesquisa trata dos cafeicultores nas unidades de produção familiar que permanecem na atividade mesmo diante das dificuldades de produção. Tais dificuldades são ocasionadas por ações de âmbito econômico e político, tais como os preços baixos para a comercialização do café e a carência de apoio dos governos no incentivo à cafeicultura familiar. Também se acrescentam a esse quadro os fenômenos naturais como as secas, os granizos e, principalmente, as geadas.

Para investigar esse assunto, utilizou-se como recorte espacial a Microrregião Geográfica de Londrina (Mapa 1), composta por seis municípios: Londrina, Ibiporã, Cambé, Rolândia, Pitangueiras e Tamarana. Essa microrregião situa-se na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, área onde a cafeicultura teve papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Ainda hoje, esse cultivo permanece, mas em menor escala.

No que se refere à escala temporal, aborda-se o período de 1950 aos dias de hoje, o que permite analisar o auge e o declínio dessa atividade na microrregião, bem como sua permanência em outras dimensões, tanto tecnológica quanto territorial.

Essa microrregião foi escolhida por ser uma área (com exceção de Tamarana, Ibiporã e parte do município de Londrina) em que ocorreu de fato o processo de ocupação territorial por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujo empreendimento desenvolveu-se com a produção cafeeira.

Londrina, que foi considerada a “Capital Mundial de Café”, já sediou uma agência regional do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) e é sede do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), reconhecida pelo desenvolvimento de cultivares e pesquisas para o combate de pragas e doenças do cafeeiro, além de outros segmentos.

Mapa 1 – Localização da Microrregião de Londrina no estado do Paraná

Fonte: ITCG (2013)

Organizado por: Leandro Garcia Niehues

Elaborado por: Pedro Guglielmi Junior

A microrregião conta, ainda, com diversas indústrias do setor cafeeiro, sendo a Companhia Cacique de Café Solúvel (Londrina) e o Café Itamaraty (Rolândia) grandes destaques nesse cenário. Os marcos simbólicos referentes ao café também são encontrados na microrregião, como o Estádio do Café, a Avenida do Café, o Shopping Center Catuaí, o Hotel Bourbon, o Hotel Sumatra, o Cine Teatro Ouro Verde, o Ribeirão Cafezal, a Rota do Café, o bairro Cafezal, o Conjunto Residencial do Café, o Parque Ouro Verde, a Faculdade Catuaí, o Jardim do Café, o Museu do Café de Ibiporã, o Museu do Café de Rolândia, o Museu do Café do Norte do Paraná, antigos armazéns do IBC para estocagem do café, a sede da extinta Agência Regional do IBC, o Edifício América, o Edifício Pioneiros do Café, entre outros.

Encontram-se também ramos de café no brasão do Londrina Esporte Clube e dos municípios de Londrina, Rolândia, Pitangueiras e Ibiporã. Já o município de Cambé apresenta uma referência ao grão de café no brasão, que é representado

nos portais de entrada da cidade pelas principais rodovias de acesso (vide Apêndice C), e na bandeira do município,

Como justificativa da escolha do tema, ressalta-se que a MRG de Londrina se desenvolveu com base na atividade cafeeira, tornando-se uma área dinâmica pela expansão capitalista, tanto no campo como na cidade. A cafeicultura atraiu migrantes de todas as partes do Brasil e até de outros continentes, objetivando realizar sonhos de prosperar e de alcançar melhores condições de vida para toda a família.

Entretanto, essa cultura sempre esteve exposta às intervenções políticas e às intempéries, culminando com a “Geada Negra” de julho de 1975, retratada nos jornais da época (vide Anexo A). Esse fato é considerado um marco na história do café do Paraná. Vale lembrar que, desde a década de 1960, o cultivo de café estava começando a diminuir devido às políticas de incentivo à sua erradicação, com objetivos de controlar a produção e os seus estoques, bem como tecnificar a agricultura brasileira.

Nesse período, estava ocorrendo o processo de industrialização do campo – com a introdução de culturas temporárias de soja, milho e trigo –, o qual incrementou o uso de maquinários agrícolas, provocando significativa migração do campo para a cidade e alterações na estrutura agrária.

O cultivo do café na MRG de Londrina está em constante decréscimo e sendo substituído por lavouras temporárias, pastagens e, recentemente, pela citricultura. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores, há ainda um percentual significativo de produtores rurais de natureza familiar que permanece nessa atividade, principalmente, nos três municípios mencionados.

Assim, intenta-se nesta pesquisa analisar a permanência do cafeicultor familiar na MRG de Londrina, mesmo com as adversidades enfrentadas após a geada de 1975. Para alcançar tal objetivo, procurou-se investigar o papel da cafeicultura na vida do produtor rural, entender as formas de organização socioeconômica dos produtores que ainda permanecem na atividade, avaliar a adequação tecnológica praticada pelos cafeicultores – conforme as exigências do mercado atual –, averiguar as relações sociais de produção que predominam na cafeicultura, identificar as políticas públicas direcionadas à cafeicultura e os meios alternativos que contribuem para a renda nas unidades familiares da produção cafeeira.

Como metodologia de interpretação foram consultadas obras voltadas à agricultura sob o modo capitalista de produção e suas contradições e a inserção das unidades de produção familiar nesse sistema, procurando entender o seu significado na cafeicultura. Para tanto, baseou-se em obras de Martins (1979), Oliveira (2007), Schneider (2003), Wanderley (2003), Tavares dos Santos (1978), entre outros. Também foram consultadas obras de Artigiani e Arraes (2004) e Bourdieu (2010), as quais contribuíram para entendimento do tema proposto: a permanência de produtores familiares na cafeicultura.

Como metodologia de investigação ou de pesquisa, 26 produtores familiares de café participaram de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, no intuito de obter dados qualitativos e quantitativos para as análises (vide Apêndice A). A fim de conhecer, esclarecer e explorar os conteúdos necessários para a realização da pesquisa, foram feitas diversas entrevistas não estruturadas com técnicos e agrônomos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do IAPAR.

Mais precisamente em relação às atividades desempenhadas pelo extinto IBC, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o engenheiro agrônomo que pertenceu ao quadro de funcionários desta autarquia no Norte do Paraná (vide Apêndice B).

Ademais, foram levantados dados secundários da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/Departamento de Economia Rural (SEAB/DERAL), do IAPAR, do EMATER, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para averiguar o comportamento da produção cafeeira na MRG de Londrina. Para o levantamento bibliográfico, foram acessados teses e periódicos de bibliotecas de instituições universitárias.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro é a Introdução, o segundo intitula-se “Situando a questão e as bases teóricas do tema”, dividido em duas partes, sendo a primeira um resgate da cafeicultura no Brasil e a segunda dedicada ao referencial teórico desta pesquisa, enfatizando as diferentes relações sociais de produção praticadas na cafeicultura, o papel do capital monopolista e a industrialização da agricultura, a sujeição da renda da terra do produtor e a cafeicultura como estratégia de reprodução familiar.

O terceiro capítulo – “Contextualizando a cafeicultura no Norte do Paraná” – traz as discussões da cafeicultura com vistas para a realidade regional. Está dividido em duas partes: a primeira trata da formação territorial do Norte do Paraná, a segunda, sobre o processo de industrialização da agricultura e os reflexos na cafeicultura, mais especificamente na MRG de Londrina.

O capítulo quatro refere-se ao empírico da pesquisa e é denominado “Dinâmica produtiva da cafeicultura familiar”. Esse item está disposto em duas partes, sendo que, na primeira, aborda-se o perfil do cafeicultor, como local de nascimento, condição do produtor, faixa etária das famílias, tempo de trabalho na atividade cafeeira e escolaridade da família. Na segunda parte, destacam-se o uso da terra nas propriedades cafeicultoras e a renda familiar dos produtores.

Faz-se necessário esclarecer que, no quarto capítulo, não está inclusa com maior profundidade a produção cafeeira, por se ter optado dedicar o capítulo quinto à análise da cafeicultura e do cafeicultor, mais detalhadamente, abordando questões pertinentes à trajetória desses produtores após a geada de 1975 e ao quadro atual deles.

No capítulo cinco, tratam-se as relações sociais de produção e a questão da mão de obra, o uso das tecnologias e de financiamentos, a orientação técnica, as formas de comercialização da sua produção, as dificuldades enfrentadas, as opiniões e as perspectivas dos cafeicultores e da cafeicultura, averiguando o nível de satisfação do produtor para sua reprodução social e sucessão familiar.

Ainda nesse item, foram elencadas as novas tecnologias que estão sendo recomendadas ao cafeicultor familiar por parte de técnicos de pesquisa e de extensão para a produção cafeeira, além de uma breve reflexão sobre esse tema.

O intuito desta pesquisa é, também, contribuir academicamente para os estudos relacionados à atividade cafeeira na MRG de Londrina, apontando possíveis indicadores de desenvolvimento social nesse meio.

2 SITUANDO A QUESTÃO E AS BASES TEÓRICAS DO TEMA



2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAFEICULTURA BRASILEIRA

A descoberta do café pelo ser humano é ainda um mistério retratado por diversas lendas e contos. Conta-se uma lenda que o pastor de cabras que se chamava Kaldi, habitante de uma área chamada Kefa, localizada na Abissínia (atual Etiópia), observou que suas cabras ficavam estimuladas quando se alimentavam dos frutos de um arbusto.

Com curiosidade, Kaldi provou o fruto, o que lhe proporcionou mais energia e estímulo (RODRIGUES, 2007). Após esse fato ocorrido em 575 d.C., diversos procedimentos foram criados, ao longo dos séculos, para o consumo desse fruto – o café – e somente no século XIV a torrefação do grão de café foi empregada, o que acarretou a disseminação do seu consumo (ORTEGA; JESUS, 2012).

Nas cidades do Oriente Médio, como Constantinopla, Cairo, Damasco e Meca, o hábito de consumo da bebida foi bastante difundido. Naquela época, também se iniciaram – na península Arábica – as primeiras produções em escala comercial, o que levou a ser incluso nas diversas especiarias que eram comercializadas na Europa. Como refere Martins (1990, p. 4):

A porta de entrada do café na Europa foi a cidade de Veneza, o grande mercado de especiarias e artigos de luxo, centro difusor de produtos finos distribuídos para as cortes europeias. Logo em seguida, os países interessados e que dispunham de frotas, como a Holanda, a Inglaterra, a França e Portugal, passaram a trazê-lo diretamente da África, através das navegações que então aconteciam pelos oceanos Índico e Atlântico.

O café difundiu-se por todo o continente europeu, a princípio como uma bebida almejada e acessível apenas às elites europeias, até se popularizar em seguida. Devido ao crescimento do consumo e ao interesse pela comercialização desse produto, os holandeses iniciaram o cultivo do café a partir de 1616 em suas colônias na Ásia e no Suriname. Além dos holandeses, também os franceses plantaram o café em 1713 em suas colônias no continente americano, principalmente no Haiti e na Guiana Francesa, como destaca Martins (1990, p. 5):

Em princípios do século XVIII, o produto já era francamente aceito, fornecido agora pelas plantações do Haiti, colônia da França, que estimulava seu cultivo em larga escala. Embora bastante divulgado, o produto não se banalizou. Guardou um forte apelo de bebida exótica, rara e cobiçada.

A partir dessa crescente comercialização do produto e do interesse do Brasil em também participar dessa atividade, foi trazida a primeira muda de café da Guiana Francesa no século XVIII. Acredita-se que esse ato remete ao início da cafeicultura no Brasil.

Foi nessas circunstâncias que a *Coffea arábica* (nome científico da planta) chegou ao Brasil, ou seja, como presente elegante, oferecido clandestinamente pela Sra. Orvilliers, esposa do governador de Caiena (capital da Guiana Francesa e vizinha do grande produtor Haiti), ao sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que lá se encontrava no ano de 1727 (MARTINS, 1990, p. 5).

Primeiramente, o café foi cultivado no estado do Pará e expandiu-se para o Nordeste brasileiro. Mesmo com essa expansão territorial, a produção de café era incipiente, mas orientada à exportação, pois “[...] no século XVIII, com a chegada do grão ao Pará, e num contexto do comércio internacional crescente, que sua produção foi potencializada [...]” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 29).

Seu cultivo expande-se para o estado do Rio de Janeiro, então capital federal, em meados da década de 1770. Os grandes fazendeiros da época interessaram-se pelo cultivo do café, tornando-o produto com vistas à exportação, então “[...] a produção ganhou impulso, de fato, quando os fazendeiros fluminenses avaliaram negativamente o mercado internacional de açúcar e resolveram ‘experimentar o café’” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 29).

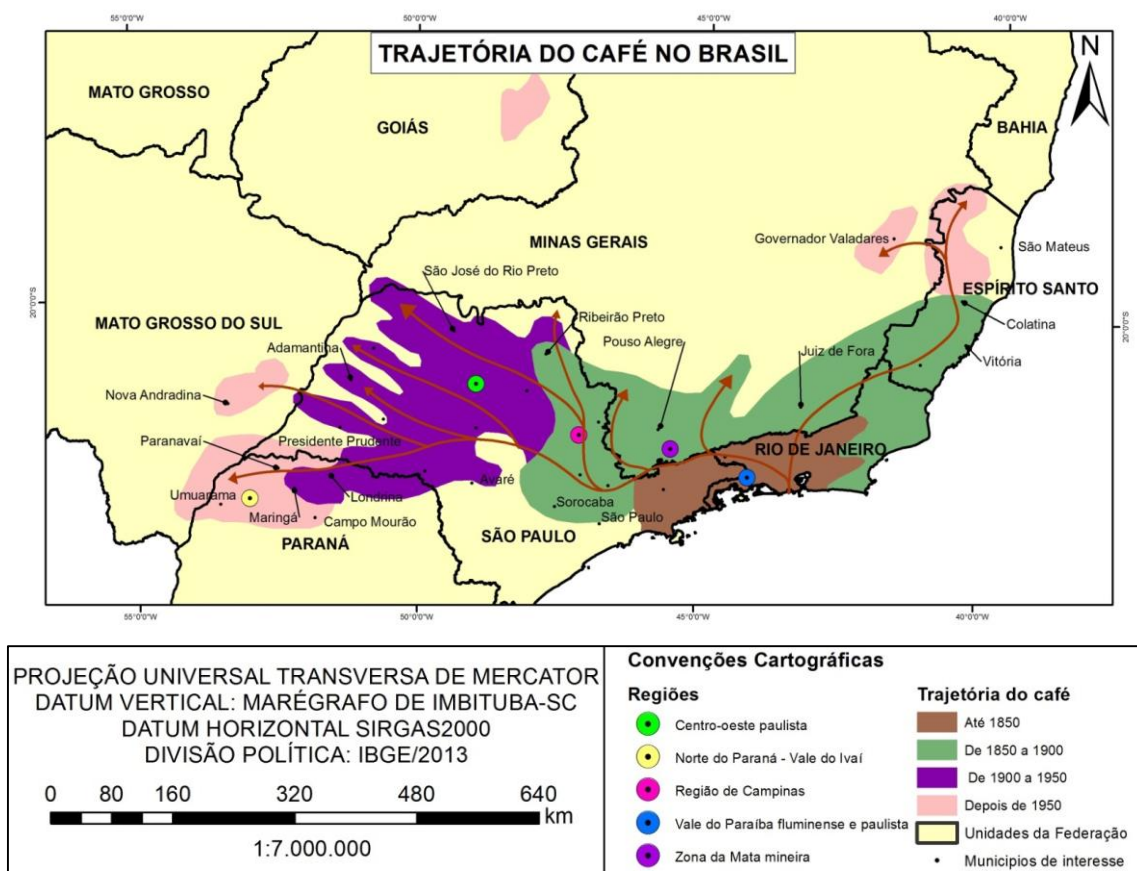
Entende-se, portanto, que o café foi o início de uma nova etapa da economia nacional, após a fase de extração do pau-brasil, do cultivo e da exportação da cana-de-açúcar e do ouro.

O sucesso foi rápido e, já na década de 1830, o café assumiu o primeiro lugar na exportação brasileira, graças ao incentivo do Império que buscava um “novo” produto exportador, em função da crise no mercado de açúcar e da redução da produção aurífera em Minas Gerais (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 30).

A produção de café em larga escala estava localizada, primeiramente, no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo), área onde havia latifúndios, os quais concentravam o poder econômico em um país que, naquela época, era estritamente agrário. De acordo com Ortega e Jesus (2012), entre 1830 e 1870, o Vale do Paraíba foi o primeiro grande produtor de café do Brasil.

Com a crescente demanda no comércio do café, a partir de meados do século XIX a produção brasileira expandiu-se para além do Vale do Paraíba e alcançou as terras do centro-sul capixaba, do sul de Minas Gerais, da região de Campinas e de Ribeirão Preto. Isso formou, naquele período, uma grande área cafeeira. Essa marcha do café pelo território brasileiro se intensificou na primeira metade do século XX para o oeste Paulista e para o Norte do Paraná (Mapa 2).

Mapa 2 – Trajetória do café no Brasil



Fonte: Google Imagens (2014)

Organizado por: Leandro Garcia Niehues

Elaborado por: Pedro Guglielmi Junior

A expansão da cafeicultura paulista promoveu, conseqüentemente, o processo de industrialização desse estado. As riquezas geradas no comércio que se estabeleceu, apoiadas na atividade cafeeira, proporcionaram condições necessárias para a gênese do capital industrial.

Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se desde essa época pela indústria. A. Prado, um dos pioneiros da expansão do café em São Paulo, é também um dos pioneiros da indústria

brasileira. Por outro lado, o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais (SILVA, 1995, p. 91).

Outro fato que possibilitou o desenvolvimento da industrialização de São Paulo refere-se à disponibilidade de mão de obra.

A indústria nascente, em particular a indústria de São Paulo, encontra a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento no mercado de trabalho constituído pela imigração em massa provocada pela expansão cafeeira e organizada pela grande burguesia cafeeira através do Estado que ela controla diretamente (SILVA, 1995, p. 91).

No início do século XX, a produção brasileira de café deparava-se com grande oferta e estoque, resultando em preços baixos desse produto no mercado mundial. Com a iminente expansão da cafeicultura, principalmente no estado de São Paulo, busca-se uma forma de controlar e de amenizar essa situação. Uma medida restritiva à atividade cafeeira foi tomada em 1902, quando “São Paulo tornava proibitiva a plantação e replantação de cafeeiros, por cinco anos” (CANCIAN, 1981, p. 20).

Já em 1906, foi firmado um acordo político chamado Convênio de Taubaté entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a fim de que houvesse uma intervenção do governo federal em defesa dos cafeicultores.

Essa intervenção tinha como propósito a compra por parte do governo federal, estipulada em um preço mínimo do estoque regulador e da produção excedente de café do país. Tratava-se de uma estratégia para manter valorizado seu preço, propiciando equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto no mercado e garantindo renda e lucro aos cafeicultores.

A essência das medidas do Convênio de Taubaté é destacada por Furtado (1963, p. 221):

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o govêrno interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço dêsses empréstimos seria coberto com um nôvo impôsto cobrado em ouro sôbre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Um dos resultados dessas políticas adotadas para a valorização do café por meio do Convênio de Taubaté foi a alta dos preços do produto entre 1908 e 1912, o que levou a expansão da cafeicultura paulista às terras paranaenses. Pode-se entender que a entrada da cafeicultura no Paraná se deu por conta das medidas tomadas pelo Convênio de Taubaté para desencorajar a ampliação da cafeicultura nos grandes estados produtores, como São Paulo.

O Convênio de Taubaté foi desastroso aos cofres públicos, pois, com a fixação do preço mínimo e a compra dos excedentes, “[...] obrigou o estado a se endividar externamente” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 37), mas foi vantajoso aos grandes cafeicultores da época, os quais formavam a oligarquia brasileira.

No entanto, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, “[...] muitos cafeicultores tiveram que se endividar e outros acabaram cessando suas atividades. Para outros, a alternativa foi diversificar seus investimentos” (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 37).

Nessa época, a oligarquia cafeeira foi derrotada pela Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas assumiu o poder. Entretanto, esse governo não abandonou a política cafeeira, pois o café era o principal item da economia brasileira.

Segundo Cancian (1981), para voltar a valorizar o produto, o governo tomou a medida de comprar e incinerar o produto estocado, proibindo o plantio de café por cinco anos por meio de medidas complementares do Decreto nº 19.688, de 11 de fevereiro de 1931 (BRASIL, 1931).

Todavia, os estados produtores mantiveram certa autonomia por meio da realização de convênios. O convênio de 1931, por exemplo, direcionou a proibição do plantio para os estados onde houvesse mais de 50 milhões de pés de café, atendendo, desse modo, às reclamações do estado do Paraná, que era um pequeno produtor na época e acreditava na expansão dessa cultura como indutor da colonização de suas novas terras.

Cancian (1981) destaca que, no intuito de resolver as questões de superprodução e baixos preços, foi criado, em 1933, o Departamento Nacional do Café, com o objetivo de exercer uma política de sustentação do equilíbrio estatístico da produção por meio de incineração, a fim de ajustar a oferta, garantir a melhoria da qualidade do café e sua expansão comercial. A criação desse departamento marca “[...] o início da intervenção sistemática do governo na economia” (CANCIAN,

1981, p. 31), e é mantido pela cobrança de taxas, impostos e multas na comercialização cafeeira.

Em 1935, a saber, firmou-se outro convênio dos estados cafeeiros com o propósito de sustentar as medidas para o controle e o aumento da produção e as constantes oscilações do preço, já definidas no convênio de 1931. Em relação ao convênio de 1935, Cancian (1981, p. 31) afirma:

Em virtude de persistente baixa dos preços e aumento no volume da produção, o convênio cafeeiro dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goiás renovou a proibição do plantio em todo o território nacional, bem como reconheceu o direito, aos estados produtores que ainda não haviam atingido o limite de 50.000.000 pés, de o fazerem.

Depois desse convênio, São Paulo conseguiu reduzir sua produção, diferentemente do Paraná, que ainda não havia atingido o limite acordado para alcançar esses números e ampliar seu parque cafeeiro. Paralelamente, o governo paranaense mantinha esforços para concretizar seus objetivos com a cafeicultura, assim:

[...] em maio de 1935, antes do novo convênio, Manoel Ribas comunicava ao Ministro da Fazenda, [...] que considerava extintas as cláusulas dispostas no convênio até então em vigor. Desejava expandir as plantações sem limite determinado e a abolição das taxas em vigor era considerada o meio de promover o plantio (CANCIAN, 1981, p. 32).

Com esse incentivo e defesa da cafeicultura por parte do governo paranaense, entre as décadas de 1930 e 1960, o café se expandiu no Norte do Paraná na direção oeste. Na MRG de Londrina, a produção de café se iniciou nas décadas de 1930/40, juntamente com o seu processo de ocupação. No entanto, o crescimento dessa atividade na região somente se deu nas décadas de 1950 e 1960, época do auge da produção cafeeira no Paraná devido ao aumento dos preços em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da área e da produção de café no Brasil e no Paraná: 1942 a 1975

| ANO | BRASIL | | PARANÁ | | | |
|------|-----------|--------------|-----------|----------|--------------|--------------|
| | Área (1) | Produção (2) | Área (1) | Área (%) | Produção (2) | Produção (%) |
| 1942 | 2.565.969 | 13,60 | 84.790 | 3,30% | 0,50 | 3,67% |
| 1950 | 2.672.464 | 16,80 | 418.390 | 15,65% | 3,80 | 22,61% |
| 1953 | 3.710.510 | 15,10 | 966.050 | 26,03% | 3,20 | 21,19% |
| 1959 | 4.700.000 | 44,10 | 1.610.000 | 34,25% | 20,6 | 46,71% |
| 1960 | 4.908.179 | 29,80 | 1.794.638 | 36,56% | 14,3 | 47,98% |
| 1961 | 4.908.042 | 39,60 | 1.786.700 | 36,40% | 21,4 | 54,04% |
| 1962 | 4.582.525 | 28,90 | 1.806.861 | 39,42% | 18,0 | 62,28% |
| 1963 | 4.219.575 | 23,20 | 1.863.085 | 44,15% | 9,5 | 40,94% |
| 1966 | 3.033.305 | 18,80 | 1.301.310 | 42,90% | 7,7 | 40,95% |
| 1968 | 2.764.247 | 17,00 | 1.249.298 | 45,19% | 8,3 | 48,82% |
| 1970 | 2.565.141 | 11,00 | 1.109.000 | 43,23% | 1,6 | 14,54% |
| 1971 | 2.592.805 | 24,60 | 1.110.343 | 42,82% | 12,8 | 52,03% |
| 1975 | 2.700.270 | 22,20 | 1.050.033 | 38,88% | 11,7 | 52,70% |

*1 - Área em hectares; 2 - Produção calculada em milhões de sacas de 60 kg

Fonte: adaptado de Batista (2010, p. 131)

Observa-se que a produção de café no Paraná, em 1942, representava apenas 3,67% do total no país e, em 1961, 1962, 1971 e 1975, chegou a responder por mais da metade do total. Percebe-se também que, na década de 1950, a produção brasileira foi impulsionada pela elevação da produção paranaense.

Em 1952, foi criado o IBC em substituição ao Departamento Nacional do Café, fortalecendo a ideia de que, apesar das constantes crises de preços, o café era ainda a sustentação da economia brasileira. A Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que cria o IBC, destina a essa instituição a realização da política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro. Em seu artigo 2º, destacam-se as seguintes diretrizes para a realização dessa política:

- a) promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e de tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto;
- b) difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeicultores;
- c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e à obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras que já produziram café e o estudo de variedades às mesmas adaptáveis;
- d) defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo;

- e) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição ao consumo, inclusive transportes;
- f) organização e identificação da propaganda, objetivando o aumento do consumo nos mercados interno e externo;
- g) realização de pesquisas e estudos econômicos para perfeito conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados;
- h) fomento do cooperativismo de produção, do crédito e da distribuição [mude] entre os cafeicultores (BRASIL, 1952).

A relevância do café na economia do Norte do Paraná viabilizou a instalação da subagência do IBC em Londrina no ano de 1961. Primeiramente, esteve localizada em um prédio alugado no centro da cidade, na Rua Sergipe, nº 542 a 548 (Figura 1), e composta estruturalmente por cem funcionários, seções completas de classificação e provas de café, além de setores administrativos, de fiscalização, de estatística e de arquivos (AGÊNCIA..., 1961b).

Figura 1 – Agência do IBC de Londrina (1961-1962)



Fonte: EDIFÍCIO... (1962, p. 8)

Ademais, essa subagência obtinha o controle de postos de classificação instalados nas cidades de Jacarezinho, Maringá, Cianorte e Paranavaí, os quais emitiam certificados oficiais de classificação de todos os cafés que eram

embarcados por ferrovias da região. A jurisdição territorial da subagência abrangia toda a área do Norte do Paraná, ou seja, desde o Rio Paranapanema – na divisa com o município de Ourinhos, no estado São Paulo a leste – até além do Rio Piquiri a oeste, e desde a divisa com o estado de São Paulo ao norte até onde havia o predomínio da cafeicultura ao sul (AGÊNCIA..., 1961b; BEM ORGANIZADA..., 1969a).

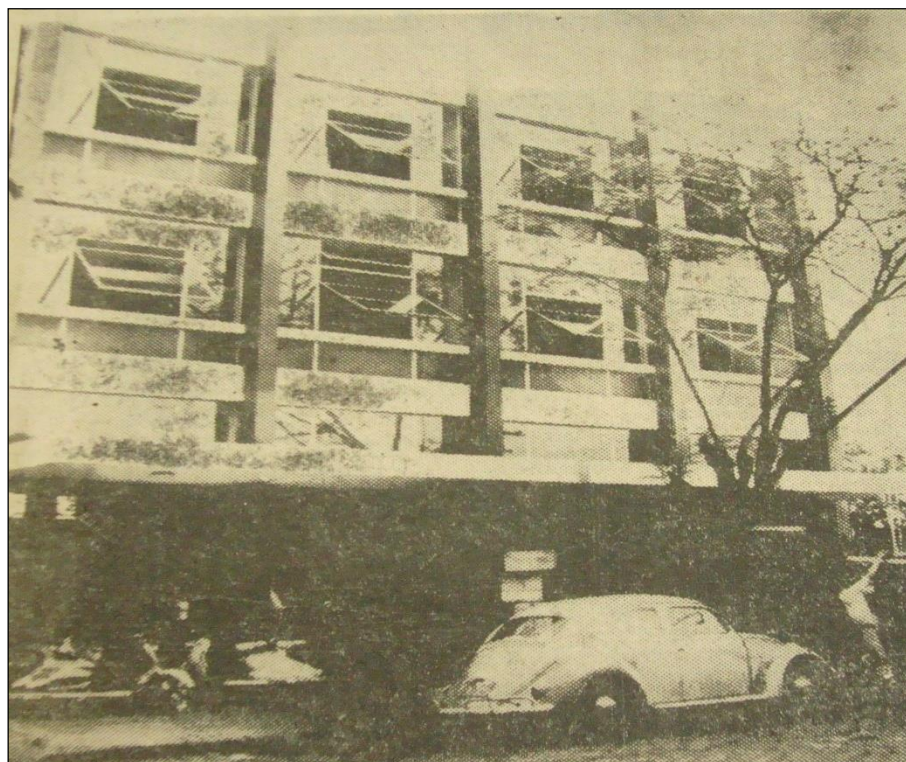
Em Londrina, havia também os serviços especializados em assistência técnica à cafeicultura do IBC, por meio das Sedes de Agrônomos (SAG), que inicialmente localizavam-se junto aos armazéns do IBC no Bairro do Aeroporto. Com a instalação da subagência, a SAG de Londrina, antes pertencente à jurisdição do Escritório do IBC de Curitiba, foi transferida para a jurisdição da subagência local.

Essa divisão estava presente em mais nove municípios do Norte do Paraná, localizados em Jacarezinho, Cornélio Procópio, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Maringá, Paranavaí e Cianorte. A saber, as SAG funcionavam como postos fixos de classificação para o atendimento aos cafeicultores e contavam, também, com postos volantes de classificação, ou seja, veículos motorizados e adequados com os equipamentos necessários para a realização dos serviços, como descascadores de café, balanças para verificação da renda, medidores eletrônicos de umidade do café, jogos de peneiras e mesas de classificação.

Os postos volantes percorriam a região cafeeira do Paraná com agrônomos e classificadores especializados, com o intuito de possibilitar aos cafeicultores maiores orientações a respeito dos processos de colheita, lavagem, despulpamento e secagem, além de colaborar para a qualidade do produto (AGÊNCIA..., 1961a).

Com a elevação de categoria de subagência para agência, o que demandou uma reestruturação interna, e junto aos problemas estruturais encontrados no prédio, ameaçado de ruir, a agência do IBC de Londrina foi transferida para outro endereço. No início de dezembro de 1962, a autarquia iniciava o atendimento em um prédio alugado no centro da cidade, na Rua Souza Naves, nº 189 (Figura 2). Nesse local, a agência permaneceu durante sete anos e, ao longo desse período, outras salas e um armazém foram locados para adequar a constante ampliação dos setores internos (EM NOVO..., 1962; BEM ORGANIZADA..., 1969a).

Figura 2 – Agência do IBC de Londrina (1962-1969)



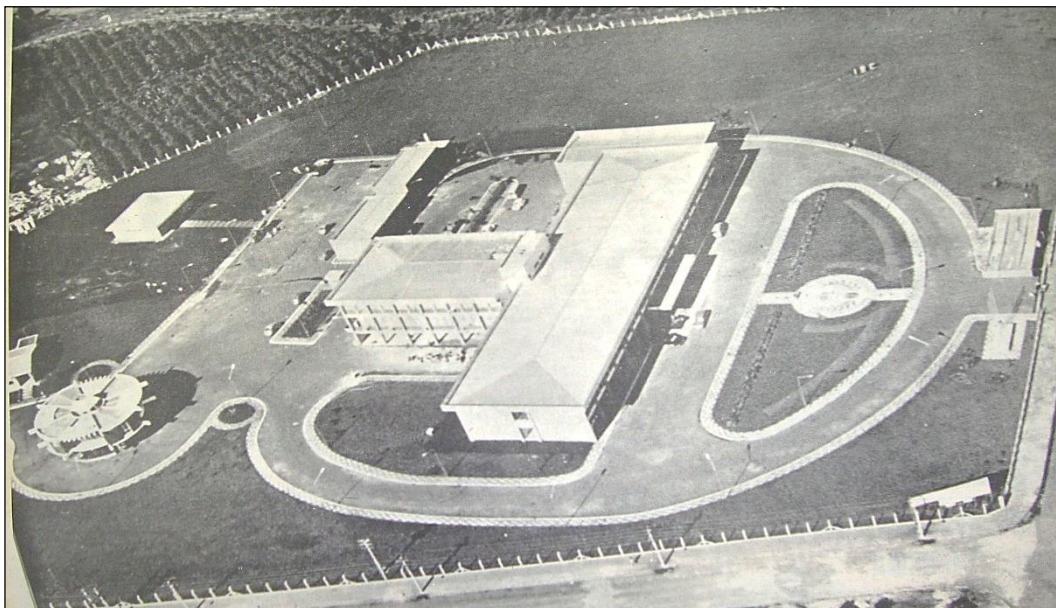
Fonte: EM NOVO... (1962, p. 8)

No dia 10 de dezembro de 1969, inaugurou-se a nova agência do IBC de Londrina, denominada popularmente de Palácio do Café², imóvel próprio da autarquia, localizado na Avenida do Café, nº 543, no Bairro Aeroporto (Figura 3).

A agência era constituída por um conjunto de prédios que reunia todos os departamentos da autarquia, como gerência, assistência técnica, procuradoria jurídica, contabilidade, tesouraria, administração, pessoal, material, armazéns e estoques, fiscalização, torrefações e moagens, contas e fretes, faturamento, registro, serviço médico, relações públicas, portaria, além de teatro com mais de 300 poltronas e equipamentos modernos de projeção utilizados para conferências e reuniões. A área total do terreno era de 44.000 m², sendo 6.000 m² de área construída (IBC..., 1969; BEM ORGANIZADA..., 1969a).

² Em razão da importância econômica e política da agência e da grandiosidade e suntuosidade das instalações do prédio.

Figura 3 – Agência do IBC de Londrina (1969-1990)



Fonte: FOLHA DE LONDRINA (1969, p. 20)

A agência de Londrina foi responsável, também, pela padronização e pelos estoques de café para a exportação, distribuídos em uma rede de armazéns pelo Norte do Paraná (Figura 4). Na MRG de Londrina, localizavam-se os seguintes armazéns: Londrina I (capacidade de 927.360 sacas), Londrina II (capacidade de 1.108.800 sacas), Londrina III (capacidade de 1.684.800 sacas), Ibiporã (capacidade de 645.120 sacas), Cambé (capacidade de 725.760 sacas), Rolândia I (capacidade de 806.400 sacas) e Rolândia II (capacidade de 1.198.080 sacas).

Outras unidades armazenadoras de café dirigidas por essa agência eram: Apucarana I, Apucarana II, Apucarana III, Arapongas, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cianorte I, Cianorte II, Cornélio Procópio I, Cornélio Procópio II, Cruzeiro d'Oeste, Ivaiporã, Jacarezinho I, Jacarezinho II, Jandaia do Sul I, Jandaia do Sul II, Loanda, Mandaguari, Mandaguaçu, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá I, Maringá II, Maringá III, Nova Fátima, Nova Esperança, Paranavaí, Paiçandu, Peabiru, Ribeirão Claro, Umuarama, Uraí e Wenceslau Braz (BEM ORGANIZADA..., 1969a).

responsável por previsão de safra, cadastro, estrutura das propriedades e dados dos cafeicultores, possibilitando o controle da cafeicultura.

Na entrevista, Lima ressalta também os campos experimentais e de pesquisas com o café. O IBC, até o final da década de 1970, por não dispor dessa estrutura, alocava recursos para o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), para o IAPAR, para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), entre outras instituições.

Somente a partir desse período e início da década de 1980, a autarquia iniciou a pesquisa em campos/fazendas experimentais em Minas Gerais, Bahia, Rondônia e Espírito Santo. Nessa época, o IBC construiu, no Paraná, pequenas estruturas e instalações nos escritórios locais de assistência técnica, salas de degustação e classificação do café, assim como espaços para orientações dos profissionais aos cafeicultores sobre o manejo da produção de café de qualidade.

Lima, em entrevista, e Pozzobon (2006) destacam que a administração do IBC, a princípio, era formada por uma Junta Administrativa composta por representantes do governo federal, dos governos estaduais e do setor cafeeiro que exercia ainda algum poder de influência. Em 1967, essa Junta foi transformada em uma Junta Consultiva, com poderes apenas de assessoramento, criada pelo próprio governo federal, que indicava a direção do IBC. O que antes era uma política de sustentação da cafeicultura, própria do IBC, orientada ao produtor de café, tornou-se um direcionamento para uma política de governo.

Carvalho (1991) salienta que as exigências dos países produtores e consumidores de café, por meio de acordos internacionais, fizeram com que o governo criasse instrumentos de redução da oferta do produto brasileiro, a fim de interferir no preço do produto (equilíbrio entre a oferta e a demanda e estabilidade dos preços).

Os instrumentos da política cafeeira na década de 1960 foram definidos por meio da comercialização da safra, via preços e financiamento bancário, e pela implantação de programa de erradicação de cafeeiros. Dentre os primeiros instrumentos estão relacionados o Plano de Safra ou Esquema Financeiro de Safra e o Conta Café.

O Esquema Financeiro de Safra era definido anualmente pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), posteriormente Conselho Monetário Nacional (CMN), e assessorado pelo IBC, que definiam o Preço Mínimo

de Garantia e os valores dos financiamentos das safras para refinanciamentos pelo Banco Central.

Além disso, tais instrumentos fixavam os valores das cambiais dos exportadores de café, o Preço Mínimo de Registro Básico para exportação (por libra-peso⁴, segundo a classificação da bebida para cada porto exportador), os valores em dólares da Quota de Contribuição, os tipos de café que eram dados como garantia de preços e até as normas de escoamento das safras das áreas de produção com destino aos portos de embarque.

Através do Confisco Cambial (ou Quota de Contribuição) o Governo obtinha recursos para a execução da política cafeeira e regulava o ajustamento entre os preços internacionais e a remuneração do setor exportador (CARVALHO, 1991, p. 66).

Conforme Lima, o Preço Mínimo de Garantia era estipulado pelo governo em função do preço no mercado internacional e a média de custo da produção de café, pago ao produtor por meio dos recursos do Fundo de Reserva de Defesa do Café, sustentado pela Quota de Contribuição.

Desse modo, o Preço de Garantia era maior que o custo médio de produção. Quando o preço do mercado internacional não era satisfatório, ou seja, abaixo do custo de produção, o produtor entregava ao governo pelo Preço Mínimo de Garantia.

Para os produtores, essa política era interessante, pois, se a cotação do café no mercado internacional era baixa, o governo federal pelo menos o sustentava com o seu custo de produção. Como o Preço Mínimo de Garantia era baseado em uma média, havia produtores que obtinham maior rentabilidade (relação entre o custo e a receita da produção), o que auferiria maior renda.

O café comprado pelo IBC era armazenado e, quando havia escassez do produto, vendia-se para o mercado interno ou era destinado à exportação, caso o preço no mercado internacional melhorasse. Para tanto, o IBC exigia para a compra do café um padrão de qualidade. Os cafeicultores que não tinham condições de padronizar o café conforme as exigências do IBC comercializavam com o

⁴ Unidade de medida de massa praticada no mercado internacional, principalmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, em que 1 libra-peso equivale aproximadamente a 453 gramas, ou seja, 01 saca de 60 kg de café para a exportação corresponde a 132 libras-peso.

“maquinista”⁵, o qual lucrava com o rebeneficiamento do produto, isto é, padronizava, classificava, ensacava e revendia ao IBC.

O entrevistado salienta também que o Fundo de Reserva de Defesa do Café era administrado pelos cafeicultores para o desenvolvimento do setor até a instauração do regime militar no país, em 1964. Durante a Ditadura Militar, o gerenciamento do fundo foi transferido para a União, que determinava os mais diversos destinos a serem aplicados. Um exemplo disso é o financiamento desse fundo para as obras da Ponte Rio-Niterói, gerando diversas reclamações por parte dos cafeicultores.

Além da utilização dos recursos do Fundo para a construção de obras de infraestrutura no país, no entanto, também se destinavam para financiamentos aos produtores de café. Esses financiamentos eram realizados por técnicos que tinham o controle de créditos e elaboravam os projetos para custeio agrícola, plantio, mecanização, compra de tratores, replantio pós-geada, plano de recepa, armazenamento, entre outros.

Os recursos desse Fundo eram alocados ao Banco do Brasil, ao Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e a outros bancos conveniados. As taxas de juros e os valores de financiamento eram similares aos tipos de produtores e à área da propriedade.

Lima ressalta que, a partir de 1986, com a criação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), os recursos provenientes do setor cafeeiro, como a quota de contribuição sobre exportações, apenas poderiam ser utilizados para o propósito desse setor, não permitindo mais que a União retirasse o dinheiro para aplicar em outras demandas. Pozzobon (2006, p. 155) ainda destaca que o FUNCAFÉ “[...] tem por finalidade o financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, industrialização de café, exportação, desenvolvimento da pesquisa, defesa de preços e *marketing*”.

Outro instrumento da política cafeeira na década de 1960 foi o Conta Café,

⁵ De acordo com Carvalho (1991), “maquinistas” ou “máquinas” eram empresas responsáveis pelo beneficiamento do café, ou seja, limpeza, descascamento, classificação, ensacamento e venda, como também pelo processo de rebeneficiamento que correspondia à padronização do produto. No Paraná, a estrutura produtiva dessa rede de maquinistas baseava-se em cinco categorias: empresas estrangeiras diretamente ligadas a compradores de outros países, empresas regionais que comercializavam o café no porto de embarque, empresas locais de pequeno porte e basicamente de beneficiamento, fazendeiros maquinistas e cooperativas de cafeicultores.

[...] que significava a contabilização dos fluxos monetários gerados pela comercialização das safras, ou seja, a QUOTA DE CONTRIBUIÇÃO e os recursos vindos da venda dos estoques do Governo aos mercados interno e externo. Os recursos da Conta Café serviam basicamente para a compra do café excedente, para as despesas com o funcionamento do IBC e do GRUPO EXECUTIVO DA RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA), assim como para concretizar os planos de erradicação e diversificação da lavoura cafeeira (CARVALHO, 1991, p. 64, grifo do autor).

Além do Conta Café e do Esquema Financeiro de Safra, a política cafeeira abarcou também os programas de erradicação de cafeeiros por meio do GERCA. O GERCA foi criado pelo Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961, no então Ministério da Indústria e do Comércio, vinculado ao IBC, e tinha por finalidade coordenar, dinamizar e executar medidas específicas. Constavam como suas competências:

- I - estudar e recomendar, tendo em vista as peculiaridades regionais, as medidas que os órgãos competentes, federais e estaduais devem tomar a fim de fortalecer e diversificar a estrutura econômica das zonas cafeeiras do país;
- II - adotar outras medidas de sua competência que visem especificamente a:
 - a) concentrar a produção de café nas zonas ecológicas mais favoráveis;
 - b) incrementar os níveis de produtividade das lavouras cafeeiras;
 - c) adequar a produção de café às possibilidades de efetiva absorção pelo mercado externo e interno;
 - d) financiar ou complementar financiamentos para a diversificação da produção através de entidades de créditos, oficiais e privadas, mediante convênios em que se determinarão as condições gerais, o juro e os prazos máximos, atendendo à finalidade específica de cada financiamento e à capacidade de pagamento dos beneficiários.
 - e) obter, através dos órgãos competentes, a assistência técnica necessária para realizar dos fins previstos no inciso “d” acima;
 - f) criar os necessários incentivos para possibilitar uma distribuição mais eqüitativa da renda agrícola nas zonas cafeeiras e bem assim executar programas para melhorar as condições de vida dos assalariados, parceiros, colonos, arrendatários e demais dependentes da produção cafeeira;
 - g) promover a higienização e padronização dos cafés; melhorando seu aspecto e qualidade, estabelecendo sistema de distribuição e tipos certificados para exportação ou consumo interno, visando à colocação dos cafés dos centros produtores aos de consumo (BRASIL, 1961).

Pode-se ressaltar que, com a criação do GERCA, a política cafeeira estava orientada para a produtividade do café. Ademais, segundo Ortega e Jesus (2012), havia não só o temor de uma superprodução cafeeira, mas também um surto da

ferrugem (doença proveniente de um fungo), que atacava o cafezal, fazendo com que o governo implantasse uma política rigorosa.

O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) desenvolveu dois programas, cujos objetivos eram a erradicação de cafezais anti-econômicos, a modernização da cafeicultura brasileira e a substituição destes cafezais por lavouras em bases modernas. Estes programas foram os de RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA BRASILEIRA, que desenvolveu-se em duas fases, e o segundo o de DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES CAFEEIRAS (CARVALHO, 1991, p. 72, grifo do autor).

O Plano de Erradicação dos Cafezais desenvolvido pelo GERCA tinha tais objetivos:

- Erradicação de até 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos, ou seja, 50% do parque cafeeiro brasileiro que não atingiam a produção de 6 sacas por mil pés;
- Renovação racional de lavouras na proporção de 1/4 do total eliminado, ou seja, 500 milhões de pés;
- Diversificação de culturas nas áreas liberadas;
- Financiamentos destinados à implantação e ampliação das agro-indústrias absorvedoras de fatores de produção liberados pela erradicação;
- Financiamento e empreendimentos de infra-estrutura;
- Dotação de recursos para promover a melhoria das condições dos estabelecimentos das regiões cafeeiras (CARVALHO, 1991, p. 68-69).

Ainda segundo Carvalho (1991), na primeira fase do programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira, que foi de 1962 a 1966, pagava-se indenização de Cr\$⁶ 15,00 (R\$ 1,41)⁷ por pé erradicado, o que correspondia, naquela época, a aproximadamente 80% do valor da produção em um cafezal com produtividade de seis sacos por mil cafeeiros. O agricultor que aderisse a esse programa poderia escolher a cultura que substituiria o café e não seriam exigidas técnicas agronômicas, caso fossem plantadas culturas temporárias. Havia financiamentos do Banco do Brasil para essas lavouras substitutivas.

Entre junho de 1962 e dezembro de 1966, ou seja, na primeira fase do programa de racionalização, foram erradicados no país 723,5 milhões de cafeeiros, liberando uma área de 818,5 mil hectares, de acordo com Carvalho (1991). Outro

⁶ Cruzeiro, a moeda que vigorou no Brasil de 1942 a 1967, de 1970 a 1986 e de 1990 a 1993.

⁷ Valor corrigido de junho de 1962 para fevereiro de 2016 por meio do índice IGP-DI (FGV) (BCB, 2015).

dado a respeito é de Ortega e Jesus (2012), destacando que, de 1961 a 1967, foram erradicados 2 bilhões de pés de cafés no país, de um total próximo aos 4,5 bilhões. O governo federal, por meio do GERCA, indenizou os produtores referentes a 1,5 bilhão de pés de café e os outros 0,5 bilhão foram por conta própria dos produtores.

A segunda fase do programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira foi realizada entre agosto de 1966 a 1968 e houve algumas alterações em comparação à primeira fase. Segundo Carvalho (1999), o valor da indenização, em média, era maior em relação à fase anterior, ou seja, NCr\$⁸ 0,45 (R\$ 4,61)⁹ e somente o IBC poderia autorizar o cultivo substituto do cafezal, não sendo mais livre escolha do agricultor.

Os agentes financeiros do programa foram o Banco do Brasil e os bancos estaduais e particulares, sendo que os responsáveis pela avaliação emitiam laudos para os financiamentos dos bancos, exceto para o Banco do Brasil. No Paraná, foram encarregados para essa função funcionários do quadro do IBC. Ademais, os resultados dessa segunda fase do programa foram prejudicados por ocorrência de fraudes e pela supervalorização da indenização.

Em 1969, com vistas à modernização e em decorrência de baixa produtividade da cafeicultura – devido aos efeitos da ferrugem, da má conservação do solo, entre outros motivos –, foi implantado o Programa de Incentivo à Produção. Dentro desse programa destaca-se o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC):

O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, subdividido em quatro programas, foi iniciado em 1970. Os programas eram relativos a financiamentos para a formação de mudas de café, para o plantio de cafezais, para o incentivo ao uso de fertilizantes, corretivos de solo e agrotóxicos na lavoura cafeeira (CARVALHO, 1991, p. 71).

Ainda, segundo Carvalho (1991), os financiamentos eram obtidos com juros subsidiados pelo governo, com o intuito de incentivar a formação de mudas de café, o plantio de cafezais, o uso de fertilizantes, de agrotóxicos, de corretivos de solo, a aquisição de equipamentos e melhorias da infraestrutura das propriedades.

⁸ O Cruzeiro Novo (NCr\$) foi a moeda do país que circulou transitoriamente no período entre 13 de fevereiro de 1967 e 14 de maio de 1970.

⁹ Valor corrigido de março de 1967 (início do período de vigência da moeda Cruzeiro Novo) para fevereiro de 2016 por meio do índice IGP-DI (FGV) (BCB, 2015).

Como se pode notar, o processo de modernização da cafeicultura ocorreu em duas etapas: primeiramente, a da erradicação (1962/69); posteriormente, a etapa da implantação de novo padrão tecnológico (1969 em diante).

Com o declínio da produção no Norte do Paraná, devido à industrialização da agricultura e às constantes geadas e políticas de erradicação do café, a partir da década de 1970, a atividade cafeeira iniciou sua migração para o Cerrado Mineiro, Oeste e Litoral da Bahia, Rondônia e Centro-Norte do Espírito Santo, onde estão concentradas as principais áreas de produção do café hoje, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Produção de Café Arábica e Robusta (em mil sacas beneficiadas) nos estados brasileiros (2010 a 2015)

| UF | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015* | % |
|---------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| RO | 2369,0 | 4,9 | 1428,3 | 3,3 | 1367,0 | 2,7 | 1357,0 | 2,8 | 1477,3 | 3,3 | 1723,9 | 4,0 |
| PA | 228,6 | 0,5 | 184,0 | 0,4 | 167,0 | 0,3 | 121,7 | 0,2 | 68,7 | 0,2 | 16,6 | 0,1 |
| BA | 2292,7 | 4,8 | 2290,0 | 5,3 | 2149,6 | 4,2 | 1803,3 | 3,7 | 2371,3 | 5,2 | 2345,7 | 5,4 |
| MT | 203,1 | 0,4 | 137,8 | 0,3 | 124,1 | 0,2 | 171,5 | 0,3 | 165,8 | 0,4 | 127,9 | 0,3 |
| GO | - | 0,0 | - | 0,0 | 247,4 | 0,5 | 265,5 | 0,5 | 236,6 | 0,5 | 226,2 | 0,5 |
| MG | 25155,0 | 52,3 | 22181,0 | 51,0 | 26944,0 | 53,0 | 27660,0 | 56,3 | 22644,1 | 49,9 | 22302,9 | 51,5 |
| ES | 10147,0 | 21,1 | 11573,0 | 26,6 | 12502,0 | 24,6 | 11697,0 | 23,8 | 12805,7 | 28,3 | 10700,0 | 24,8 |
| RJ | 250,1 | 0,5 | 260,0 | 0,6 | 262,2 | 0,5 | 281,0 | 0,6 | 292,3 | 0,6 | 309,6 | 0,7 |
| SP | 4662,0 | 9,7 | 3111,5 | 7,2 | 5356,6 | 10,6 | 4010,1 | 8,2 | 4588,8 | 10,1 | 4063,9 | 9,4 |
| PR | 2284,0 | 4,8 | 1842,0 | 4,2 | 1580,0 | 3,1 | 1650,0 | 3,3 | 558,6 | 1,2 | 1290,0 | 3,0 |
| Outros | 503,3 | 1,0 | 476,6 | 1,1 | 126,5 | 0,3 | 134,5 | 0,3 | 132,7 | 0,3 | 128,3 | 0,3 |
| BRASIL | 48094,8 | 100,0 | 43484,2 | 100,0 | 50826,4 | 100,0 | 49151,6 | 100,0 | 45341,9 | 100,0 | 43235 | 100,0 |

*Estimativa de dezembro de 2015.

Fonte: CONAB (2015)

Diante dessas novas áreas para onde migrou o café, hoje, Minas Gerais responde pela maior produção do país (51,5%), seguido pelo Espírito Santo (24,8%). Embora os dois estados produzam juntos 3/4 do total da produção brasileira, há diferenças entre as espécies do cafeeiro cultivado. Em Minas Gerais, o predomínio do cultivo é o café arábica e, no Espírito Santo, o café robusta. Outras regiões onde predomina a produção de café robusta são os estados de Rondônia e Bahia (faixa litorânea).

Pode-se observar também que o estado de São Paulo mantém, desde 2010, a terceira colocação na produção de café. Já Rondônia teve decréscimo na

produção entre 2011 e 2014, comparando-se com os dados de 2010, assumindo a quinta maior produção do Brasil, devido a uma ligeira elevação da produção em 2015 e à queda ocorrida no estado do Paraná.

Em se tratando do Paraná, percebe-se que o estado se manteve em quinto lugar no *ranking* da produção brasileira de café até 2013. A queda da produção nos anos posteriores e, conseqüentemente, a queda para sexto colocado no *ranking* ocorreram devido à severa geada ocorrida em 2013. Apesar do esforço dos técnicos do IAPAR e do EMATER, o estado contribui hoje com apenas 3% do total da produção do país.

Lima também salienta a respeito da extinção do IBC em 1990. Políticos e economistas do final da década de 1980 enfatizavam que o Instituto realizava uma política baseada na compra, na estocagem e na queima do café, mantendo os preços internacionais em alta, beneficiando e assegurando o mercado para os países concorrentes.

A proposta para a expansão do setor cafeeiro era de promover a saída do governo federal, sendo assim, deixar a intervenção do estado nos assuntos do setor. Ressalta-se, ainda, que o Brasil era bastante competitivo no mercado internacional do café e, se por um lado a soja e o trigo não precisavam de intervenção estatal, por outro lado, por que o café precisava? A ideia era que o próprio mercado regularia o comércio cafeeiro. Outros motivos que levaram à extinção do IBC foram as constantes altas do confisco e os desentendimentos de ordem política.

Lima relata ainda que, no governo de Sarney, foram retirados recursos do orçamento para o IBC, o que prejudicou os produtores e o corpo técnico do Instituto, iniciando a fase de extinção. A última safra que o governo comprou pelo IBC foi a de 1987/1988. Essa extinção ocorreu no Governo Collor em 1990. Nesse momento, havia 17 milhões e 300 mil sacas de café estocadas pelo IBC no Brasil e mais de 10 milhões sacas de café estocadas no Paraná. Esse café estocado foi todo vendido e, no Paraná, os valores adquiridos pela comercialização foram destinados ao Tesouro Nacional – aproximadamente 30% – e ao FUNCAFÉ – cerca de 70%.

Em 1996, foi criado o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), pelo Decreto nº 2047, de 29 de outubro de 1996, instância colegiada e deliberativa com finalidade de aprovar políticas para o setor cafeeiro (BRASIL, 1996).

De acordo com a Portaria nº 20, de 24 de fevereiro de 1997, que se trata do Regimento Interno do CDPC, compete a esse Conselho: aprovar o plano de safra

para o setor, autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa e de estimativa de safra, aprovar anualmente a proposta orçamentária referente aos recursos do FUNCAFÉ, regulamentar ações que visem ao equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno, entre outras atribuições (BRASIL, 1997). Portanto, o papel que o CDPC exerce na cafeicultura brasileira desde sua criação até hoje é ocupar a lacuna deixada pela extinção do IBC.

Ademais, em 1997, criou-se o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, mais conhecido como Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esse consórcio visa promover a associação de recursos financeiros, humanos, físicos e materiais das instituições consorciadas e a captação de recursos para viabilizar os projetos de pesquisa inerentes ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café (CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, 2015).

Para coordenar o consórcio, foi criado, em 1999, a EMBRAPA - Café como uma Unidade Descentralizada da EMBRAPA, que, segundo Lima, foi composta inicialmente pelo corpo técnico do antigo IBC. A EMBRAPA - Café tem como “[...] finalidade precípua de realizar, promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento do café no âmbito da Empresa e das instituições integrantes e parceiras do Consórcio” (CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, 2015).

2.2 AS BASES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DA CAFEICULTURA E DO CAFEICULTOR DO NORTE DO PARANÁ

Nesse processo histórico da cafeicultura no Brasil, as relações de produção e de trabalho foram se alterando, ou seja, do sistema escravocrata ao assalariamento que vigora na atualidade. Essas relações de produção sob o modo capitalista desenvolvem-se de forma combinada e contraditória, com a presença das relações de produção capitalista e não capitalista. Oliveira (2007, p. 36) salienta que: “[...] as relações de produção são, na essência, relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção”.

Conforme Lapa (1983), a produção cafeeira teve sua grande expansão no Vale do Paraíba, com base na tradição agrária originada do cultivo e da comercialização de açúcar, bem como das relações sociais de produção escravista.

A fazenda cafeeira era um empreendimento capitalista baseado no trabalho escravo; [...] o único investimento de maior vulto da cafeicultura fluminense de meados do século XIX residia na compra dos escravos necessários para tocar a lavoura (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 20).

Considera-se o sistema escravocrata uma relação de produção não capitalista, pois o trabalhador não recebe salário em troca do seu trabalho. O escravo é, portanto, mercadoria, em forma de renda capitalizada. A partir da sua compra e, posteriormente, do seu trabalho, o capitalista obtém uma renda, como explana Martins (1979, p. 26):

[...] o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso.

Conforme o mesmo autor, o fazendeiro capitalista poderia utilizar a pessoa do escravo, ou seja, seu bem materializado, como garantia para possíveis financiamentos ou empréstimos a serem investidos na propriedade rural. Portanto, a relação de produção não capitalista, baseada no regime de trabalho escravo, foi importante e fundamental para a produção cafeeira no país e para a geração de riquezas para a elite ruralista e os comerciantes de escravos.

Com a decadência do comércio de escravos e, por consequência, desse meio de produção para a grande lavoura cafeeira, a partir de meados do século XIX e com a abolição da escravatura em 1888, buscou-se para a atividade cafeeira nova relação de produção para haver sua continuidade, pois a fazenda de café: “[...] precisava de braços para suas culturas em expansão, dando preferência a uma mão-de-obra dócil e barata, que fosse capaz de substituir a cada vez mais escassa força de trabalho escrava” (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 44).

Naquele momento, houve uma transformação nas relações de produção, por meio do colonato com imigrantes estrangeiros, como italianos, espanhóis e japoneses em substituição aos escravos. Como afirma Stolcke (1986, p. 54), nos anos finais do século XIX e no início do século XX, “[...] aproximadamente 80% da força de trabalho agrícola do Estado de São Paulo estava empregada na produção

cafeeira, sob o sistema de colonato [...]”. A respeito do colonato, Martins (1979) o considera uma relação de produção não capitalista:

[...] pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. É, porém, a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção. A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante o que o salário não pode ser um salário-aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser um salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção. Tal condição, porém, não se dá neste caso. O salário-aritmético é um salário que entra na cabeça do capitalista, mas que não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social (MARTINS, 1979, p. 19).

Por meio dessa relação de produção, colonos conseguiram realizar uma acumulação e migrar para o Norte do Paraná a fim de adquirirem uma pequena propriedade rural ou de trabalharem como parceiros nas terras férteis e virgens. Nelas, o projeto de colonização da CTNP indicava uma esperança de melhores condições de vida.

No Norte do Paraná, na MRG de Londrina, que é o recorte espacial do presente estudo, a relação de produção mais difundida no período da colonização foi a não capitalista. Havia duas formas de relação na cafeicultura: a do formador de café e a do parceiro (porcenteiro).

A saber, o formador de café era muito vantajoso tanto para o trabalhador quanto para o fazendeiro. Para o trabalhador, era a possibilidade de se reproduzir socialmente e de se manter produzindo alimentos para subsistência, podendo ainda auferir alguma renda na comercialização dos excedentes da produção. Para o fazendeiro, a vantagem era receber um cafezal já formado, em ampla produção, sem despende dinheiro para isso. Assim, pode-se salientar que a forma de renda que o fazendeiro obtinha era a renda em trabalho.

Com base no monopólio sobre a terra, o fazendeiro de fato não empregava o formador do cafezal. Na prática, ele lhe arrendava uma porção do terreno para receber em troca o cafezal formado. Uma espécie, pois, de renda-em-trabalho (MARTINS, 1979, p. 74).

A parceria foi significativa para a dinâmica socioeconômica do Norte do Paraná e para a expansão da cafeicultura. O parceiro, geralmente, mantinha condições de subsistência produzindo nas áreas intercalares do cafezal e, ainda, destinava uma pequena área para criação de animais.

O parceiro, também chamado “porcenteiro”, era o chefe da família, remunerado por porcentagem de produção (40%). Geralmente era proprietário de parte dos instrumentos de trabalho e autorizado a utilizar uma área para criar animais e produzir alimentos para consumo. Em geral, ele iniciava como “empreiteiro”¹⁰, ou “formador”¹¹ de café [...]. Nesse sistema, o parceiro era sócio na produção, executava todos os serviços do cafezal, inclusive colheita e secagem, fazia plantio intercalar e recebia 40% da produção como remuneração pelos serviços prestados. Os riscos eram divididos entre as partes (POZZOBÓN, 2006, p. 57).

A renda no sistema de parceria poderia ser gerada de duas formas: renda da terra em produto (porcentagem em grãos de café) e renda da terra em dinheiro pago ao proprietário. A renda da terra em produto “[...] origina-se do fato de que o camponês cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 60). Logo, a renda da terra em dinheiro “[...] é resultado da conversão por parte do camponês de uma parcela da sua produção (em geral familiar) em dinheiro, para entregá-la ao proprietário da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 61).

Gonzales e Bastos (1982) explicam que a parceria não era considerada um emprego, mas uma relação societária, regida pelo Estatuto da Terra. Contudo, em algumas ocasiões, o parceiro poderia ser amparado pelo Estatuto dos Trabalhadores Rurais (ETR), devido ao entendimento de que poderiam ser considerados assalariados, ou seja, além de produtores autônomos, são também empregados, pois alguns realizavam atividades assalariadas na propriedade, mas fora da área cedida ou contratada. Portanto, suas rendas poderiam ser parte em produto e parte em dinheiro.

¹⁰ De acordo com Carvalho (1991, p. 85), o empreiteiro “[...] era responsável por determinada tarefa a ser feita e recebia remuneração na finalização desta, empregando membros de sua família ou recorrendo a alguns ‘peões’, pagando-lhes diárias. Este tipo de mão-de-obra era empregada na derraça, na arruação e na colheita do café”.

¹¹ O formador de café era encarregado de derrubar a mata, roçar e plantar o café. Os modos de remuneração eram diversificados, desde a permissão de cultivar lavouras intercalares ao cafezal, a divisão das safras referentes ao período contratado e até por cova plantada (CARVALHO, 1991).

A parceria no Norte do Paraná que se deu a partir de 1929, no início da colonização, foi muito utilizada até 1975 – o ano da “Geada Negra”¹². A partir da década de 1960, ocorreram transformações nas relações sociais de produção no espaço norte paranaense, ou seja, intensificou-se a relação de trabalho assalariado.

Fatores como a industrialização do campo e a geada de 1975, que praticamente dizimou os cafezais no Paraná, aceleraram o processo de transformação socioespacial. Diante desses fatos elencados, diversos cafeicultores foram expulsos do seu trabalho rural e buscaram a sobrevivência nas cidades, ocorrendo um grande fluxo migratório campo-cidade.

No entanto, deve-se considerar que a criação do ETR em 1963 também contribuiu para essa expulsão, de fato:

Muito citada pelos grandes cafeicultores e mesmo entre os pequenos, a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural desempenhou um papel importante no bojo do processo de erradicação, pois alegando não ter lucros suficientes com o café para cumprir os direitos trabalhistas garantidos ao trabalhador rural [...] (CARVALHO, 1991, p. 6-7).

Nesse Estatuto havia, por um lado, lacunas sobre a parceria e, por outro lado, as dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentavam devido à ocorrência da Geada. Esses parceiros “entraram na justiça” com ações trabalhistas na busca por seus direitos.

Em seguida, eles retornaram ao campo, mas como trabalhadores temporários – denominados boias-frias –, assalariados, ou seja, sob uma relação de produção capitalista em função de o pagamento ser em dinheiro. Conforme Martins (1983), as relações capitalistas de produção são baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção.

Desse modo, os trabalhadores devem aparecer no mercado como livres de todos os meios de produção, exceto de sua própria força de trabalho. Os proprietários de sua força de trabalho devem estar no mercado para vendê-la ao

¹² Segundo Caramori *et al.* (2000, p. 15), entende-se como Geada Negra “[...] quando o ar se encontra com umidade muito baixa, a temperatura do ponto de orvalho pode se encontrar abaixo da temperatura, que provoca a morte das plantas. Nesse caso pode haver danos sem que se verifique a deposição de gelo sobre as folhas. Esse tipo de geada ocorre freqüentemente em regiões agrícolas da América do Norte, onde as massas de ar se deslocam com temperaturas abaixo de zero grau. Nas condições brasileiras, a geada de vento é chamada de Geada Negra, devido ao aspecto enegrecido dos tecidos danificados. A Geada Negra implica invariavelmente em danos às plantas. Geralmente os danos ocorrem com maior intensidade na face exposta aos ventos frios”.

capitalista, que é o proprietário dos meios de produção. Esse processo de compra e venda estabelece uma relação de troca, em que um vende a força de trabalho e o outro compra e paga por meio do salário. Para o capitalista, a compra da força de trabalho é fundamental, pois é a única mercadoria capaz de criar mais valor do que ele próprio tem.

[...] o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário; ou seja, de dinheiro, para que ele compre no mercado as coisas e os serviços de que precisa para se reproduzir como trabalhador, para voltar a ser trabalhador no dia seguinte, isto é, para voltar a oferecer o seu trabalho ao capitalista (MARTINS, 1983, p. 154).

A adoção das culturas temporárias acarretou profundas mudanças no campo, tendo em vista que a cafeicultura empregava muitas famílias no interior dos estabelecimentos agrícolas.

Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades (MARTINE, 1991, p. 10).

Houve mudanças também na estrutura fundiária com áreas de maior dimensão e na comercialização da soja, trigo e milho em contraposição ao café. As transformações provocadas pela industrialização da agricultura brasileira refletiram no território da MRG de Londrina, assim como na área urbana, pelo fato de que as duas partes não se encontram apartadas, mas interligadas, como nos explica Oliveira (1996, p. 475):

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado ("bóia-fria") do campo.

Kautsky (1998), no final do século XIX, alertava, na Europa, para as consequências da industrialização da agricultura sob o modo capitalista de produção. A maior demanda por alimentos, fomentada pelo crescimento das cidades, forçaria a melhora dos níveis de produtividade no campo e, com isso, a utilização de máquinas seria para aperfeiçoar a produção ou para baixar os custos:

O moderno grande estabelecimento com sua nova concepção de divisão do trabalho (dividindo os trabalhadores em manuais e aqueles dotados de conhecimentos científicos) e o aperfeiçoamento das ferramentas e utensílios de trabalho (com adaptação de dispositivos especiais), bem como a produção em massa para o mercado, preparavam o terreno para a introdução da máquina na agricultura (KAUTSKY, 1998. p. 73).

O modelo agrícola adotado em meados da década de 1960 no Brasil era voltado ao consumo de capital e à tecnologia externa. Esse momento histórico marca a transição de uma agricultura tradicional mais próxima das condições naturais para a sua sujeição ao capital.

Pode-se salientar que essa fase se inicia com as transformações de base técnica empregadas no campo pelas empresas especializadas que passavam a fornecer insumos, como sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes.

Na década de 1970, devido à disponibilização de créditos agrícolas para financiamentos, consolida-se a industrialização do campo, tanto a montante da produção – fornecendo insumos e também maquinários – como a jusante, transformando ou industrializando a matéria-prima em produtos ao mercado, formando os Complexos Agroindustriais (CAIs):

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, *integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura*. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, basicamente através do SNCR e das políticas de agroindustrialização específicas instituídas a partir dos chamados fundos de financiamento (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 31, grifo do autor).

Em relação à integração de capitais, que é uma fase posterior à industrialização dos processos de produção rural, Delgado (1985) afirma que há uma fusão de capitais controlada pelo capital financeiro, de maneira que este pode

se articular com a agricultura. A formação de *holdings*, cartéis e trustes com interesses na agricultura é uma das formas que permitem o capital financeiro se reproduzir apropriando-se do campo.

A integração de capitais, entendida como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura [...] (DELGADO, 1985, p. 124, grifo do autor).

Pode-se entender que a industrialização da agricultura era parte da conjuntura econômica que perpassava à época, no intuito de substituir lavouras baseadas em tratos naturais, com o emprego de produtos e equipamentos com mais tecnologia.

No entanto, além dessa conjuntura, destacam-se também a presença e o incentivo do Estado para que ocorresse essa transição. Uma das políticas públicas que mais colaboraram com a industrialização da agricultura foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual possibilitou a grandes e a médios proprietários rurais capitalizados adotarem esse modelo agrícola. Assim sendo, trata-se do principal fator das transformações que aconteceram na agricultura brasileira até o momento.

A onipresença do Estado na regulação das novas condições de reprodução do capital na agricultura e a predominância dos mecanismos financeiros de regulação são, por assim dizer, a grande novidade do novo pacto social da agricultura que se expande a partir de meados da década dos 60 (DELGADO, 1985, p. 111).

O SNCR abrangia e contemplava diversos produtos agrícolas, diferentemente do que havia até o momento, isto é, créditos destinados apenas a alguns setores agrícolas por meio de suas instituições, como o caso do café pelo IBC. No mais, esse sistema de crédito rural permitiu que houvesse uma orientação à diversificação agrícola, aliada ao emprego de tecnologia na agricultura.

É particularmente a partir do projeto de modernização e diversificação agropecuárias, que se insinua claramente a partir da segunda metade dos anos 60, que se tenta institucionalizar o SNCR. Os graus de abrangência e generalidade desse sistema contemplam a mercadoria agrícola em geral e não apenas atividades específicas

ao estilo monocultor, como o fazem, subsetorialmente, o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool, criados depois de 1930 (DELGADO, 1985, p. 45).

Ficando à margem desse processo de industrialização da agricultura, os pequenos proprietários e produtores rurais descapitalizados, não contemplados pela política do SNCR, tiveram grandes dificuldades em permanecer em suas terras e modernizar suas técnicas de produção. Vale salientar as considerações de Hespanhol (2007, p. 274) afirmando que:

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo.

A industrialização da agricultura não trouxe somente progresso, pois conduziu a realidade dura do capitalismo às unidades de produção familiar, as quais tiveram suas vidas definitivamente alteradas por essa política e pela conjuntura econômica. Além disso, essa industrialização não foi homogênea nem sequer atingiu todos os segmentos. A substituição da lavoura cafeeira por cultivos temporários não foi integral, inclusive nas unidades de produção familiar, que não foram contempladas especificamente com as políticas de incentivos à industrialização do campo.

Segundo Schneider (2003), a partir do início da década de 1990, diante de pressões exercidas pelo movimento sindical rural ao Estado, criou-se, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa tem por finalidade prover crédito agrícola e apoiar os pequenos produtores rurais que, durante a década de 1980, vinham sendo marginalizados pelas políticas públicas implantadas e tendo dificuldades de permanecer no campo.

Segundo o Manual de Crédito Rural (BCB, 2016), atualizado em 2014, os beneficiários desse Programa são agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural, que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão (DAP) ativa no PRONAF e que:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g";
- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h";
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;
- h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (BCB, 2016, p. 111).

São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP ativa, os pescadores artesanais com fins comerciais explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; aquicultores que exploram área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupam até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; silvicultores, bem como os extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (BCB, 2016).

Conforme Schneider (2003, p. 100), "[...] a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe

emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)". O autor afirma também que, nessa época, assistiu-se a uma relativa retomada das discussões e dos estudos agrários no país, aprofundando temas como agricultura familiar, dinâmica ocupacional da população rural e questões ambientais e de sustentabilidade.

Schneider (2003, p. 113) destaca que "[...] as unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores". Nesse contexto, é necessário compreender as diversas maneiras que a agricultura familiar articula com o ambiente social e econômico no qual está inserida.

Esse ambiente é formado por um conjunto de instituições que influencia as decisões individuais e familiares, pois, conforme Schneider (2003), o elemento-chave que caracteriza a agricultura familiar é a própria relação familiar no interior das unidades agrícolas, como a de parentesco e a de herança existente entre os membros da família.

No interior da família e do grupo doméstico, estão localizadas as razões que permitem compreender a permanência e o desaparecimento dessas unidades de produção. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico diante das condições materiais e do ambiente social e econômico definem o caminho e as estratégias que podem viabilizar ou não sua reprodução social.

Para Wanderley (2003), a presença de agricultores familiares hoje na sociedade não pode ser explicada como uma reprodução do campesinato tradicional. Houve e ainda há um processo de transformação que afeta a forma de produzir a vida social dos agricultores.

Ainda que inserido ao mercado e às suas exigências, deve-se levar em consideração o fato de permanecer familiar, cuja origem remonta à tradição camponesa. Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês à medida que a unidade familiar permanece como o principal objetivo, assim como é definidora das estratégias de produção e de reprodução. Assim, para Lamarche, citado por Wanderley (2003, p. 47), os agricultores familiares:

[...] são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo

de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

De acordo com Wanderley (2003), o agricultor familiar é um ator social atuante no mundo moderno, o que não permite analisá-lo em termos de decomposição do campesinato. Esses agricultores não podem ser vistos simplesmente como atores sociais atemporais. Faz-se importante o entendimento da sua trajetória, considerando a continuidade e a ruptura. O que caracteriza a continuidade é a tradição familiar e suas raízes no campo; a ruptura, as relações econômicas estabelecidas no mundo de hoje, pois:

O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Pelo ponto de vista de Candiotto (2011), a agricultura familiar é composta de uma diversidade de aspectos diante de múltiplas formações socioespaciais encontradas no país, desse modo:

[...] é extremamente heterogênea, de modo que existem vários tipos de agricultores dentro do termo agricultura familiar. As distintas características históricas, físicas, sociais, econômicas e políticas presentes no território brasileiro devem ser consideradas nas pesquisas, pois nos remetem a formas distintas de exploração familiar (CANDIOTTO, 2011, p. 295).

Para Tavares dos Santos (1978), a produção familiar é constituída por diversos elementos como: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório do camponês, a força de trabalho assalariada, a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

No caso do produtor familiar de café, esporadicamente, ele vende sua força de trabalho para auferir renda complementar, como, por exemplo, em épocas de colheita de culturas temporárias, ou mesmo as esposas como diaristas domésticas, realizando-se, assim, um trabalho acessório.

Os cafeicultores familiares, para superarem a falta de mão de obra no período da colheita, contratam trabalhadores temporários assalariados que podem ser membros de estabelecimentos rurais da circunvizinhança ou residentes de núcleos urbanos próximos. Conforme Tavares dos Santos (1978), essa contratação temporária não descaracteriza categoria da unidade de produção familiar e não verifica uma relação de produção capitalista.

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em conseqüência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 43).

Segundo Carneiro (2008), a agricultura familiar consiste em uma família que é responsável pela organização técnica da produção, pela execução de tarefas e pelo destino dado aos seus resultados. O núcleo familiar é uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas, não podendo reduzir as análises apenas as suas relações de trabalho.

Nesse contexto, diversos estudos relativos à agricultura familiar restringem-se ao âmbito econômico, pois sua dinâmica é vista apenas sob a ótica do mercado. A unidade familiar deve ser compreendida também com uma relação social que integra valores e identidade entre os seus membros. De acordo com Carneiro (2008, p. 260), “[...] fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas”.

O fator de ordem cultural reporta-se à abordagem da tradição, que, para Silva e Silva (2005, p. 405), “[...] é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade”. Nesse sentido, a cafeicultura mostra-se muito presente e enraizada nos produtores rurais, por terem trabalhado a maior parte da vida nessa atividade.

Além disso, acredita-se que a experiência na cafeicultura permite aproximar e internalizar no produtor a tradição, pois, como se trata de uma cultura permanente, que gera esforço, dedicação e atenção – nos cuidados diários, na rebrota, no esqueletamento, na colheita, na adubação –, faz com que subjetivamente se crie um vínculo, uma proximidade do produtor com a planta e, com o passar do tempo, isso se transforma em uma tradição.

A cafeicultura é uma fonte de significado e experiência, ou seja, o café é produzido com base nas experiências do trabalho que, passado de geração a geração, permite que se tenha um desenvolvimento pleno do cultivo, já que se trata de uma planta com vida útil média de 18 anos.

Aliás, essa experiência adquirida pelo cafeicultor familiar é um dos parâmetros utilizados na estratégia de reprodução social, porque “[...] a tomada de decisão e as opções, sejam quais forem, possuem um referencial que, na prática, se materializa por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos” (SCHNEIDER, 2003, p. 116).

A experiência adquirida pelo cafeicultor, isto é, seu cotidiano com o trato do cafezal e, também, com o processo de produção assume papel importante para a permanência da cafeicultura como uma estratégia de reprodução social. Para Bourdieu (1996 apud SILVA, 2015, p. 90),

[...] estratégia é resultado da articulação de um senso prático e de um *habitus*¹³, no qual os indivíduos não constroem as estratégias como desejam, mas como condições cotidianas de sobrevivência, seja sociocultural, econômica ou política (grifo do autor).

Paralelamente à tradição ou à experiência do produtor de café na atualidade, observam-se tanto a introdução da tecnologia no processo de produção quanto a qualidade do produto. Trata-se de uma discussão sobre a possibilidade de auferir maior rentabilidade ao produtor e, conseqüentemente, sua reprodução social e econômica.

Nesse meio, o engajamento dos filhos na cafeicultura, com as facilidades dessa geração de manusear a tecnologia e buscar um diferencial para o seu produto, é importante se somado à tradição e à experiência transmitida pelos pais.

¹³ Bourdieu (2010, p. 22) considera que “[...] os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintas [...], por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro”.

Assim, para Lamarche (1998 apud SILVA, 2015, p. 91), estratégia é entendida como:

[...] um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem a necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir.

Outro autor que se refere ao conceito de estratégia é Chayanov (1974 apud PEDRO; HESPANHOL, 2013, p. 63), que menciona como “[...] um conjunto de decisões, planejamentos e metas decididas no âmbito da família. Estas visam estabelecer o equilíbrio entre os fatores e as técnicas de produção e as necessidades da família”.

Já para Candiotto (2011, p. 293), a estratégia é mencionada como certa autonomia do produtor familiar:

Acreditar que o elemento central que fundamenta diversos estudos sobre a agricultura familiar seja este, referente a uma relativa autonomia dos agricultores familiares, pois a posse da terra, o trabalho familiar, o vínculo com a terra e o predomínio de ruralidade na identidade dos agricultores familiares permitem a estes poderem decidir as estratégias a serem seguidas, tanto do ponto de vista produtivo como na gestão geral da propriedade.

Dessa maneira, a estratégia se inicia na “[...] análise dos fatores externos e internos, cria alternativas estratégicas, passa pelo processo de tomada de decisão (escolha da estratégia), e chega à definição dos objetivos e metas [...]” (ARTIGIANI; ARRAES, 2004, p. 3).

Portanto, considera-se que a estratégia é utilizada pelo agricultor familiar baseada nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Ademais, as estratégias utilizadas – no caso, a permanência da cafeicultura na unidade familiar – são decididas pelos membros da família em consideração com a sua reprodução social, que é, acima de tudo,

[...] o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e

ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

No entendimento sobre a estratégia de reprodução social, Bourdieu (1996 apud SILVA, 2015, p. 90) coloca que “[...] a dinâmica social, marcada pela formação das condições de sobrevivência, produz estratégias de reprodução, ou seja, para ele a reprodução da ordem social ocorre, somente, através das estratégias”.

As estratégias dos produtores familiares de café que possibilitam melhores condições para suas reproduções social e econômica estão alicerçadas na tecnificação, na diversificação e na produção de café de qualidade. Esses fatores são entendidos pelos técnicos do EMATER e do IAPAR como formas de reduzir os custos da produção e, ainda, de proporcionar aumento na renda familiar.

3 CONTEXTUALIZANDO A CAFEICULTURA NO NORTE DO PARANÁ



3.1 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ

A formação territorial do Norte do Paraná é constituída por períodos e características distintos, em uma continuidade espaço-temporal no sentido leste para oeste. Além disso, essa região é tradicionalmente dividida em três regiões geográficas: Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. Atualmente, apresenta-se com outras denominações para essas áreas, formando-se três mesorregiões, segundo o IBGE: Norte Pioneiro Paranaense (região referente ao Norte Velho), Norte Central Paranaense (região referente ao Norte Novo) e Noroeste Paranaense (região referente ao Norte Novíssimo), conforme o Mapa 3.

Segundo Wachowicz (1988), a ocupação do Norte Pioneiro se iniciou em meados do século XIX com a fundação da Colônia Militar Jataí, como base militar do governo imperial brasileiro, e com os aldeamentos indígenas de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara às margens do Rio Tibagi.

Posteriormente, o conhecimento de terras devolutas, com solo fértil, de grandes extensões, sem restrições para o cultivo de café e propícias à aquisição de posse incentivou a migração de fazendeiros oriundos principalmente de São Paulo e de Minas Gerais para essa região (WACHOWICZ, 1988).

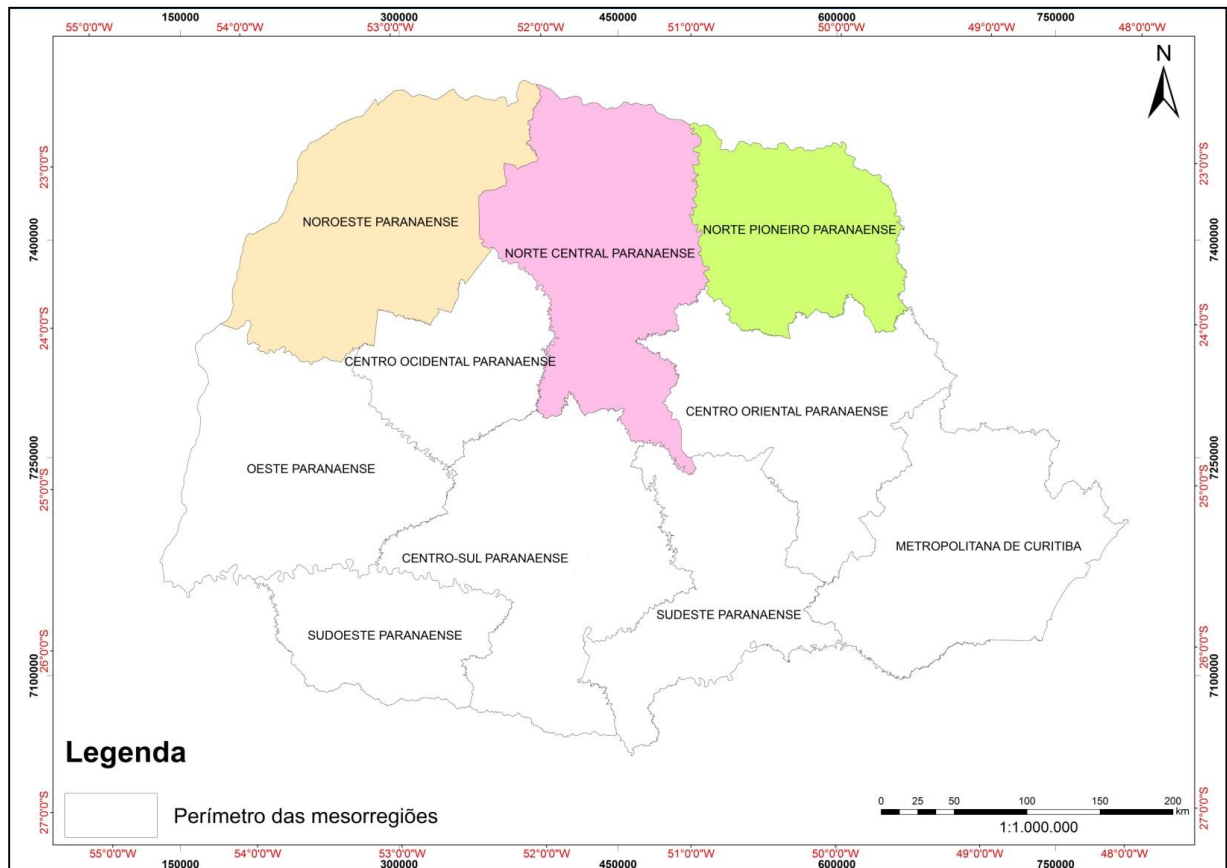
Era a frente pioneira constituída por fazendeiros, grandes proprietários isolados que empreendiam a empresa, com suas famílias e empregados, espontaneamente, procurando as terras do Norte do Paraná, para plantar café e, em menor escala, para a criação de gado (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 213).

Um dos pontos importantes para a expansão da cafeicultura paulista ao Norte Pioneiro do Paraná foi a chegada da ferrovia em 1908 (Estrada de Ferro Sorocabana) em Ourinhos, no estado de São Paulo, na divisa com o Paraná, possibilitando o escoamento da produção de café para a capital paulista e ao porto de Santos.

Entretanto, a construção da ferrovia São Paulo – Paraná por um grupo econômico paulista liderado por Antônio Barbosa Ferraz, com extensão de 29 quilômetros, ligando Cambará à Estrada de Ferro Sorocabana, em Ourinhos, possibilitou que a atividade cafeeira expandisse pelo Norte Pioneiro (WACHOWICZ, 1988). Como afirma Cancian (1981, p. 24), “[...] data de 1912 a entrada do primeiro

grande cafeicultor na região [...]. São Paulo procurava sustentar os preços, o Paraná incentivava a produção”.

Mapa 3 – Regionalização do Norte do Paraná



Fonte: IPARDES (2014)

Organizado por: Leandro Garcia Niehues

Elaborado por: Pedro Guglielmi Junior

O interesse do Paraná pode ser justificado pelas maiores divisas que o café proporcionava aos estados produtores em comparação à economia paranaense sustentada na extração da erva-mate. Padis (1981, p. 82) ressalta que, no final da década de 1930, o Paraná era “[...] uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, [...] além de periférica, de situação bastante precária”.

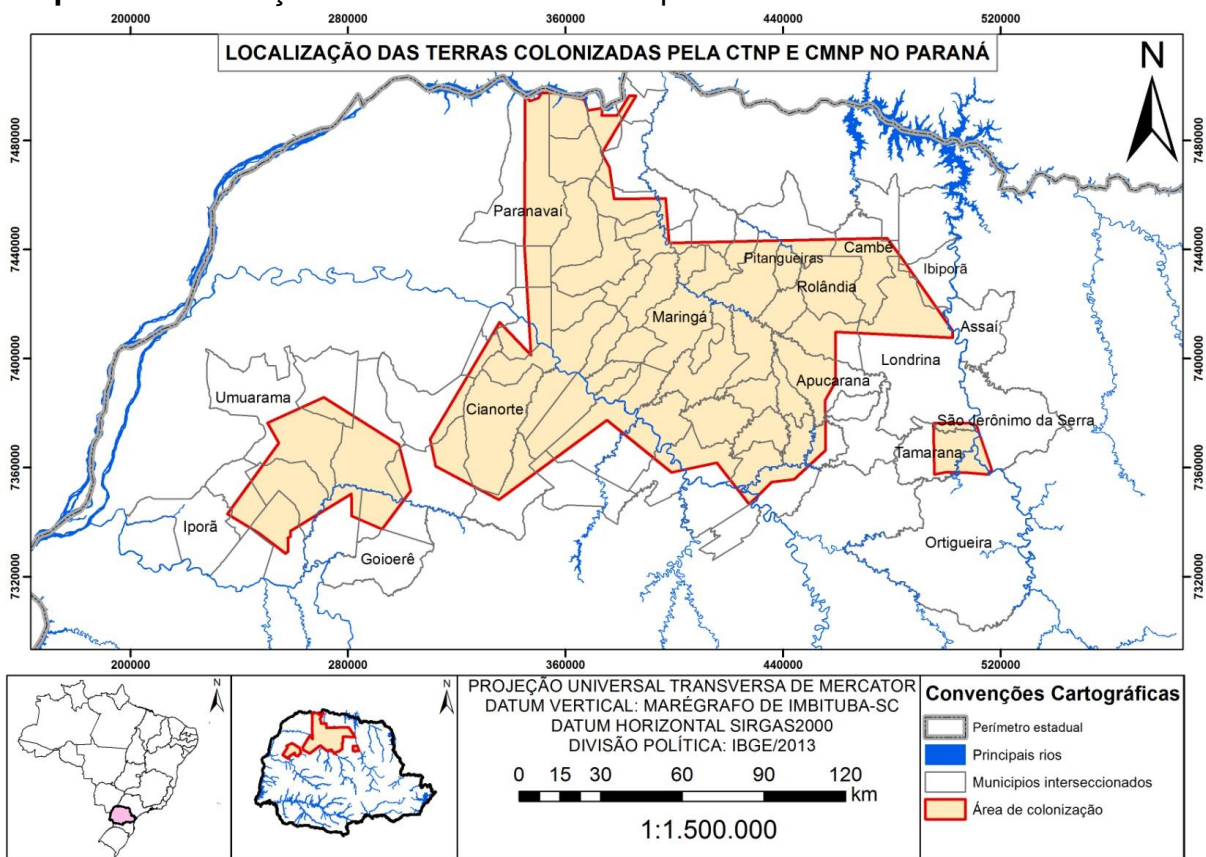
A atividade cafeeira adentrou o Paraná por essa região como consequência da expansão de tal atividade em São Paulo, e seguiu em direção ao Norte Novo, onde está localizada a MRG de Londrina, até chegar ao Norte Novíssimo, no noroeste do estado. Segundo Cancian (1981, p. 14):

[...] desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de

defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais.

Na década de 1920, a Paraná Plantations Co., de capital inglês, adquiriu junto ao governo 515.000 alqueires paulistas^{14 15} (Mapa 4), conforme Müller (2007)¹⁶, por meio de sua subsidiária denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)¹⁷ e da compra da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná. Prosseguiu-se com o avanço das frentes pioneiras, levando os trilhos para Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Jataizinho, Londrina, Apucarana e Maringá.

Mapa 4 – Localização das terras colonizadas pela CTNP e CMNP no Paraná



Fonte: CMNP (1977, p. 120)

Organizado por: Leandro Garcia Niehues

Elaborado por: Pedro Guglielmi Junior

¹⁴ Após 1944, já sob direção nacional, foram adquiridos mais 30.000 alqueires paulistas (CMNP, 1977).

¹⁵ A área de 01 alqueire paulista é equivalente a 2,42 hectares, ou seja, 24200 m².

¹⁶ Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n. 22, p. 55-97, março 1956.

¹⁷ A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), formada por capital inglês, foi oferecida à venda em 1942 devido à necessidade de repatriação de capitais para esse país pelas consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1944, foi adquirido o controle acionário dessa Companhia por um grupo de investidores brasileiros que, em 1951, passa a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP (CMNP, 1977).

Avançando sempre pela “terra roxa” – como era chamada – e encontrando uma zona de relevo mais suave, com alguns espigões e colinas, a frente pioneira progrediu rumo ao oeste, cortando os baixos cursos dos afluentes do Paranapanema e formando uma longa faixa paralela a esse rio.

Portanto, coube à CTNP a responsabilidade pela comercialização dos lotes dessa região, em que Londrina se tornara o principal município. Esse empreendimento baseou-se no parcelamento do solo, em média de 30 hectares, conforme descreve Monbeig (2007, p. 08)¹⁸:

[...] de facto, toda a zona da Companhia ingleza [sic] é território de pequenas propriedades. Não se contam senão duas fazendas de 200 alqueires e a grande maioria das explorações agrícolas tem uma área variando de 5 a 25 alqueires; parece pois possível attribuir-se [sic] ao typo [sic] médio uns doze alqueires.

De acordo com a CMNP (1977), o tamanho dos lotes oferecidos para a comercialização era de 10, 15 e 20 alqueires, ou seja, aproximadamente 24, 36 e 48 hectares. Devido a esse tipo de parcelamento, os preços acessíveis para a compra, o acesso às rodovias, às ferrovias, a proximidade entre as cidades, a fertilidade do solo e a cafeicultura possibilitaram à Companhia alcançar êxito no seu empreendimento.

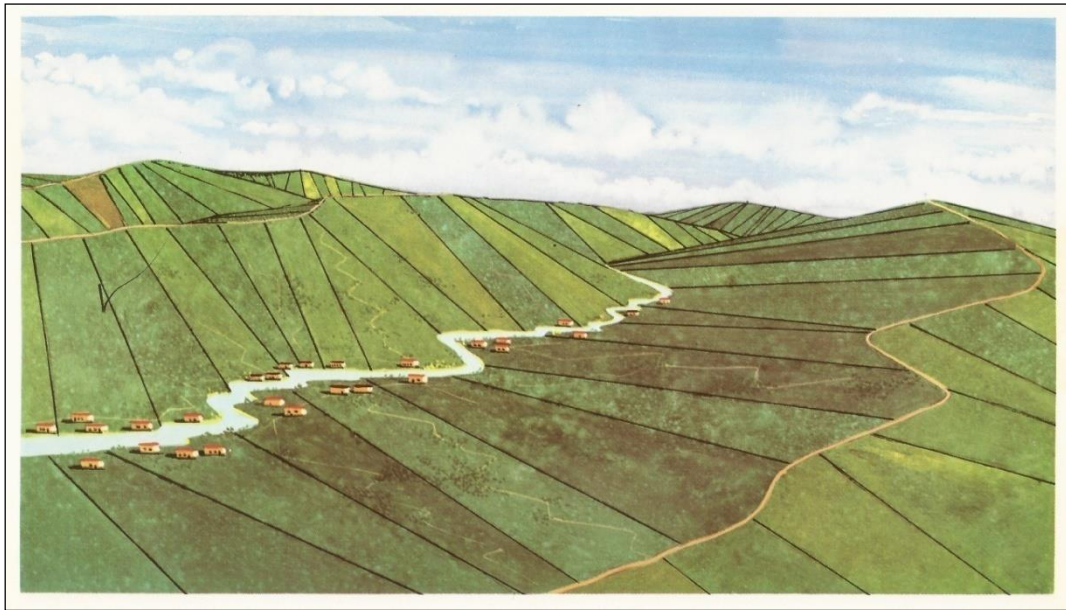
Ainda conforme CMNP (1977), o planejamento territorial executado pela companhia de colonização propunha que cada lote rural teria uma estrada de acesso à sua frente, para uma melhor mobilidade e facilidade de escoamento da produção; e ao fundo, um curso d’água.

Na parte alta do lote, o produtor familiar destinava o uso do solo para o cultivo do café e, na parte baixa, ficaria a residência e o cultivo de hortas, pomares e a criação de pequenos animais para consumo próprio. As casas eram construídas alinhadas umas às outras, próximas aos cursos d’água, o que facilitaria o acesso a esse recurso e também à formação de comunidades, favorecendo o trabalho de mutirão nas lavouras de café (Figura 5). Entre as fileiras do cafezal, o cultivo de arroz e milho era destinado para seu próprio sustento e para a renda complementar com a venda dos excedentes.

¹⁸ Artigo publicado originalmente na Revista Geografia, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 221-238, 1935.

A proposta para o desenvolvimento local/regional por meio desse modelo de colonização, segundo a CMNP (1977), é que esses pequenos proprietários gerariam a circulação de dinheiro em escala local/regional, comercializando a sua produção de café com o beneficiador desse produto nas cercanias, e o dinheiro recebido se destinaria às compras no comércio próximo de sua residência.

Figura 5 – Parcelamento do solo na área rural da CTNP



Fonte: CMNP (1977, p. 122)

Os migrantes que ocuparam a área da CTNP eram provenientes principalmente de São Paulo. A renda gerada com o trabalho dos colonos das fazendas de café e as condições favoráveis que a Companhia oferecia na compra de lotes possibilitaram esses colonos tornarem-se pequenos proprietários de terra.

De acordo com Cancian (1981, p. 76), os lotes da CTNP consistiam em “[...] áreas onde o planejamento antecedeu a colonização, onde os lotes eram na maioria pequenos e médios e os pagamentos parcelados da terra permitiam que antigos colonos e pequenos lavradores se transformassem em proprietários”.

Conforme Cancian (1981), a atividade cafeeira no Norte do Paraná até a década de 1940 se deparou com diversas situações que interferiram no ritmo de expansão da sua produção, como o esforço do governo para manter os preços mediante a oferta e a demanda, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, constantes geadas, a Segunda Guerra Mundial

(1939-1945), ou seja, retrações econômicas mundiais, eventos políticos, fenômenos climáticos e controle da produção interna.

No período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945 até 1954, os preços do café aumentaram vertiginosamente, levando a uma intensificação da cafeicultura no Norte do Paraná. Segundo Rocha e Morandi (1991), no ano de 1945, o preço médio de exportação brasileira de café era de US\$ 16,18/sacas de 60 kg. Em 1954, atingiu US\$ 86,83/sacas de 60 kg.

Assim, aos altos preços do café, vigorantes na década de 1950, a resposta dos empresários agrícolas, quer na pequena, média ou grande propriedade, foi o seu plantio em alta escala, levando a níveis próximos de monocultura total que só não chegou a isto porque não era compensador plantá-lo nos vales, onde as temperaturas de inverno atingiam quase que anualmente a níveis de geadas. Sob essas condições, entre 1950 e 1960, o Norte Novo de Londrina se constituiu praticamente em uma floresta de cafezais que foi se estendendo, ampliando rumo ao noroeste, acima do paralelo de 24º, seu limite climático [...] (CANCIAN, 1981, p. 111).

Em 1960, com a expansão da cafeicultura, segundo a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (apud Cancian, 1981, p. 122), “[...] o Paraná produziu quase um terço da produção mundial, metade da produção brasileira [...]”, o que pode sustentar a ideia de que um conjunto de fatores, como o modelo de colonização baseado na pequena e na média propriedade, a fertilidade do solo, o preço do café em alta e a não intervenção por parte do governo do estado do Paraná, contribuíram para o crescimento da atividade cafeeira no Norte do Paraná e, conseqüentemente, Londrina se tornou a “Capital Mundial do Café”¹⁹. Essa região que, poucos anos antes, era área de mata virgem, nesse momento se depara com um alto desenvolvimento socioeconômico.

Devido ao seu processo de colonização, o Norte do Paraná possui estreito laço com São Paulo, juntamente à deficitária infraestrutura de ligação com Paranaguá, o que incentivou que a produção de café fosse direcionada principalmente ao porto de Santos. Mesmo que a localização do porto de Paranaguá fosse mais próxima, havia a preferência pelo de Santos. Além disso, este contemplava uma estrutura comercial para a exportação do café.

¹⁹ Essa adjetivação foi recebida na década de 1950 pelo fato de controlar maior parcela da comercialização cafeeira devido à presença de importantes escritórios de exportação, máquinas de beneficiamento do produto e sistema bancário (FRESCA, 2014).

[...] embora entre 1947/49 e 1950/59 tenha havido um substancial aumento no volume exportado por Paranaguá, durante toda a década dos anos cinqüenta, a participação relativa deste porto sobre o total de café exportado pelos portos brasileiros permaneceu praticamente a mesma, ou seja, em torno de 18 por cento. É só a partir de 1961, com a construção da “rodovia do café”²⁰, que o volume exportado por Paranaguá aumenta de forma apreciável, acarretando uma considerável melhora na sua participação relativa (PADIS, 1981, p. 128).

Quando houve o aumento do volume de exportação pelo porto de Paranaguá, parte da produção de café no Paraná estava localizada no Norte Novíssimo (Noroeste), onde se encontram terras mistas ou arenosas e de baixa fertilidade, interferindo na qualidade da bebida do café.

De acordo com o entrevistado Lima, esse tipo de café foi amplamente exportado por Paranaguá, o que caracterizou o produto paranaense como de baixa qualidade. Aqueles cafeicultores que produziam o café com mais qualidade procuravam destinar sua produção para o porto de Santos, que garantia preços melhores na comercialização.

O Jornal Folha de Londrina (SCHWARTZ, 2014a, 2014b, 2014c) trouxe uma série de reportagens sobre os acontecimentos históricos do município de Londrina, na qual são destacadas as potencialidades econômicas e algumas infraestruturas construídas no auge do café, bem como as riquezas geradas por esse produto.

Entre elas estão: em 1946, a criação da Associação Rural de Londrina (posteriormente denominada Sociedade Rural do Paraná); em 1952, a abertura da matriz do Banco Nacional do Paraná e de Santa Catarina S. A. (Nossobanco); em 1953, a população do município de Londrina era de aproximadamente 90.000 habitantes, estando 48.000 na zona urbana, possuía 26 bancos, 5 hospitais e 20 escolas; em 1958, o aeroporto de Londrina era o terceiro do país em tráfego aéreo, sendo superado apenas por Congonhas (São Paulo) e Santos Dumont (Rio de Janeiro); em 1960, a criação do Centro do Comércio de Café do Norte do Paraná (CCCNP)²¹; em 1966, a inauguração da fábrica de café solúvel da Companhia

²⁰ A “Rodovia do Café” foi inaugurada em 1965 e liga as cidades de Apucarana e Paranaguá, formada por trechos da BR-376 e da BR-277. Essa rodovia era a principal via de escoamento da produção cafeeira e instrumento de integração econômica, social e política do Paraná (DER/PR, 2015).

²¹ O Centro do Comércio de Café do Norte do Paraná é uma associação de classe de âmbito estadual fundada em 1960, que reúne e representa os exportadores, comerciantes, produtores, corretores, indústrias, armazéns gerais e empresas de transporte ligadas ao café, com o objetivo de valorizar o café paranaense, promover a informação e a prestação de serviços de classificação e de arbitragem de café (POZZOBON, 2006).

Cacique de Café Solúvel, cuja primeira exportação foi destinada à Rússia; e, em 1969, a inauguração da nova agência do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Além desses destaques, pode-se incluir a importância do Edifício América, localizado no centro de Londrina, para a cafeicultura paranaense. Conforme afirma Denardin (2006), o prédio inaugurado em 1960 é constituído por 17 andares, e as salas são ocupadas, em sua maioria, por corretoras e exportadoras de café, o CCCNP e a Bolsa de Cerais e Mercadorias de Londrina (BCML)²², criada em 1994 e que tem o café como o principal produto negociado.

Um dado interessante desse edifício elencado por Denardin (2006) era a perspectiva que, em 2006, os escritórios comercializassem cerca de 80% da safra paranaense de café e, ainda, parte da produção do estado de Rondônia. No entanto, ainda que o prédio possua representatividade para a cafeicultura do Paraná, o volume comercializado e a quantidade de empresas envolvidas são muito inferiores se comparados às décadas anteriores.

Para se ter uma ideia, em 1960, havia 400 associados no CCCNP e, na atualidade, possui apenas 50. Do mesmo modo demonstra o sindicato dos corretores, em que passou de 600 sócios para apenas 50 (DENARDIN, 2006).

Há também que se destacar a atuação da Associação Paranaense de Cafeicultores (APAC), fundada em 1951, que reúne os envolvidos em produção, comercialização, estocagem, torrefação, transporte e exportação. Trata-se de um órgão representativo dos cafeicultores, que desempenhou, a partir de suas lideranças, principalmente na época do auge do café no Paraná, um papel fundamental quanto aos problemas climáticos, fitossanitários, ao fluxo de safra, à comercialização, às reivindicações, entre outros fatores (POZZOBON, 2006).

A partir dessas colocações, pode-se considerar que o desenvolvimento das forças de produção no Norte do Paraná foi proporcionado basicamente pela economia gerada da atividade cafeeira.

Já na Grande Região Norte, pode-se até pensar na existência de um razoável nível de desenvolvimento das forças produtivas, porque, além de contar com significativo número de produtores capitalistas (cujo processo de acumulação se deu com o ciclo cafeeiro), houve a criação de uma infra-estrutura produtiva, no que diz respeito: aos meios de transporte, capacidade de armazenagem, instalação de bancos, certa organização política entre os produtores, um setor de

²² Atualmente, a BCML está localizada e atendendo em outro endereço.

serviços ligado ao mercado externo (desenvolvido com a exportação de café) e o início do movimento cooperativista (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 49).

Vale lembrar que a criação de cooperativas no Norte do Paraná advém da dinâmica da cafeicultura nessa época, como exemplo: Cooperativa Londrinense de Cafeicultores, Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Cornélio Procópio, Cooperativa dos Cafeicultores de Apucarana, Cooperativa dos Cafeicultores de Ivaiporã, Cooperativa de Cafeicultores Norte do Paraná de Jacarezinho, Cooperativa Agrícola de Cotia - Filial Londrina, Cooperativa Agro-cafeeira de Pirapó, Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari (COCARI), Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu (COFERCATU), Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (COCAMAR), Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores de Rolândia (COROL), entre outros (CARVALHO, 1991; SERRA, 2000).

Nesse sentido, Serra (2000, p. 154) destaca que:

[...] o café foi o produto agrícola que abriu as portas para o cooperativismo na região Norte do Paraná. As cooperativas foram surgindo, inicialmente à custa e risco dos próprios cafeicultores e, posteriormente, com a ajuda do Instituto Brasileiro do Café.

Segundo o autor, as primeiras cooperativas de cafeicultores surgiram principalmente para resolver o problema da falta de vagões para o escoamento das safras de café, por via ferroviária, do Norte do Paraná até São Paulo. Essa é a origem da primeira cooperativa de cafeicultores do Norte do Paraná, a Cooperativa Agrícola de Três Barras, fundada em 1939 no município de Assaí por agricultores japoneses, a Cooperativa Agrícola Mista de Cambé, de 1943, além de outras instaladas nos municípios da região.

Tais cooperativas tiveram importância durante alguns anos, mas acabaram encerrando suas atividades devido à incapacidade de alcançar seus principais objetivos. A falta de meios para o escoamento das safras era um problema conjuntural e essas cooperativas não contavam com força política suficiente para resolver o problema.

Após a instalação do IBC no Norte do Paraná, na década de 1960, diversas cooperativas foram recuperadas e outras foram fundadas. Nessa época, a falta de vagões deixou de ser um problema, mas os efeitos da constante superprodução de

café e, conseqüentemente, da depreciação dos preços do produto passaram a criar sérias dificuldades para as cooperativas e eminente prejuízos aos cafeicultores.

Para resolver ou amenizar essa situação junto às cooperativas, o governo executava suas políticas cafeeiras por meio do IBC. A relação entre a autarquia e as cooperativas foi de suma importância para o combate à crise cafeeira e, por consequência, à economia nacional, pois o café era, na época, o principal produto de exportação do Brasil.

De acordo com Araújo (1982 apud SERRA, 2000, p. 155), um dos objetivos do IBC era “[...] incentivar o cooperativismo de produção, de crédito e de distribuição entre os cafeicultores, visando oferecer melhor remuneração e aprimoramento na qualidade do café”. Vale destacar que havia, em 1964, no Paraná, 34 cooperativas de cafeicultores, muitas incentivadas pelo IBC. Essas cooperativas atuavam no armazenamento da produção, na venda de insumos e na comercialização do café (SERRA, 2000).

Em meados da década de 1960, com os programas de erradicação das lavouras de café e de diversificação da produção, as cooperativas são forçadas a adaptar-se a essa nova realidade. Com o apoio do governo por meio de financiamentos, principalmente destinados à construção de armazéns, algumas cooperativas antes voltadas somente à cafeicultura, nesse momento, estruturaram-se e expandiram no Paraná com a introdução do cultivo da soja. Portanto, é importante salientar que as cooperativas do Norte do Paraná se fortaleceram com a expansão do cultivo da soja, mas as suas origens se devem à cafeicultura.

As riquezas geradas pelo café também são retratadas pela obra literária “Terra-vermelha”, escrita por Domingos Pellegrini. Essa obra relata a formação territorial do Norte do Paraná e traz consigo uma abordagem a respeito da cafeicultura, do início da colonização às conseqüências da geada de julho de 1975 e à introdução da industrialização no campo. Na Figura 6, observa-se um recorte dessa obra a respeito das transformações ocorridas no espaço geográfico de Londrina no auge da cafeicultura.

Figura 6 – Fragmento da obra “Terra-Vermelha”

Londrina ria. Rico ri à toa, dizia Zé. Nunca uma terra tinha dado tanto café, doutores e peões concordavam que a terra-vermelha era sem igual para o ouro-verde.

— Nós estamos na melhor terra para o melhor negócio do mundo depois do petróleo — Zé repetia enquanto comprava sítios, contratava capatazes, plantava café.

— Mas um dia vem geada — avisava Góis feito ave agourenta, montado no cavalo com capotão de boiadeiro, já pronto para geada.

Novas ruas surgiam todo dia, novos loteamentos, vilas de onde vinha nos pneus o barro para o centro, torrões que esfarelavam na poeira fina e vermelha que continuava a cobrir tudo. Nas ruas antigas caíam as casas de madeira, para dar lugar a sobrados e lojas de alvenaria. Gente de toda a região vinha fazer compras e passear.

Fonte: PELLEGRINI (1998, p. 347)

Com a entrada de outros países produtores na comercialização mundial, criou-se uma saturação do mercado, impulsionando acordos internacionais para tratar da regulação da oferta e da demanda e para evitar a volatilidade dos preços e da produção.

Os desequilíbrios agravados do mercado internacional pelo excesso da produção, e motivados pela entrada das safras paranaenses e dos cafés africanos, conduziram, desde 1958, ao Acordo Internacional do Café, entre produtores e consumidores, com o estabelecimento do regime de quotas de exportação para cada um daqueles países (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 224).

Segundo os autores, para o Brasil cumprir esse acordo e também para manter o controle na produção, efetivou uma política econômica de erradicação dos cafezais improdutivos e localizados em áreas inadequadas para o cultivo, que foi executada a partir de 1962 pelo GERCA²³.

Além disso, a conjuntura política de desenvolvimento do país realizada por meio da industrialização e da urbanização criou uma estratégia pública de incentivo à apropriação do capital industrial no campo. A ênfase dada à industrialização do campo, as políticas cafeeiras e as constantes geadas provocaram transformações socioespaciais no Norte do Paraná.

²³ A respeito dos programas executados pelo GERCA, vide tópico 2.1.

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS REFLEXOS NA CAFEICULTURA PARANAENSE

O processo de industrialização da agricultura brasileira foi iniciado a partir de meados da década de 1950, em um momento em que as indústrias assumem o controle e impõem um ritmo que altera as técnicas utilizadas na agricultura.

Isso significa que a indústria passa, agora, a comandar a produção do campo. Ao longo desse processo de industrialização da agricultura, verifica-se que cada vez mais a agricultura fica menos dependente das relações com a natureza e, por outro lado, mais subordinada e vinculada à indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Alguns exemplos podem ser notados na atividade cafeeira, como o consumo de equipamentos (esqueletadeira, pulverizadores, derriçadeira, entre outros) para manutenção e colheita no cafezal e de insumos industrializados, como fertilizantes, herbicidas, inseticidas e outros. Portanto, conforme Graziano da Silva (1982, p. 45):

[...] é com a industrialização da agricultura que as limitações impostas pela Natureza vão sendo superadas enquanto barreiras à produção agropecuária: é como se o homem passasse a “fabricar” as terras necessárias através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc.) e das relações que se estabelecem entre os vários agentes sociais da produção.

A industrialização da agricultura brasileira, com reflexos na MRG de Londrina, proporcionou um grande impacto no espaço agrário e nas relações sociais presentes no campo, como explica Hespanhol (2013, p. 105):

No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura – aprendida pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico –, favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc., resultando numa maior heterogeneidade socioespacial.

Santos (2000, p. 89) salienta que “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”. Essa industrialização trouxe consigo o desenvolvimento para alguns e a queda para outros, acarretando uma série de

êxodos, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda, exploração da mão de obra, problemas ambientais, entre outros.

Vale salientar os impactos ambientais gerados no campo pelo cultivo das lavouras temporárias, pois estas necessitam de aplicação intensiva de agrotóxicos na produção. Aqueles que ainda resistiam na área rural foram expostos também ao problema de contaminação.

Ressalta-se, ainda, que a industrialização da agricultura, chamada de “Revolução Verde”, foi um instrumento de modernização conservadora no campo. Fica nítido que apenas os agricultores com maior condição financeira poderiam participar desse pacote tecnológico que estava à disposição do campo.

A redução na área com lavouras permanentes representa não só um processo evidente de substituição de culturas, na medida em que concomitante ao decréscimo absoluto nas áreas com esse tipo de lavoura há um acréscimo nas áreas com lavouras temporárias, pastagens e florestas plantadas, mas também uma evolução na base técnica da lavoura cafeeira. Fato evidenciado pela redução de área e manutenção, ou até mesmo aumento no número de pés de café [...]. As transformações na base técnica da produção cafeeira ocorreram principalmente devido à adoção das inovações biológicas (novas variedades) e químicas (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 57).

Conforme coloca Graziano da Silva (1996), isso seria a evidência da modernização da agricultura, que se inicia com o processo de transformação da base técnica da produção no pós-guerra, no intuito de aumentar a produtividade, ou seja, a subordinação da natureza ao capital.

Segundo Fleischfresser (1988), o processo do êxodo rural já ocorria no Norte do Paraná na década de 1960 com a erradicação do café entre 1962 e 1967, que expulsou do campo 58 mil famílias. Na década de 1970, acentuou-se a migração da população rural para a cidade em busca de uma nova oportunidade de emprego e de moradia ou até mesmo de sobrevivência.

Fleischfresser (1988) ainda destaca que, durante a década de 1970, houve evasão da população rural do Norte do Paraná de 1 milhão de pessoas. Especificamente na MRG de Londrina, pode-se observar, na Tabela 3, que a população rural representava 37,77% do total, de acordo com o Censo Demográfico do Paraná de 1970 (IBGE, 1973).

Assim sendo, no período de uma década, a população rural diminuiu para 15,51%, conforme o Censo Demográfico do Paraná de 1980 (IBGE, 1982). É importante salientar que até a década de 1970, com exceção de Londrina, onde a população encontrava-se predominantemente na área urbana, os outros municípios ainda tinham maior parcela vivendo no campo. No entanto, no período retratado ocorre uma significativa reversão desse quadro.

No mais, Fleischfresser (1988) menciona que as principais causas desse movimento são um conjunto de diversos fatores, como os programas de racionalização do café e de diversificação da produção agropecuária desenvolvidos pelo GERCA; a ocorrência de fortes geadas (principalmente a de 1975); a substituição das lavouras de café e culturas alimentares por soja, produzida sob novas relações de produção e base técnica; a expansão da pecuária; a concentração de terras; e a tecnificação da própria produção do café.

Tabela 3 – População urbana e rural da MRG de Londrina: 1970 e 1980

| Municípios da MRG de Londrina | População urbana | | População rural | | Participação relativa % pop. urbana | | Participação relativa % pop. rural | |
|-------------------------------|------------------|--------|-----------------|-------|-------------------------------------|-------|------------------------------------|-------|
| | 1970 | 1980 | 1970 | 1980 | 1970 | 1980 | 1970 | 1980 |
| Cambé | 13510 | 44803 | 22111 | 9053 | 37,93 | 83,19 | 62,07 | 16,81 |
| Ibiporã | 12999 | 20064 | 14194 | 7560 | 47,80 | 72,63 | 52,20 | 27,37 |
| Londrina | 163528 | 266940 | 64573 | 34771 | 71,69 | 88,48 | 28,31 | 11,52 |
| Rolândia | 20845 | 26968 | 27119 | 14484 | 43,46 | 65,06 | 56,54 | 34,94 |
| MRG de Londrina | 210882 | 358775 | 127997 | 65868 | 62,23 | 84,49 | 37,77 | 15,51 |

*Os dados dos municípios de Tamarana e Pitangueiras estão inclusos, respectivamente, junto à Londrina e à Rolândia, por estarem na condição de distritos na época.

Fonte: IBGE (1973; 1982)

Na atividade cafeeira, segundo relatos de produtores entrevistados, o café já estava com problemas de doenças e de baixa produtividade na época da geada de 1975, acelerando a sua substituição por lavouras temporárias, como soja, milho, trigo, algodão e, também, pela pastagem. A Tabela 4 mostra que a cafeicultura paranaense já enfrentava um declínio a partir da década de 1960, mesmo em posição de liderança, chegando à produção zero devido à “Geada Negra”.

Tabela 4 – Produção brasileira de café por estados (em milhões de sacas beneficiadas) no período de 1961 a 1982

| Ano safra | Paraná | São Paulo | Minas Gerais | Espírito Santo | Outros | Total | Participação Paraná (%) |
|-----------|--------|-----------|--------------|----------------|--------|-------|-------------------------|
| 1961/62 | 21,4 | 11,3 | 4,0 | 1,9 | 1,0 | 39,6 | 54,0 |
| 1962/63 | 18,0 | 5,2 | 2,5 | 2,4 | 0,8 | 28,9 | 62,2 |
| 1969/70 | 12,3 | 6,1 | 1,3 | 0,5 | 0,4 | 20,6 | 59,7 |
| 1970/71 | 1,6 | 4,4 | 3,0 | 1,6 | 0,4 | 11,0 | 14,5 |
| 1975/76 | 11,7 | 7,0 | 2,0 | 1,0 | 0,5 | 22,2 | 52,7 |
| 1976/77 | 0,0 | 1,9 | 2,3 | 1,5 | 0,3 | 6,0 | 0,0 |
| 1980/81 | 3,0 | 7,5 | 3,6 | 3,4 | 0,9 | 18,4 | 16,3 |
| 1981/82 | 7,2 | 9,9 | 10,6 | 3,2 | 1,2 | 32,1 | 22,4 |

Fonte: adaptado de Serra (2000, p. 151)

A safra de 1961/1962 teve o maior volume de produção alcançado pela cafeicultura no Paraná, e a safra de 1962/1963 correspondeu à maior participação do estado na produção brasileira de café. Esses fatos demonstram o auge da cafeicultura no Paraná na década de 1960 e seu grau de influência na produção brasileira. Outro aspecto que consta nessa tabela é a baixa da produção na safra de 1970/1971 devido à geada ocorrida em 1969.

Já na safra de 1975/1976 os dados demonstram que parte da colheita já havia sido realizada antes da ocorrência da geada de 1975, garantindo renda aos produtores. No entanto, observa-se que, a partir desse período, houve dificuldades para a recuperação da produção cafeeira do Paraná, quando se compara aos anos anteriores e a sua participação no total da produção brasileira.

Em relação às condições climáticas que atingiam o Paraná, a Tabela 5 demonstra que o cafeicultor se deparava com frequentes geadas. No entanto, nenhuma delas foi tão fulminante como a de 1975, pois houve quebra de 100% da safra no ano seguinte.

Tabela 5 – Norte do Paraná: efeito das geadas sobre as safras cafeeiras (em milhões de sacas beneficiadas)

| Ano da geada | Safra do ano da geada | Safra do ano seguinte | Quebra (%) |
|--------------|-----------------------|-----------------------|------------|
| 1953 | 3,2 | 1,3 | 59 |
| 1955 | 6,3 | 2,2 | 65 |
| 1962 | 18,0 | 9,2 | 48 |
| 1963 | 9,2 | 7,1 | 22 |
| 1966 | 10,9 | 8,3 | 23 |
| 1969 | 12,3 | 1,6 | 87 |
| 1972 | 9,7 | 4,1 | 57 |
| 1975 | 11,7 | 0,0 | 100 |

Fonte: adaptado de Serra (2000, p. 153)

Os dados mostram que as geadas ocorridas em 1953 e 1955 acarretaram uma séria quebra de safra aos produtores de café. Vale destacar que a de 1955 aprofundou os prejuízos que já tinham ocorrido em 1953. Ademais, em 1955, os cafezais afetados com a geada de 1953 ainda estavam em recuperação.

Análogo a esse fato, têm-se a safra de 1972 e de 1975, quando os cafezais tinham se recuperado das intensas geadas de 1969 e de 1972, afetando 87% e 57% da produção, respectivamente. Assim, as dificuldades de produção ocasionadas pelas constantes geadas em paralelo às políticas adotadas pelo governo para a racionalização da cafeicultura e diversificação da produção agropecuária induziu os produtores de café a buscarem alternativas de renda.

A respeito da “Geada Negra” de 1975, como ilustra a Figura 7 a seguir, Batista (2010, p. 137) esclarece que:

As conseqüências causadas pela geada de 1975 foram o maior golpe da história econômica do Paraná. Pesquisas apontam que a geada foi o fator primordial para que a cafeicultura tivesse reduzido drasticamente sua área no estado [...]. A geada acelerou mudanças na estrutura fundiária do município de Londrina, no uso da terra e também desestruturou a parceria que era a principal relação de trabalho mantida entre os proprietários e os não proprietários de terras no cultivo dos cafezais, levando a uma expansão do assalariamento.

Devido a esse fenômeno climático, muitos saíram do campo por falta de trabalho e acabaram se tornando assalariados e migrando para a cidade. Mas, não foram todos que deixaram o campo, alguns permaneceram e resistiram, como ressalta Batista (2010, p.138):

Mesmo após a ocorrência da geada de 1975, que provocou acentuadas transformações, sobretudo no norte do Paraná, muitas famílias ainda continuaram inseridas no espaço rural londrinense, indo na contramão dos fatos e acontecimentos.

Alguns trabalhadores do campo que resistiram trocaram de cultivo, outros permaneceram com a cafeicultura e com esperança de prosperidade. Faz-se relevante salientar, nesse contexto, que as geadas enfrentadas pelos cafeicultores até hoje, mesmo sendo rigorosas, não causaram os impactos sociais como a de 1975, época em que a cafeicultura contava com inúmeras famílias vinculadas a essa atividade.

Figura 7 – O cafezal depois da “Geada Negra” de julho de 1975



*Erradicação do cafezal queimado com a “Geada Negra” de 1975 no Norte do Paraná.

Fonte: Antonelli e Fernandes (2015)

O fato é que o Norte do Paraná, antes considerado o maior produtor de café do Brasil, sofreu um declínio acentuado da área cultivada, pois, segundo o Censo Agrícola do Paraná de 1960 (IBGE, 1970), a área colhida de café em 1959 na MRG de Londrina foi de 91.046 ha (hectares) e, com base na Produção Agrícola Municipal (PAM), em 1980, a área colhida foi de 37.314 ha; em 2000, de 14.060 ha; e, em 2013 (ano de intensa geada), foi de 5.684 ha (IPARDES, 2015).

Essa diminuição pode ser atribuída aos efeitos climáticos, bem como ao processo de industrialização do campo e às políticas de incentivo. Com isso, a

organização socioespacial sofreu considerável alteração, tanto nas relações sociais de produção como na estrutura fundiária dessa microrregião.

Para compreender esses fatos, procurou-se realizar uma análise por meio dos dados referentes aos Censo Agrícola do Paraná de 1950, ao Censo Agrícola do Paraná de 1960 – períodos que antecedem o pacote tecnológico da “Revolução Verde” – e ao Censo Agropecuário do Paraná de 1970 e de 1980²⁴ – período da consolidação do pacote.

Esse recorte temporal também possibilitou tratar a evolução da cafeicultura na microrregião, assim como os efeitos causados pelas geadas. A fim de atualizar essa dinâmica, buscou-se o Censo Agropecuário de 2006 e, para detalhamentos mais recentes e pontuais, utilizaram-se os dados da PAM, apesar das metodologias não serem as mesmas. Os itens considerados para analisar as mudanças ocorridas nessas décadas foram: a distribuição fundiária, a utilização das terras e a condição do produtor.

Analisando a Tabela 6, percebe-se a predominância de estabelecimentos de 10 a 50 hectares, representando 68,06% do total e abrangendo 22,16% de área. Outros itens que podem ser destacados são os grupos de 100 a mais de 2000 hectares, que representam 6,79% do total dos estabelecimentos e concentram 67% do total das áreas da microrregião. Já os estabelecimentos de até 10 hectares são representados por 15,75% do total e apenas 1,40% em área. Esses dados refletem o que foi comentado a respeito da comercialização dos lotes rurais no processo da colonização dessa região, em que a maioria dos estabelecimentos era, em média, de 30 hectares.

Vale destacar também a faixa de área de 2 a 50 hectares, que consistia em 83,81% do total dos estabelecimentos, ocupando apenas 23,56% do total da área. Entretanto, a faixa de 1000 a mais de 2000 hectares representava 0,51% em número de estabelecimentos e ocupava uma área de 45,45%, ou seja, quase metade do total da área recenseada.

Isso demonstra que a concentração fundiária estava presente na microrregião, mesmo com a manutenção da estrutura preconizada pela Companhia

²⁴ Os dados do Censo Agrícola de 1950 e de 1960 e do Censo Agropecuário de 1970 e de 1980 referentes aos municípios de Tamarana e Pitangueiras encontram-se aglutinados nos municípios de Londrina e de Rolândia, respectivamente, por serem distritos deles.

de Terras (com exceção do território de Ibiporã e Tamarana, que não foi adquirido pela CTNP, conforme já destacado anteriormente).

Tabela 6 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------------|-------------------------------|---------------|------------------|---------------|
| Até 2 | 11 | 0,28 | 13 | 0,01 |
| 2 – 5 | 208 | 5,33 | 821 | 0,29 |
| 5 – 10 | 396 | 10,14 | 3071 | 1,10 |
| 10 – 50 | 2657 | 68,06 | 62006 | 22,16 |
| 50 – 100 | 367 | 9,40 | 26420 | 9,44 |
| 100 – 500 | 224 | 5,74 | 44891 | 16,05 |
| 500 – 1000 | 21 | 0,54 | 15383 | 5,50 |
| 1000 – 2000 | 07 | 0,18 | 9420 | 3,36 |
| Mais 2000 | 13 | 0,33 | 117749 | 42,09 |
| Totais | 3904 | 100,00 | 279774 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1955)

A Tabela 7 mostra a utilização das terras na microrregião, na qual se verifica que as áreas com matas ainda prevalecem (29,34%), pois era um período referente ao processo de colonização. No entanto, a lavoura permanente, que, nesse caso, remete à cafeicultura, já se destaca como o principal cultivo dessa microrregião. Convém lembrar que, em 1950, os preços do café estavam em ascensão, o que incentivou muitos produtores rurais a introduzirem essa lavoura.

Tabela 7 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950

| Uso do solo | Área (ha) | Área (%) |
|-----------------------------|------------------|-----------------|
| Lavouras permanentes | 66756 | 23,86 |
| Lavouras temporárias | 21329 | 7,62 |
| Pastagens | 44611 | 15,95 |
| Matas | 82094 | 29,34 |
| Terras incultas | 61327 | 21,92 |
| Terras improdutivas | 3657 | 1,31 |
| Total | 279774 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1955)

Pela distribuição fundiária e pela utilização das terras em 1950, é possível verificar que a maioria dos estabelecimentos estava sob a responsabilidade dos produtores e proprietários desses locais (Tabela 8) e que estes estavam auferindo a renda da terra, sejam eles detentores de maior ou menor extensão de terras.

Em seguida, pode-se destacar que 12,22% dos estabelecimentos estavam com os administradores, ou seja, geralmente, as grandes propriedades possuíam responsáveis pela organização da propriedade, que recebiam salário mediante contrato com o proprietário. Percebe-se que mais da metade das áreas dessa microrregião estava destinada a esse tipo de relação de trabalho.

Tabela 8 – Condição do responsável na Microrregião Geográfica de Londrina: 1950

| Condição do produtor | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|-----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Proprietário | 3036 | 77,77 | 116706 | 41,72 |
| Arrendatário* | 328 | 8,40 | 13437 | 4,80 |
| Ocupante | 63 | 1,61 | 1908 | 0,68 |
| Administrador | 477 | 12,22 | 147723 | 52,80 |
| Totais | 3904 | 100,00 | 279774 | 100,00 |

*Considera-se arrendatário o responsável pela exploração do estabelecimento mediante locação ou parceria.

Fonte: IBGE (1955)

Os arrendatários, que somavam 8,40% dos estabelecimentos, referem-se àqueles que utilizaram as terras por meio de locação (pagamento em dinheiro) e parceria (pagamento em produto). Portanto, indica que, no início da colonização, a participação dessa categoria estava vinculada à relação de trabalho característica da região.

Junto ao processo de expansão da área plantada de café, também se encontra o personagem do “formador de café” incluso na Tabela 8 na condição de arrendatário) por meio da renda da terra em trabalho. Conforme Oliveira (2007, p. 59), um exemplo disso aparece na formação das pastagens nas grandes propriedades agropecuárias do Centro-Oeste do país.

Nesta região, os fazendeiros, em geral capitalistas, entregavam a mata aos camponeses sem terra, que deveriam desbravá-las e, em seguida, aproveitar os dois primeiros anos para plantarem (em geral arroz) semeando em seguida o capim. Houve casos em que o capim já era semeado no primeiro ano para começar a crescer junto com o arroz. Em seguida camponês ia novamente, mato adentro, para reiniciar a cessão do trabalho excedente, a renda da terra em trabalho ao capitalista, que assim transformava esta renda em capital. Este processo ocorre porque a pastagem foi formada através de relações camponesas (não-capitalistas) de produção, uma vez que o proprietário da terra capitalista não formou esta pastagem empregando relações baseadas no trabalho assalariado.

Além desse exemplo, o autor salienta a ocorrência da renda da terra em trabalho em um passado recente na cafeicultura.

Comparativamente a 1950, o grupo de 10 a 50 hectares (Tabela 9) se manteve como o de maior representatividade, observando que o número de estabelecimentos e a área ocupada aumentaram significativamente. Destaca-se, ademais, o aumento de representatividade do grupo de 500 a 1000 hectares.

Pelo aumento da área de lavouras permanentes, bem como da área de pastagens (Tabela 10), permite-se inferir que novas áreas foram abertas e desmatadas por conta da diminuição das áreas de matas e pela existência do grupo de 1000 a mais de 2000 hectares no censo de 1960.

Tabela 9 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Até 2 | 177 | 2,74 | 188 | 0,06 |
| 2 – 5 | 550 | 8,51 | 2146 | 0,74 |
| 5 – 10 | 846 | 13,10 | 6509 | 2,26 |
| 10 – 50 | 4056 | 62,80 | 90282 | 31,19 |
| 50 – 100 | 442 | 6,84 | 31755 | 10,97 |
| 100 – 500 | 322 | 5,00 | 66491 | 22,98 |
| 500 – 1000 | 41 | 0,63 | 30963 | 10,70 |
| 1000 – 2000 | 16 | 0,24 | 21461 | 7,41 |
| Mais 2000 | 09 | 0,14 | 39587 | 13,69 |
| Totais | 6459 | 100,00 | 289382 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1967)

Nota-se, na Tabela 10 a seguir, que as áreas de culturas temporárias têm menor expressão em relação às de culturas permanentes, pastagens e matas, mas vale lembrar que, nesse período, a lavoura de café contava com culturas intercalares, geralmente de feijão, arroz e milho, destinadas para subsistência e comercialização de excedentes.

Tabela 10 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960

| Uso do solo | Área (ha) | Área (%) |
|----------------------|---------------|---------------|
| Lavouras permanentes | 120741 | 41,72 |
| Lavouras temporárias | 31511 | 10,89 |
| Pastagens | 66373 | 22,94 |
| Matas | 47237 | 16,32 |
| Terras incultas | 18860 | 6,52 |
| Terras improdutivas | 4660 | 1,61 |
| Total | 289382 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1967)

Como se observa, a Tabela 11 retrata um acréscimo substancial da parceria, tanto em número de estabelecimentos quanto em área, na comparação ao ano de 1950, o que demonstra a busca dessa relação de trabalho na cafeicultura.

Há também um acréscimo no número de proprietários, mas uma diminuição no total da área. Salienta-se, também, o aumento no número de administradores que, de 477 estabelecimentos, passaram para 892. Isso pode significar que as novas áreas abertas exigiram a presença desse trabalhador.

O que se infere é que, além das relações não capitalistas de produção representadas pelo arrendatário (parceiro autônomo), a relação tipicamente capitalista também estava presente por meio do assalariamento (administrador). Em relação aos trabalhadores da cultura do café, o sistema de parceria era a principal relação social estabelecida. Esses fatos indicam que houve uma intensa procura por terras e por trabalho na cafeicultura, justificada pelo auge dos preços do café na década de 1950.

Tabela 11 – Condição do responsável na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960

| Condição do produtor | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Proprietário | 3951 | 61,17 | 108176 | 37,38 |
| Arrendatário* | 159 | 2,46 | 4977 | 1,72 |
| Arrendatário** | 1383 | 21,41 | 37041 | 12,80 |
| Ocupante | 74 | 1,15 | 1989 | 0,69 |
| Administrador | 892 | 13,81 | 137199 | 47,41 |
| Totais | 6459 | 100,00 | 289382 | 100,00 |

*Considera-se esse arrendatário o responsável pela exploração do estabelecimento mediante pagamento em dinheiro. **Considera-se esse arrendatário o responsável pela exploração do estabelecimento mediante pagamento em produtos, portanto, parceiro autônomo.

Fonte: IBGE (1967)

Em relação ao Censo Agropecuário de 1970, a Tabela 12 mostra o predomínio do número dos estabelecimentos de 10 a 50 hectares, ou seja, 51,21% abrangendo uma área de 32,85% do total, o que demonstra uma diminuição se comparado aos dados do Censo de 1960.

Nota-se que o número de estabelecimentos de 10 a 50 hectares aumentou, mas em termos relativos diminuiu, devido ao aumento nos estratos de até 10 hectares. Outros fatores que podem ser enfatizados são: o grupo de 5 a 10 hectares, que aumentou significativamente em número com participação de 21,57% e área de 5,04%, contra 13,10% e 2,26%, respectivamente, no Censo de 1960 (Tabela 9); a diminuição do grupo de 500 a mais de 2000 hectares em sua representação na microrregião, com 0,66% de estabelecimentos, abrangendo 27,64% do total das áreas, sendo que, em 1960, o número era de 1,01% e a área de 31,80%, respectivamente. No entanto, ainda se pode considerar que a concentração de terras permanece.

Tabela 12 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Até 2 | 483 | 5,04 | 384 | 0,12 |
| 2 – 5 | 1293 | 13,50 | 4825 | 1,55 |
| 5 – 10 | 2066 | 21,57 | 15641 | 5,04 |
| 10 – 50 | 4906 | 51,21 | 101940 | 32,85 |
| 50 – 100 | 422 | 4,40 | 30210 | 9,74 |
| 100 – 500 | 347 | 3,62 | 71565 | 23,06 |
| 500 – 1000 | 35 | 0,37 | 23390 | 7,54 |
| 1000 – 2000 | 17 | 0,18 | 20801 | 6,70 |
| Mais 2000 | 11 | 0,11 | 41574 | 13,40 |
| Totais | 9580 | 100,00 | 310330 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1975)

Quanto à Tabela 13 sobre a utilização das terras na microrregião no ano de 1970, vê-se a mudança acentuada que houve nos dados da lavoura permanente. Se na Tabela 10 – Estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1960 – a lavoura permanente representava 41,72% do total das áreas, a Tabela 13 demonstra que houve redução para 30,48%.

Assim sendo, são 11,24 pontos percentuais a menos do total das áreas destinadas à lavoura permanente ou à atividade cafeeira. Convém lembrar que, em 1969 (Tabela 5), a cafeicultura foi atingida pela geada com 87% de queda na

produção. Já a área das pastagens e a área de lavouras temporárias, mencionadas na Tabela 10 e 13, aumentaram 7,64 e 9,47 pontos percentuais, respectivamente.

Desse modo, pode-se afirmar que a atividade cafeeira estava sendo substituída com mais ênfase por lavouras temporárias, mas também por pastagens. Esse maior acréscimo das lavouras temporárias no uso do solo da MRG de Londrina é resultado, principalmente, dos incentivos (crédito rural) oferecidos pelo Estado e do papel do IBC/GERCA, por meio do programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira e de diversificação agrícola, ambos com o intuito de promover o processo de modernização da cafeicultura.

As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREAL), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos (CARVALHO, 1999, p. 135).

Esses processos levaram à erradicação de milhares de cafeeiros, transformando as dinâmicas econômica e social da microrregião que, até então, estava embasada no cultivo de café.

Tabela 13 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970

| Uso do solo | Área (ha) | Área (%) |
|---|------------------|-----------------|
| Lavouras permanentes | 94577 | 30,48 |
| Lavouras temporárias | 63191 | 20,36 |
| Pastagens | 94913 | 30,58 |
| Matas e florestas | 20108 | 6,48 |
| Terras em descanso ou não utilizadas | 18434 | 5,94 |
| Terras improdutivas | 19102 | 6,16 |
| Total | 310325 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1975)

Em comparação aos dados referentes ao Censo de 1960, a Tabela 14 (Censo de 1970) demonstra um pequeno acréscimo em relação aos demais no número de estabelecimentos em que as condições dos produtores são de proprietários e de parceiros. A parceria é resultado do desenvolvimento da atividade cafeeira, que acompanha o auge de sua área ocupada no Paraná até o primeiro quinquênio da década de 1960.

A partir desse momento, inicia-se o declínio da área ocupada pela atividade cafeeira no Paraná, com a substituição pelas lavouras temporárias, como soja, milho e algodão, retratada na comparação dos dados do Censo de 1960 e de 1970, o que também reflete na condição do produtor.

O destaque, portanto, é a diminuição da área utilizada pela relação de parceria, mesmo com o aumento do número de estabelecimentos. Isso representa os reflexos nessa relação de produção ocorridos pela influência da política de racionalização e de diversificação da produção agropecuária promovida pelo GERCA.

Tabela 14 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 1970

| Condição do produtor | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|-----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Proprietário | 6074 | 63,47 | 264683 | 85,29 |
| Arrendatário | 504 | 5,26 | 8676 | 2,80 |
| Parceiro | 2504 | 26,17 | 30684 | 9,89 |
| Ocupante | 488 | 5,10 | 6283 | 2,02 |
| Totais | 9570 | 100,00 | 310326 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1975)

Já o Censo Agropecuário de 1980 mostra outra distribuição fundiária. De acordo com a Tabela 15, os estabelecimentos de 50 a 500 hectares tiveram aumento em número e em área, abrangendo 15,09% e 41,56% do total, respectivamente.

No número de estabelecimentos com mais de 500 hectares também houve acréscimo, alcançando, nessa época, 1,27% do total e abrangendo 29,97% da área. Os estabelecimentos de até 2 a 50 hectares, por sua vez, representavam 83,64%. Em comparação a 1970 (Tabela 12), reduziu 7,68 pontos percentuais.

No mais, a área de até 2 a 50 hectares – que correspondia a 39,56% em 1970 – diminuiu 11,09 pontos percentuais em relação a 1980. Com esses dados, é possível afirmar que houve uma concentração de terras na época em que a atividade cafeeira estava em declínio e, também, houve a tecnificação no campo, acentuada após a geada de 1975.

Tabela 15 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Até 2 | 550 | 8,18 | 455 | 0,14 |
| 2 – 5 | 601 | 8,94 | 2197 | 0,69 |
| 5 – 10 | 876 | 13,02 | 6865 | 2,16 |
| 10 – 50 | 3598 | 53,50 | 80990 | 25,48 |
| 50 – 100 | 526 | 7,82 | 36740 | 11,56 |
| 100 – 500 | 489 | 7,27 | 95386 | 30,00 |
| 500 – 1000 | 55 | 0,82 | 38203 | 12,02 |
| 1000 – 2000 | 23 | 0,35 | 31599 | 9,94 |
| Mais 2000 | 07 | 0,10 | 25469 | 8,01 |
| Totais | 6725 | 100,00 | 317904 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1983)

Quanto à utilização das terras na microrregião (Tabela 16), houve a manutenção do declínio das áreas utilizadas pelas lavouras permanentes e, opostamente, seguiram aumentando as áreas destinadas para pastagens e lavouras temporárias.

Se compararmos com a Tabela 13, fica evidente que a lavoura permanente diminuiu 14,66 pontos percentuais do total de sua área e a de pastagem aumentou 7,50 pontos percentuais, assim como a de lavoura temporária, que cresceu 12,63 pontos percentuais. Nesse caso, percebe-se que o processo de industrialização da agricultura começa a ganhar força e a se concretizar, tomando o lugar das lavouras cafeeiras.

Tabela 16 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980

| Uso do solo | Área (ha) | Área (%) |
|---|------------------|-----------------|
| Lavouras permanentes | 50308 | 15,82 |
| Lavouras temporárias | 104875 | 32,99 |
| Pastagens | 121050 | 38,08 |
| Matas e florestas | 21687 | 6,82 |
| Terras em descanso ou não utilizadas | 6276 | 1,97 |
| Improdutivas | 13729 | 4,32 |
| Totais | 317925 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1983)

A Tabela 17 permite analisar o período que retrata as transformações ocorridas no espaço agrário da MRG de Londrina diante da industrialização do campo e da geada de 1975 junto à condição do produtor. Em comparação aos dados de 1970, houve um acréscimo substancial na condição de proprietário e o

inverso na de parceria, que é encontrada geralmente na atividade cafeeira. Outro fato importante é a constante evolução na condição de arrendatários, que geralmente se pratica para o cultivo de lavouras temporárias e mecanizadas, como soja, trigo e milho.

Abrem-se, assim, possibilidades para que os capitalistas arrendatários passem a arrendar terras para produzirem, através de trabalho assalariado, produtos agrícolas, transformando, assim, a anterior renda da terra em dinheiro paga pelo camponês, em renda capitalista da terra, paga agora pelo arrendatário capitalista ao proprietário da terra (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

O aumento do número de arrendatários também acontece quando os preços dos produtos das lavouras temporárias estão em alta, levando-os a aumentarem a sua produção e sua renda.

Tabela 17 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 1980

| Condição do produtor | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|-----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Proprietário | 5502 | 81,82 | 293968 | 92,47 |
| Arrendatário | 491 | 7,30 | 12758 | 4,01 |
| Parceiro | 432 | 6,42 | 7492 | 2,36 |
| Ocupante | 300 | 4,46 | 3701 | 1,16 |
| Totais | 6725 | 100,00 | 317919 | 100,00 |

Fonte: IBGE (1983)

Analisando as tabelas referentes ao Censo Agrícola de 1950 e de 1960 e ao Censo Agropecuário de 1970 e de 1980, é possível fazer uma síntese das transformações ocorridas na estrutura fundiária, na utilização das terras e nas relações de trabalho. Dessa maneira, tem-se um retrato da organização socioespacial do quadro agrário da microrregião, que permitiu visualizar as consequências do processo de industrialização do campo e do declínio da cafeicultura.

Percebe-se que houve uma diminuição no número de estabelecimentos e área até 10 hectares, grupo em que a atividade cafeeira prevalecia, no período de 1970 a 1980. Referente às lavouras permanentes, entre 1960 e 1980, os dados mostram uma paulatina diminuição de café na MRG de Londrina. Para tanto, foram considerados diversos fatores, tais como as políticas públicas, os efeitos climáticos danosos e a expansão do capitalismo monopolista no campo.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 permitem retratar uma síntese dessa fase pós-decadência da cafeicultura. Os grupos de até 50 hectares se mantêm predominantemente em número, correspondendo a 83,7%. Nota-se, ainda, que o número de estabelecimentos de até 5 hectares teve um aumento significativo em comparação ao Censo de 1980. Esse processo se deve, principalmente, à implementação de programas voltados à questão agrária no Paraná, a exemplo das Vilas Rurais²⁵ e do Banco da Terra²⁶. Vale salientar, também, o aumento gradativo do grupo de 100 a 500 hectares, tanto em número quanto em área (Tabela 18).

²⁵ Segundo Fernandes e Ponte (2002), o Programa Vilas Rurais foi criado pelo Governo do Estado do Paraná em 1995 com o objetivo principal de proporcionar melhores condições de vida às famílias dos trabalhadores rurais volantes e seu retorno ao campo. A ideia era possibilitar aos moradores uma produção agrícola para o autoconsumo e, ainda, a comercialização dos excedentes para complementação da renda mensal. A área dos lotes era de 5.000 m², incluídas infraestruturas básicas, como casa de alvenaria (44,56 m²), água, energia elétrica e sistema sanitário, financiadas por um prazo de 25 anos para serem quitadas. De acordo com o Governo do Estado do Paraná (2002 apud FERNANDES; PONTE, 2002 p. 115, grifo do autor), para a obtenção dos lotes era necessário que as famílias atendessem a certos requisitos, como: “[...] ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; *exercer atividade remunerada de caráter temporário em áreas rurais*; possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação; e família constituída com filhos”. Conforme os autores, na realidade, as vilas rurais serviram como local de reserva de mão de obra para os meios rural e urbano, devido ao tamanho reduzido dos lotes e à falta de incentivos aos moradores. A quantidade da produção agrícola era mínima para suprir as necessidades básicas dos seus moradores e insuficientes para sua comercialização, levando-os à pluriatividade como uma estratégia de aquisição de renda.

²⁶ O Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) foi criado pelo governo federal em 1998 e permaneceu vigente até 2003. De acordo com Lopes (2014a), o programa teve como objetivo o acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, por meio de crédito para compra de imóveis rurais e implantação de infraestrutura. Além disso, o Banco da Terra tinha como finalidade complementar a reforma agrária, pela possibilidade de aquisição de propriedades rurais que não seriam passíveis de desapropriação mediante pagamento à vista aos proprietários de terras. Para se enquadrar ao programa, era necessário serem “[...] trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros, arrendatários que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural e pequenos agricultores proprietários com área inferior ao módulo fiscal do município, desde que comprovada a insuficiência das explorações produtivas para gerar seu sustento e de seus familiares” (LOPES, 2014a, p. 73). O autor ainda complementa que “[...] o limite de renda bruta familiar anual não poderia ultrapassar R\$ 15.000,00, e o patrimônio familiar não poderia ultrapassar R\$ 30.000,00” (LOPES, 2014a, p. 74). O prazo de pagamento da dívida era de 20 anos, com financiamentos limitados no valor de R\$ 40.000,00 por família e taxas de juros variáveis entre 6% e 10% ao ano, havendo descontos de 30% e 50% nos juros para os beneficiários adimplentes.

Tabela 18 – Grupos de área total na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Até 2 | 1218 | 17,68 | 776 | 0,22 |
| 2 – 5 | 1132 | 16,43 | 3775 | 1,05 |
| 5 – 10 | 989 | 14,36 | 7469 | 2,09 |
| 10 – 50 | 2427 | 35,24 | 51665 | 14,42 |
| 50 – 100 | 431 | 6,25 | 30547 | 8,52 |
| 100- 500 | 625 | 9,07 | 168243 | 46,94 |
| 500 – 1000 | 41 | 0,60 | 30458 | 8,50 |
| 1000 – 2500 | 17 | 0,25 | 24883 | 6,94 |
| Mais 2500 | 08 | 0,12 | 40575 | 11,32 |
| Totais | 6888 | 100,00 | 358391 | 100,00 |

Fonte: IBGE (2006a)

O acréscimo no grupo de 100 a 500 hectares da Tabela 18, está associada com os dados referentes às lavouras temporárias da Tabela 19, que ocupavam aproximadamente a metade do total da área, com 44,54%, deixando as lavouras permanentes e as pastagens em segundo plano, ocupando cerca de 21,80% e 20,52% do total da área, respectivamente. Há de se evidenciar que a produção de *commodities* (soja, milho e trigo) está permeada em diferentes grupos de área, mas a área média ultrapassa 100 hectares, explicando, assim, o aumento do grupo mencionado na Tabela 18.

Em se tratando da área utilizada por lavouras permanentes (Tabela 19), entende-se que a atividade cafeeira nessa microrregião ainda está presente, mantendo-se apesar das adversidades. Conforme os dados da Produção Agrícola Municipal de 2006 (IBGE, 2006b), a área colhida de café foi de 10.824 hectares, tendo Londrina com 47,15% (5.103 hectares) do total, seguida por Rolândia com 21,25% (2.300 hectares), como se observa na Tabela 20. De acordo com o trabalho de campo realizado, esses municípios foram os mais representativos no conjunto da microrregião.

Tabela 19 – Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006

| Uso do solo | Área (ha) | Área (%) |
|----------------------|---------------|---------------|
| Lavouras permanentes | 74345 | 21,80 |
| Lavouras temporárias | 151889 | 44,54 |
| Pastagens | 69966 | 20,52 |
| Matas e florestas | 38468 | 11,28 |
| Outros* | 6358 | 1,86 |
| Total | 341026 | 100,00 |

*Não estão considerados 4.862 estabelecimentos e 17.368 ha referentes às benfeitorias, às construções ou aos caminhos.

Fonte: IBGE (2006a)

Tabela 20 – Cafeicultura na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006

| Municípios | Área colhida (ha) | % | Volume (t) | % | Valor (mil reais) | % |
|---------------|-------------------|------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|
| Cambé | 1690 | 15,61 | 1279 | 10,39 | 4093 | 10,77 |
| Ibiporã | 926 | 8,56 | 1900 | 15,44 | 5700 | 15,00 |
| Londrina | 5103 | 47,15 | 4812 | 39,10 | 14436 | 37,99 |
| Pitangueiras | 680 | 6,28 | 1386 | 11,26 | 4435 | 11,68 |
| Rolândia | 2300 | 21,25 | 2690 | 21,85 | 8608 | 22,66 |
| Tamarana | 125 | 1,15 | 241 | 1,96 | 723 | 1,90 |
| Totais | 10824 | 100 | 12.308 | 100,00 | 37.995 | 100,00 |

Fonte: IBGE (2006b)

Destaca-se que há, também, a presença da citricultura nos dados referentes à lavoura permanente nessa microrregião (Tabela 21).

Tabela 21 – Citricultura na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006

| Municípios | Área colhida (ha) | % | Volume (t) | % | Valor (mil reais) | % |
|---------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|-------------------|---------------|
| Cambé | 358 | 20,57 | 6111 | 16,16 | 1198 | 16,47 |
| Ibiporã | 5 | 0,29 | 75 | 0,20 | 9 | 0,12 |
| Londrina | 104 | 5,98 | 1703 | 4,50 | 213 | 2,93 |
| Pitangueiras | 120 | 6,90 | 2309 | 6,11 | 453 | 6,23 |
| Rolândia | 1129 | 64,88 | 27490 | 72,70 | 5388 | 74,04 |
| Tamarana | 24 | 1,38 | 125 | 0,33 | 16 | 0,21 |
| Totais | 1740 | 100,00 | 37.813 | 100,00 | 7.277 | 100,00 |

Fonte: IBGE (2006b)

Salienta-se que a citricultura tem se expandido nessa microrregião pela instalação de unidades esmagadoras, que, segundo a Produção Agrícola Municipal de 2006 (IBGE, 2006b), demonstrado na Tabela 21, havia 1.740 hectares de

laranjas colhidas, com destaque para Rolândia, onde o processamento de sucos concentrados é destinado à exportação.

Desse modo, evidencia-se que esses dados levam a compreender que o espaço agrário dessa microrregião está dominado pelo modo de produção capitalista de caráter monopolista, pois o cultivo das lavouras temporárias, como a soja, tem um alto custo para desenvolver a produção, ficando sujeito ao capital monopolista que abrange todas as fases da produção.

Ressalta-se que essa sujeição ao capital industrial, financeiro e comercial interfere em menor grau para aqueles voltados à grande produção, as *commodities*. Já em relação aos produtores com até 50 hectares, com significativa participação de 83,71% do total dos estabelecimentos no cenário agrário, mencionado na Tabela 18, o grau de subordinação é maior, pois os produtores têm desenvolvido atividades voltadas à avicultura sob sistema de integração e à horticultura que, em maior ou menor proporção, estão subordinadas ao capital industrial ou comercial por meio da sujeição da renda da terra, permitindo apenas sobreviver e continuar se reproduzindo.

Como demonstra a Tabela 22, os produtores rurais, em sua maioria, estão na condição de proprietários de terras, o que significa afirmar que estão auferindo a renda da terra absoluta, sejam eles detentores de maior ou menor extensão de terras.

Ainda observando essa tabela, pode-se destacar que 9,67% dos estabelecimentos estavam na condição de arrendamento, muito comum na sojicultura, cujo proprietário auferir a renda fundiária ou territorial. Quando se observam os dados de parceria com 1,48%, nota-se que são menores em relação aos outros, permitindo inferir que essa relação social de produção tinha maior expressão no auge da cafeicultura e da cotonicultura.

Tabela 22 – Condição do produtor na Microrregião Geográfica de Londrina: 2006

| Condição do produtor | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % |
|-----------------------------|-------------------------------|----------|------------------|----------|
| Proprietário | 5775 | 83,61 | 326500 | 91,10 |
| Arrendatário | 668 | 9,67 | 25264 | 7,05 |
| Parceiro | 102 | 1,48 | 1746 | 0,49 |
| Ocupante | 197 | 2,85 | 2342 | 0,65 |
| Outros | 165 | 2,39 | 2539 | 0,71 |
| Totais | 6907 | 100,00 | 358391 | 100,00 |

Fonte: IBGE (2006a)

Os dados da Tabela 23 mostram que houve uma queda acentuada das áreas cultivadas por café na MRG de Londrina. Pode-se colocar que essa franca diminuição está vinculada às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais para darem continuidade à atividade cafeeira, devido a fatores como preços baixos comercializados no ato da venda, falta de mão de obra, alto custo de mecanização e insumos, carência de incentivos públicos e de organização entre os produtores e exposição às perdas com os fenômenos climáticos.

Tabela 23 – Área colhida de café e rendimento médio na MRG de Londrina: 1980 a 2014

| Ano | Produção agrícola de café (em grão): área colhida (ha) | Produção agrícola de café (em grão): rendimento médio (kg/ha) |
|------|--|---|
| 1980 | 37.314 | 551 |
| 1981 | 38.990 | 1.647 |
| 1982 | 19.422 | 363 |
| 1983 | 24.760 | 797 |
| 1984 | 33.051 | 1.811 |
| 1985 | 27.197 | 1.478 |
| 1986 | 28.902 | 773 |
| 1987 | 32.003 | 1.544 |
| 1988 | 34.932 | 725 |
| 1989 | 32.895 | 1.323 |
| 1990 | 31.970 | 715 |
| 1991 | 29.470 | 1.556 |
| 1992 | 18.205 | 735 |
| 1993 | 14.810 | 1.016 |
| 1994 | 12.291 | 897 |
| 1995 | 944 | 362 |
| 1996 | 11.610 | 2.274 |
| 1997 | 8.865 | 1.991 |
| 1998 | 10.121 | 3.465 |
| 1999 | 14.145 | 3.447 |
| 2000 | 14.060 | 3.456 |
| 2001 | 3.394 | 789 |
| 2002 | 14.454 | 1.155 |
| 2003 | 11.286 | 988 |
| 2004 | 11.201 | 913 |
| 2005 | 12.166 | 916 |
| 2006 | 10.824 | 1.137 |
| 2007 | 11.143 | 1.016 |
| 2008 | 10.831 | 1.467 |
| 2009 | 10.025 | 1.055 |
| 2010 | 8.719 | 1.360 |
| 2011 | 8.101 | 1.464 |
| 2012 | 6.468 | 1.513 |
| 2013 | 5.684 | 1.440 |
| 2014 | 3.082 | 570 |

Fonte: IPARDES (2015)

Apesar de as áreas cultivadas com café terem sofrido um declínio acentuado, a produtividade tem aumentado, tendo alcançado, em 2010, 1.360 kg/hectare. Comparativamente, em 1980, foram registrados 551 kg/hectare na microrregião. Isso leva a acreditar na substituição do cultivo do café tradicional pela utilização do café adensado, o qual foi desenvolvido pelo IAPAR na década de 1990, conforme Batista (2010, p. 133):

[...] esta atividade passou a ser novamente objeto de pesquisas para o desenvolvimento de espécies mais resistentes às doenças [...]. Além disso, foram desenvolvidas novas técnicas de plantio, como o café adensado, que resultou em uma maior produtividade [...]. Essa técnica intensiva tem gerado uma produtividade sem precedentes [...].

Sobre esse novo sistema de produção, Androcioli Filho (2002) menciona que houve uma análise da situação da cafeicultura e dos modelos tecnológicos para a produção de café no país pelo IAPAR. Baseado nessa análise, foi proposto um novo modelo tecnológico para a cafeicultura no estado do Paraná, fundamentado em:

[...] alta densidade de plantio como importante base de sustentação, ao lado de outras práticas de preservação da qualidade do produto, de manejo de solo, da planta, de pragas e doenças e uso adequado de recursos naturais e genéticos (ANDROCIOLI FILHO, 2002, p. 17).

As principais contribuições desse novo modelo de produção são o aumento da produtividade, a melhoria do solo, a eficiência no aproveitamento de nutrientes, a diversificação, a rápida recuperação da produtividade após geada e a eficiência no uso da mão de obra. Androcioli Filho (2002, p.14) complementa:

O modelo tecnológico preconizado pelo IAPAR contempla também o ajuste de espaçamentos para produtores que utilizam máquinas, embora predomine no Estado do Paraná a renovação com plantios adensados e super adensados devido ao grande número de pequenas propriedades cafeeiras.

É importante destacar, na diminuição da atividade cafeeira, a interferência das políticas de erradicação do café e dos incentivos à mecanização e à substituição da monocultura por uma produção diversificada. Há também a constante diminuição de trabalhadores no campo com a mecanização da agricultura e com o declínio do café, gerando, assim, o êxodo rural.

Vale salientar como o capital age no campo, de forma combinada e contraditória, pois se percebe que no espaço agrário da microrregião há relações capitalistas e não capitalistas de produção, organizadas de forma a permitir a sua reprodução.

Os impactos das políticas de industrialização do campo na microrregião transformaram toda uma estrutura construída com a atividade cafeeira, baseada em relações de trabalho não capitalistas. Isso conduziu para que o modo de produção capitalista de caráter monopolista fosse implantado, expropriando produtores de suas terras, colocando-os, muitas vezes, como proprietários de sua força de trabalho para servirem aos capitalistas.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, há produtores que conseguiram permanecer em suas terras, ficando sujeitos a entregarem parte da renda da terra ao capital, conseguindo apenas uma renda para continuarem se reproduzindo.

A título de retomada deste capítulo, espera-se que tenha possibilitado compreender algumas modificações no cenário agrário da MRG de Londrina, buscando interpretar alguns fatores que refletiram no campo pelo viés das políticas de industrialização, pois outros fatores não menos importantes ocorreram durante esse período. Diante desse cenário, intenta-se entender a realidade do produtor rural de café hoje e como ainda permanece nessa atividade.

Ressalta-se que atualmente a produção e o consumo de café estão passando por transformações. A tendência do setor é produzir cafés de boa qualidade – “especiais” ou “*gourmets*” – e agregar renda ao produto. A produção agora passa de quantidade para qualidade: produzir menos, mas produzir melhor.

Para isso, a cafeicultura dessa microrregião se depara com quatro situações: utilização de tecnologias para a produção, mão de obra qualificada – entendidas aqui como uma continuidade temporal e espacial das relações de produção na atividade cafeeira –, forma de organização entre os produtores de café e comercialização de seus produtos. Para que haja um novo impulso para a cafeicultura nessa região, é necessário orientar-se por essas ideias, para que se alcance um estágio de desenvolvimento.

4 A DINÂMICA PRODUTIVA DA CAFEICULTURA FAMILIAR



O trabalho empírico foi realizado em três municípios da MRG de Londrina, distribuídos da seguinte maneira: 11 (onze) localizados no município de Londrina, 05 (cinco) no município de Cambé e 10 (dez) no município de Rolândia, sendo o total de 26 cafeicultores familiares entrevistados.

Esses municípios foram escolhidos por concentrarem a atividade cafeeira nos últimos anos, sendo responsáveis por aproximadamente 86% do total da área colhida de café na MRG de Londrina no período de 2000 a 2013 (Tabela 24). O município de Londrina correspondeu a 46,6% e Rolândia a 24,3%, seguido por Cambé com 15%, mantendo-se como as maiores áreas com café em relação aos outros municípios.

Já os municípios de Ibiporã, Pitangueiras e Tamarana totalizaram, juntos, somente cerca de 14,1% da área colhida de café. Além disso, não foram realizadas entrevistas em Pitangueiras pelo fato de que o desenvolvimento da cafeicultura foi induzido a partir do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) do município.

Conforme Peres, Ralisch e Ripol (2009), o PDA de Pitangueiras foi organizado pela unidade municipal do EMATER em parceria com a Prefeitura Municipal, em 1994, e esteve vigente até 2002. Esse plano possibilitou aos cafeicultores a aproximação e o acompanhamento de técnicos e extensionistas do EMATER, além de pesquisadores do IAPAR, em reuniões, visitas individuais, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, treinamentos, encontros municipais de agricultores, entre outros.

A importância dada à cafeicultura no PDA é retratada no total dos eventos realizados, em que 40% foi direcionado à atividade cafeeira, como também na consolidação da Associação dos Cafeicultores de Pitangueiras (ACAPI).

No município de Tamarana, os riscos constantes de geadas inibem a produção de café. Por sua vez, o município de Ibiporã, além de apresentar uma gradativa queda de produção, também tem pequena participação relativa.

De maneira geral, a diminuição da área com café, apresentada em todos os municípios da MRG de Londrina, retrata as consequências ocasionadas pelas geadas, custo oneroso com insumos e mão de obra e preços baixos de comercialização. No entanto, esse fato ocorre com mais frequência em propriedades acima de 50 hectares, onde o produtor é persuadido à substituição, principalmente pela lavoura temporária.

Tabela 24 – Produção agrícola de café (em grão) dos municípios da MRG de Londrina: área colhida (ha)

| Ano | Cambé | Ibiporã | Londrina | Pitangueiras | Rolândia | Tamarana |
|------|-------|---------|----------|--------------|----------|----------|
| 2000 | 2.470 | 1.075 | 6.190 | 855 | 3.400 | 70 |
| 2001 | 489 | 198 | 1.233 | 54 | 1.401 | 19 |
| 2002 | 1.900 | 930 | 7.440 | 640 | 3.500 | 44 |
| 2003 | 1.900 | 846 | 4.270 | 640 | 3.580 | 50 |
| 2004 | 1.700 | 800 | 4.803 | 555 | 3.293 | 50 |
| 2005 | 2.421 | 846 | 4.895 | 628 | 3.300 | 76 |
| 2006 | 1.690 | 926 | 5.103 | 680 | 2.300 | 125 |
| 2007 | 1.720 | 926 | 5.103 | 740 | 2.500 | 154 |
| 2008 | 1.720 | 735 | 5.382 | 740 | 2.100 | 154 |
| 2009 | 1.692 | 735 | 5.000 | 752 | 1.682 | 164 |
| 2010 | 1.250 | 450 | 4.599 | 700 | 1.680 | 40 |
| 2011 | 630 | 600 | 4.429 | 732 | 1.670 | 40 |
| 2012 | 630 | 200 | 3.400 | 538 | 1.660 | 40 |
| 2013 | 550 | 280 | 2.680 | 538 | 1.526 | 110 |

Fonte: IPARDES (2015)

Para a localização das propriedades com lavoura de café, primeiramente, foram observadas, por meio do software Google Earth 7.1.2, áreas que concentravam esse tipo de atividade. Após isso, anotava-se o caminho para se dirigir ao destino, em que aleatoriamente se escolhia um estabelecimento e, logo, havia o contato com o produtor.

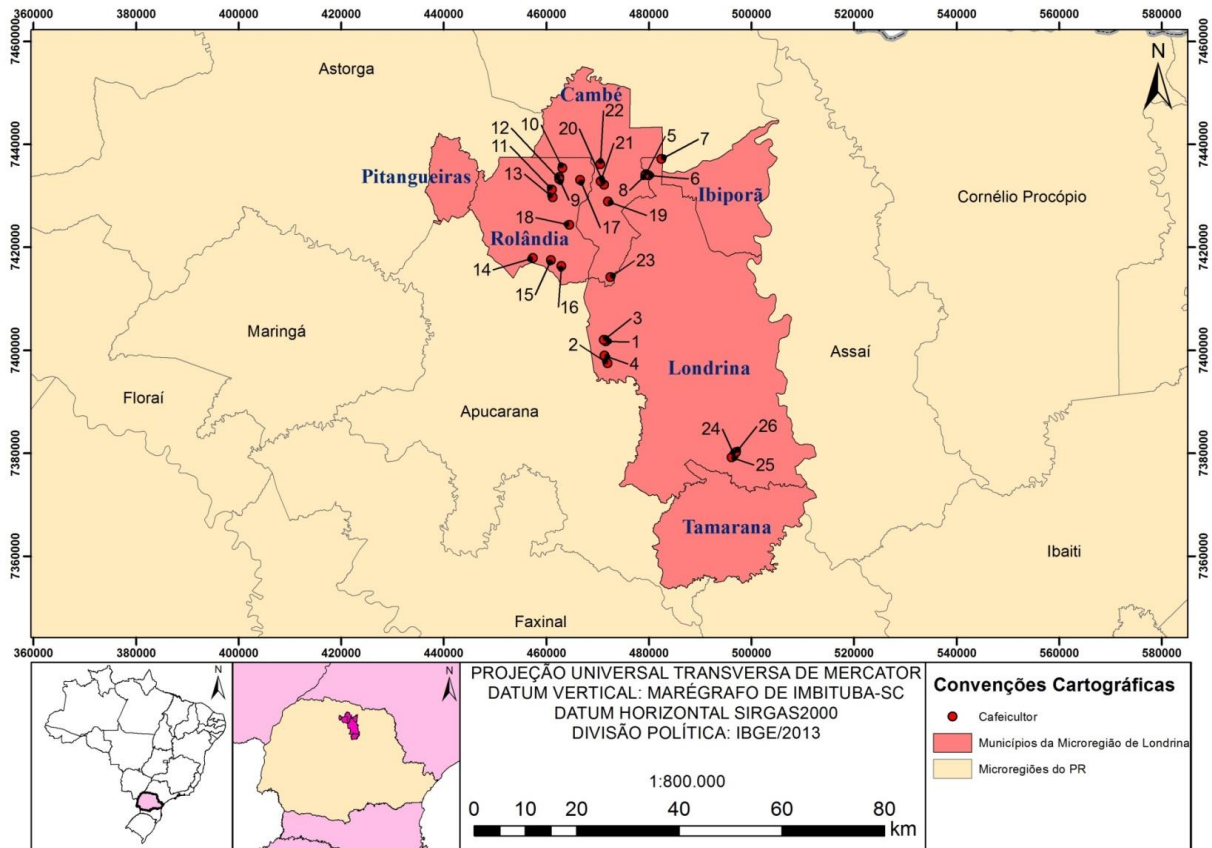
No mais, os produtores de café entrevistados colaboravam para outras possíveis entrevistas com a indicação de cafeicultores nas cercanias. Durante essa etapa, registraram-se as coordenadas geográficas do local com o uso do aplicativo GPS Essentials – inserido posteriormente no banco de dados do software ArcGIS (versão 10.2) – para o mapeamento das propriedades cafeicultoras.

Em relação às distâncias entre esses estabelecimentos e a sede municipal, as propriedades localizadas no município de Londrina estão aproximadamente entre 10 e 60 km da sede municipal, os de Rolândia, 3 e 18 km, e os de Cambé, 5 e 13 km.

No município de Londrina, realizaram-se entrevistas com cafeicultores no Distrito de São Luiz, Lerroville e da Warta (ao sudoeste, ao sul e ao norte da sede municipal, respectivamente); em Cambé, na Estrada da Prata e na comunidade do Saltinho (ao norte e ao sul da sede municipal, respectivamente); em Rolândia, no Distrito de Nossa Senhora Aparecida, conhecido popularmente como Bartira, na

comunidade do Dezinho do Vermelho, que fica na estrada São Rafael, na comunidade do Ceboleiro e na estrada do Caramuru (ao norte, a leste, a sudoeste e ao sul da sede municipal, respectivamente), conforme mostra o Mapa 5.

Mapa 5 – Locais de aplicação de questionários junto aos cafeicultores



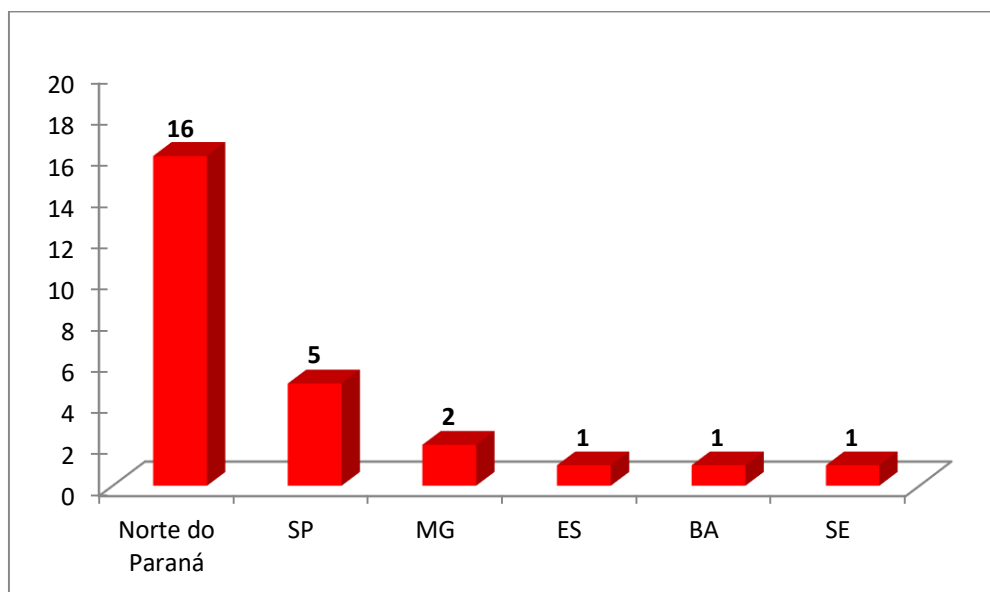
Fonte: ITCG (2013)

Organizado por: Leandro Garcia Niehues

Elaborado por: Pedro Guglielmi Junior

4.1 PERFIL DO CAFEICULTOR

A origem desses cafeicultores familiares faz parte do processo de ocupação da MRG de Londrina, como mostrado no Gráfico 1. São migrantes procedentes da região Sudeste e Nordeste do Brasil, que se estabeleceram no Norte do Paraná com o objetivo de trabalharem nas lavouras de café.

Gráfico 1 – Localidades de nascimento do cafeicultor (quantidade)

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Vale salientar que os cafeicultores originários de São Paulo já trabalhavam no cultivo de café. Contudo, o processo de erradicação dos cafezais nesse estado e de expansão da cafeicultura para o Paraná, juntamente com a esperança de melhores condições de vida, foram os motivos que incentivaram a migração para o Norte do Paraná.

Para alguns cafeicultores, o deslocamento para o Norte do Paraná foi uma possibilidade de se tornarem pequenos proprietários de terras; para outros, foi uma oportunidade de trabalho e de aquisição de renda na condição de formadores de café, parceiros e colonos. Há também os cafeicultores que migraram para a MRG de Londrina devido à erradicação desse cultivo em outras localidades do Norte do Paraná, como Marialva, Umuarama, Centenário do Sul, Paranavaí, Sertaneja, no intuito de permanecerem nessa atividade.

Conforme relato dos cafeicultores entrevistados, há uma média de três pessoas por grupo familiar. O produtor rural, geralmente, é responsável pela agricultura na unidade de produção familiar, onde conta com o apoio de seus filhos. Por outro lado, as mulheres (esposa e filhas) distribuem suas atividades entre as tarefas domésticas, em outros tipos de produção para complementar a renda familiar e, também, nas colheitas do café.

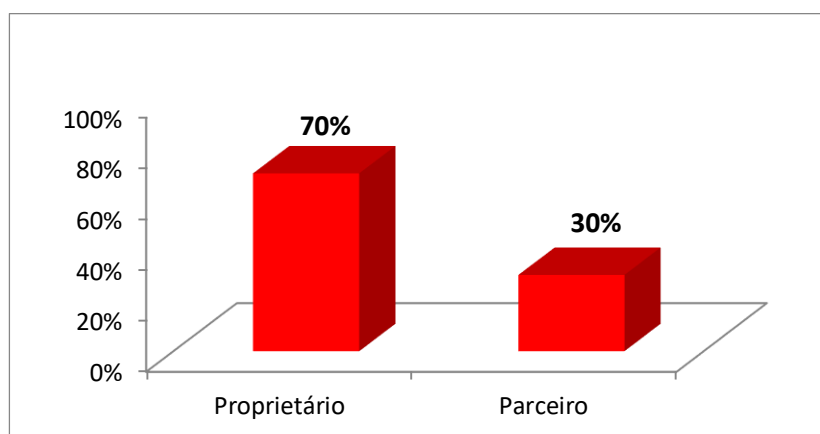
Os cafeicultores familiares são, em sua maioria, proprietários de terra, conforme mostra o Gráfico 2. No entanto, nessa relação de parceria, que está

presente com maior frequência, os produtores auferem a renda da terra em produto, destacando-se o porcentageiro e o meeiro.

Existem muitos exemplos da existência da renda da terra em produto na agricultura brasileira, como por exemplo, as muitas formas que a parceria adquire regionalmente. Há, por exemplo, de forma mais intensa a meação, a terça, a quarta, e mais recentemente ocorreu o aparecimento das porcentagens como elemento distribuidor dos resultados da produção. São chamados de porcentageiros aqueles camponeses que assim dividem o produto de seu trabalho com os proprietários da terra. Cabe ressaltar, entretanto, que no Brasil, o meeiro é o personagem social mais típico e comum na agricultura (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Esse contrato de meação é definido da seguinte forma: o proprietário da terra é responsável pelos custos dos insumos e o meeiro, pela força de trabalho da lavoura e pelos custos da mão de obra temporária, geralmente na colheita. Após a venda da produção realizada conjuntamente pelo proprietário e o meeiro, divide-se o valor em 50% para cada um. Além disso, os meeiros também utilizam uma pequena área da propriedade para criação de suínos, cultivo de hortaliças, legumes, frutas e, intercalando com o café, geralmente, milho, mandioca, feijão, entre outros para subsistência.

Gráfico 2 – Condição do cafeicultor (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Quanto aos contratos de porcentagem, existem duas formas: em uma, após a venda da produção, o proprietário recebe 60% e o porcentageiro, 40%; em outra, o proprietário recebe 55% e o porcentageiro, 45%. No mesmo caso que a meação, o proprietário da terra é responsável pelos custos dos insumos e o porcentageiro entra

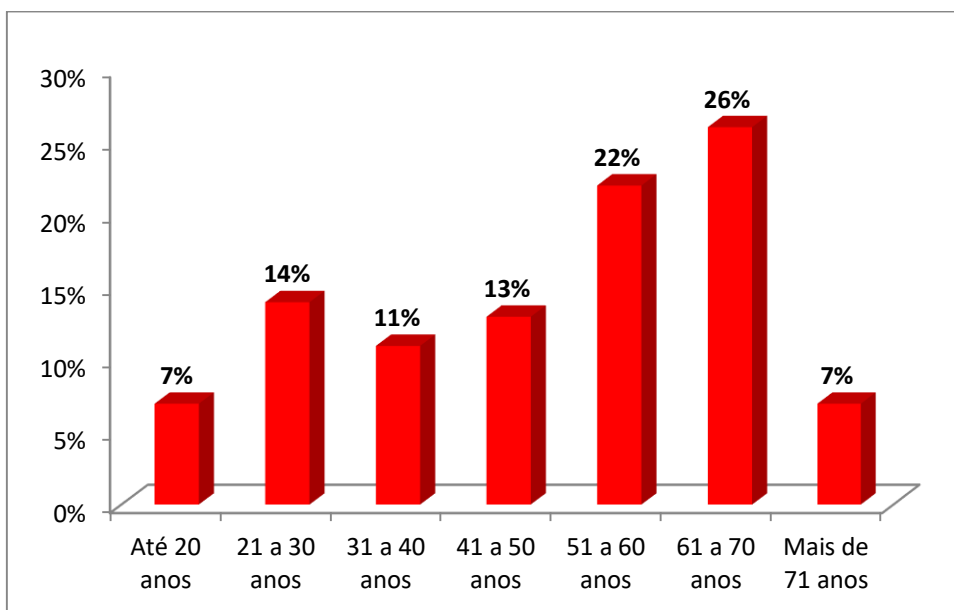
com a força de trabalho nas lavouras da propriedade e com os custos da mão de obra temporária, além de utilizar pequenas áreas para outros cultivos e/ou criações de animais para autoconsumo e complemento da renda familiar.

Destaca-se que há, na própria vizinhança, junto a outros produtores ou comerciantes, uma relação de compra e venda de excedentes agrícolas como milho, feijão, mandioca, aves, suínos, entre outros, como havia na época do colonato, o que destaca Martins (1979, p. 83):

O colono combinava a produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro. Quando o cafezal era velho, em geral não se recomendava a cultura intercalar. Nesse caso, o fazendeiro colocava à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, geralmente terrenos baixos impróprios para o café, a fim de que se dedicasse ali ao cultivo de gêneros de subsistência.

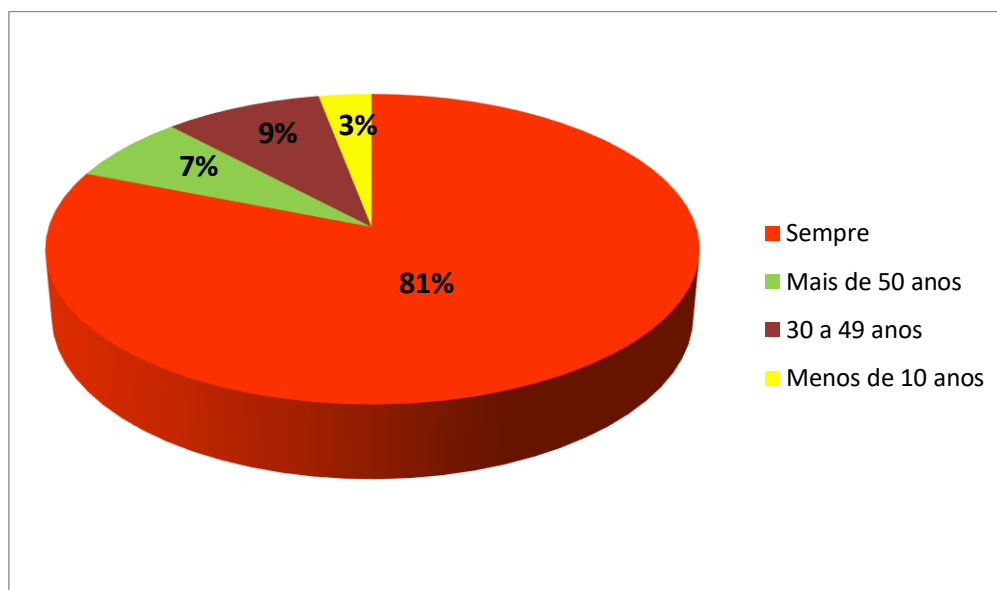
No que se refere à condição de proprietários, verifica-se que 13% dos produtores não residem com suas famílias nas propriedades rurais, devido à proximidade da propriedade rural com a área urbana. Entre os produtores estão: um residente no distrito da Warta, que está distante um quilômetro (1 km) de sua propriedade rural, outro produtor residente na cidade de Rolândia, que está localizado a dez quilômetros (10 km) da sua propriedade, e outro residente no distrito de São Luiz, que está distante cinco quilômetros (5 km).

Por estarem próximos às suas propriedades, esses produtores deslocam-se diariamente da cidade ao cafezal. Além da proximidade da cidade com o estabelecimento rural, outros motivos destacados são as condições financeiras para se adquirir um imóvel na área urbana e a preocupação com a saúde (proximidade com postos de saúde e hospitais), já que esses produtores estão na faixa etária acima de 51 anos. O Gráfico 3 possibilita conhecer as características etárias dos produtores rurais de café estabelecidos na MRG de Londrina.

Gráfico 3 – Faixa etária das famílias cafeicultoras (%)

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

O predomínio da faixa etária com mais de 51 anos, como demonstra o gráfico, e o tempo de trabalho que exercem na atividade cafeeira (Gráfico 4), em que 81% sempre esteve nessa atividade, indicam um importante perfil dos cafeicultores da MRG de Londrina. Evidencia-se, assim, a experiência e os conhecimentos que esses cafeicultores possuem na produção de café.

Gráfico 4 – Tempo de trabalho na atividade cafeeira (%)

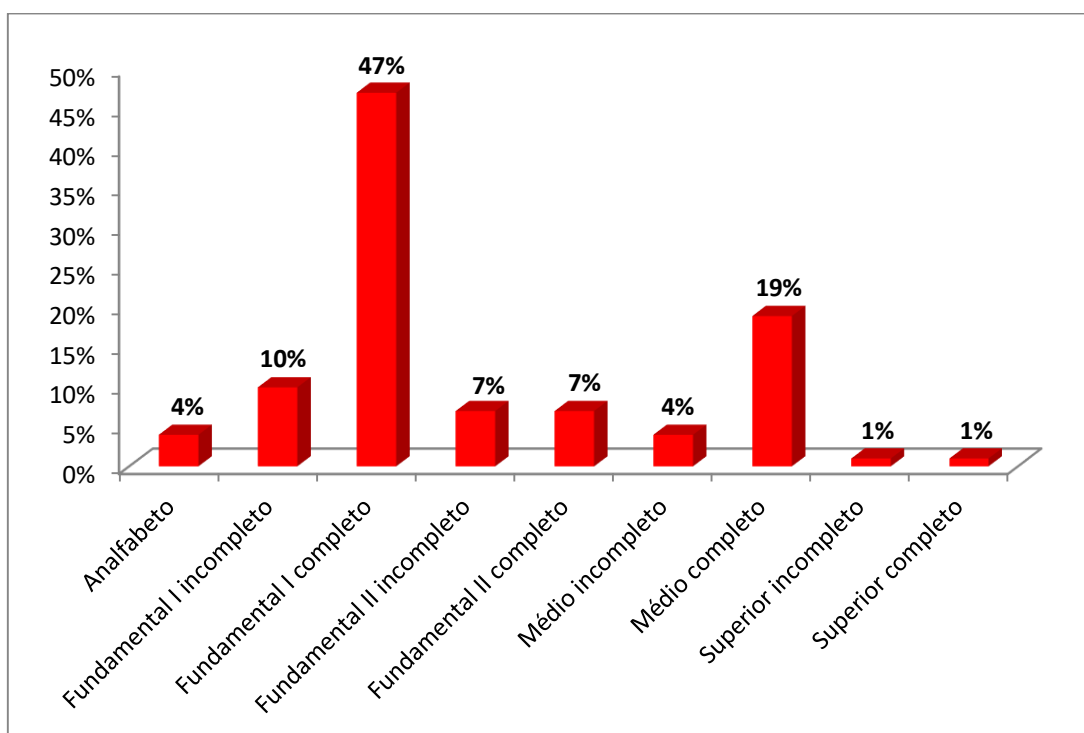
Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Esses produtores que sempre estiveram vinculados à cafeicultura são filhos de cafeicultores, dentre os quais 47% trabalhavam como parceiros e, com a renda, conseguiram comprar pequenos lotes de terras, tornando-se proprietários; 18% eram parceiros e ainda continuam nesse tipo de relação de trabalho; 12% eram também parceiros, mas retornaram às terras recebidas de herança dos pais; 18% receberam as propriedades como herança e continuaram como proprietários; por fim, 5% compraram outras terras com o seu próprio trabalho.

As características dos outros produtores rurais referentes ao tempo de trabalho na atividade cafeeira são relatadas nas seguintes situações: os 3% que declararam estar há menos de 10 anos nessa atividade trabalharam junto com os pais, mas migraram para a cidade. Após a aposentadoria, retornaram ao campo com a compra de um sítio para trabalhar com o café.

Já aqueles que declararam estar na atividade de 30 a 49 anos (9%) são antigos parceiros no café, os quais continuam até hoje nessa relação de produção e como produtores de outros cultivos, pois encontraram a possibilidade de melhor renda na parceria. Dos 7% de cafeicultores que relataram estar há mais de 50 anos na atividade, um era parceiro na década de 1970 e, hoje, trabalha como assalariado em uma propriedade com café; o outro trabalhava junto com os pais na condição de proprietário e continua como tal devido à herança.

Em relação à escolaridade da família desses cafeicultores, nota-se, no Gráfico 5, que a maioria possui o nível fundamental I, equivalente ao antigo primário. Denota-se que esse nível de escolaridade está relacionado à faixa etária acima de 51 anos de idade, que se justifica pela dificuldade de acesso à escola enfrentada pelos residentes no campo para além do nível fundamental I, ou seja, para o antigo curso ginasial.

Gráfico 5 – Nível de escolaridade das famílias cafeicultoras (%)

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, o grupo que cursou o ensino médio completo está relacionado aos filhos(as) desses cafeicultores, pois há, atualmente, para essa geração melhores condições de acesso às escolas em relação à existente na época de seus pais e avós. Além dessa facilidade de acesso, hoje, vale destacar a importância que se tem dado à educação aos seus filhos por parte dos cafeicultores, como relatado²⁷:

Antigamente não tinha escola tão perto como hoje e o deslocamento era muito precário.

O futuro é estudar, falo pro meu filho estudar, porque eu não tinha condições e hoje ele tem, e hoje quem não tem estudo não consegue arranjar trabalho nenhum, só uns bicos por aí. (Informação verbal)

²⁷ Optou-se por deixar as entrevistas seguindo as normas das citações diretas, porém ficarão em itálico, para haver diferenciação quanto às colocações de autores teóricos. Ademais, não haverá a identificação dos entrevistados a fim de manter o sigilo desta pesquisa.

4.2 O USO DA TERRA E A RENDA FAMILIAR DOS CAFEICULTORES

4.2.1. Uso da terra e a comercialização da produção

Antes de analisar o uso da terra, é importante retratar como estão dispostos o número e as áreas dos estabelecimentos agrícolas, bem como sua parcela destinada à lavoura cafeeira.

Esses estabelecimentos estão concentrados nos grupos de área de 5 a 20 hectares, abrangendo 76,92% do número total e 66,83% da área. O grupo também corresponde a 83,30% de área cultivada com café. Em relação às propriedades com áreas menores que 5 hectares, como o caso de 15,38% dos analisados, a possibilidade de auferir renda com a cafeicultura é bastante limitada, conforme Tabela 25.

Nota-se, ademais, que dois estabelecimentos possuem mais de 20 hectares, ocupando 28,39% de área, mas 9,88% com lavoura cafeeira, corroborando o fato de que propriedades com áreas maiores diversificam a atividade agrícola e, em muitos casos, erradicam os cafezais, substituindo-os por lavouras temporárias ou pastagem.

Tabela 25 – Tamanho dos estabelecimentos e da área plantada de café

| Grupos de área (ha) | Nº de estabelecimentos | % | Área (ha) | % | Área (ha) plantada de café | % |
|---------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|
| Até 2 | 00 | 00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2 – 5 | 04 | 15,38 | 16,31 | 4,78 | 11,68 | 6,81 |
| 5 – 10 | 09 | 34,62 | 70,50 | 20,67 | 55,05 | 32,12 |
| 10 – 20 | 11 | 42,30 | 157,42 | 46,16 | 87,70 | 51,18 |
| 20 – 50 | 01 | 3,85 | 21,78 | 6,39 | 9,68 | 5,65 |
| Mais de 50 | 01 | 3,85 | 75,02 | 22,00 | 7,26 | 4,24 |
| Totais | 26 | 100,00 | 341,03 | 100,00 | 171,37 | 100,00 |

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

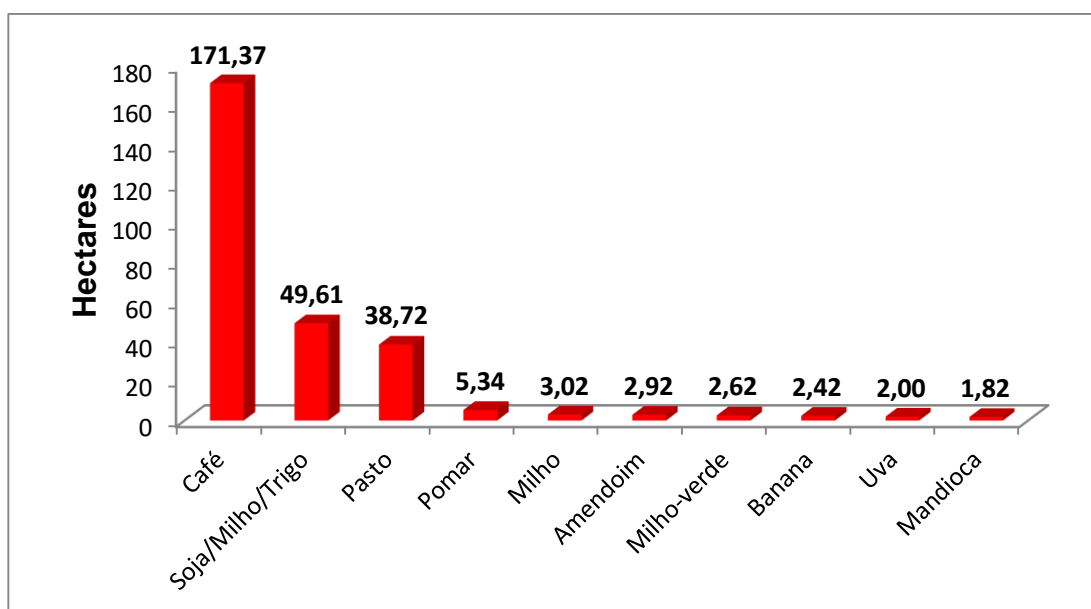
O total das áreas dos estabelecimentos é de 341,03 hectares²⁸, sendo 171,37 ha, ou seja, 50,25% ocupados com café, principalmente nos grupos de área entre 5 a 20 hectares. As propriedades onde há apenas a cafeicultura estão localizadas no Distrito da Warta (município de Londrina), em Cambé e com mais

²⁸ Nessa área estão incluídos também 28,95 hectares de mata ciliar.

expressividade em Rolândia, cujo tamanho médio é de 8 hectares. Isso demonstra que em um terço das propriedades analisadas não há diversificação agrícola, pois, além de serem pequenas propriedades, estão sujeitas às oscilações do mercado cafeeiro.

Conforme o Gráfico 6, além do uso da terra majoritariamente destinado à cafeicultura, outras áreas de destaque são aquelas utilizadas para lavouras temporárias (soja, milho, trigo), abrangendo 49,61 ha, ou seja, 14,55% do total, e pastagem com 38,72 ha, sendo 11,35% do total.

Gráfico 6 – Uso da terra (ha)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Em menores proporções, estão as áreas destinadas para o cultivo de mandioca, milho, amendoim (Figuras 8, 9 e 10, respectivamente), além de milho-verde, uva e banana. Tanto as lavouras temporárias, o gado (pastagem) quanto as culturas de menores proporções são comercializados a fim de garantirem complementação de renda dos produtores rurais de café.

Figura 8 – Lavoura de café intercalada com mandioca



*Uma forma de melhor utilizar o solo é introduzir culturas intercalares para o autoconsumo e o excedente comercializado. Essa propriedade (comunidade do Ceboleiro em Rolândia) tem 19 hectares, sendo 12,1 hectares de café.

Fonte: o próprio autor

Figura 9 – Cafezal de 50 anos e milho como cultura alternativa



*No primeiro plano, cultura do milho em substituição ao cafezal erradicado quatro anos antes. Ao fundo, cafezal plantado em 1966, no distrito de Lerroville (Londrina).

Fonte: o próprio autor

Figura 10 – Lavoura de amendoim em uma propriedade com café



*Produção diversificada com cultivo de amendoim para fins comerciais. Ao fundo, cafezal em uma topografia suavemente ondulada. A propriedade possui 11,37 ha, sendo cultivados 3 ha de café e 0,5 ha de amendoim, no Distrito da Warta (Londrina).

Fonte: o próprio autor

Outras culturas desenvolvidas entre as ruas do cafezal (feijão, legumes, milho, mamona, aveia, cebolinha) e os pomares são utilizados principalmente para o autoconsumo, comercialização dos excedentes, sombreamento do cafezal (mamona) e fertilização do solo (aveia), como retrata a Figura 11.

Figura 11 – Lavoura de café intercalada com aveia



*Cultivo de aveia plantado em área intercalar ao café para melhorar a fertilidade do solo. Em uma propriedade de 12,1 hectares, com 7,26 hectares de café, na Estrada São Rafael, em Rolândia.

Fonte: o próprio autor

Em seguida, o Quadro 1 demonstra que 3% das propriedades cafeeiras dedicam-se à suinocultura e 3%, à avicultura, ambas instaladas no Distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia). A comercialização dos suínos é destinada a um frigorífico próximo, localizado no Distrito de São Martinho (Rolândia), já a avicultura (Figura 12) vai para a antiga Avebom²⁹, no município de Jaguapitã.

Quadro 1 – Relação das áreas de café com outras atividades

| Tipos de produção | Nº de propriedades (%) |
|--------------------------|-------------------------------|
| Apenas o café | 35% |
| Soja/milho/trigo | 15% |
| Milho | 8% |
| Milho-verde | 6% |
| Mandioca | 6% |
| Amendoim | 6% |
| Pomar | 6% |
| Uva | 3% |
| Banana | 3% |
| Suinocultura | 3% |
| Avicultura | 3% |
| Gado de corte | 3% |
| Gado leiteiro | 3% |

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

²⁹ O abatedouro de aves Avebom foi adquirido em 2012 pelo Grupo Belagrícola de Londrina e transformado em Belafoods. Em meados de 2014, a recente empresa Belafoods foi vendida à JBS Aves (LOPES, 2014b).

Figura 12 – Avicultura em uma propriedade cafeicultora



*A avicultura faz parte da diversificação da atividade do cafeicultor. Essa atividade lhe dá renda complementar de R\$ 6.000,00 a cada 60 dias, com barracão de 984 m². Distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia).

Fonte: o próprio autor

Em relação às atividades complementares com lavouras temporárias (soja, milho, trigo), localizam-se, em sua maioria, nos municípios de Londrina, Rolândia e Cambé, em propriedades com área superior a 26 hectares, à exceção de uma de apenas 6 hectares.

Entre os produtores de café que possuem pastagem, conforme mencionado no Gráfico 6, 33,33% desenvolvem a pecuária de corte, em que se criam quarenta cabeças de gado para fins comerciais; 33,33%, o gado leiteiro (05 cabeças), para autoconsumo e comercialização de excedentes; os demais não utilizam essa área para nenhuma finalidade. Tais estabelecimentos estão localizados no Distrito de São Luiz, Lerroville (Londrina), Distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia) e na Estrada da Prata (Cambé) e possuem área média de 33 hectares.

Outras atividades complementares, como o amendoim, são encontradas apenas no Distrito da Warta; a banana, no Distrito de São Luiz; e a uva, no Distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia). Desse modo, o quadro demonstra o nível de diversificação do uso da terra, mesmo com o café predominando.

Além disso, a comercialização pelo mercado institucional (PAA-PNAE – Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar) é praticada por 11,5% do total das propriedades, constituindo como outra atividade complementar à família cafeicultora. Essa atividade, geralmente desenvolvida pelas mulheres, fornece produtos de fabricação artesanal como pães, bolos, bolachas, polpas de frutas, mandioca, milho, feijão, frutas, verduras e legumes.

A diversificação da produção, via de regra, objetiva obter uma renda complementar, à exceção dos produtos cultivados nas ruas dos cafezais, as frutas do pomar e a produção de leite (Quadro 2).

Quadro 2 – Destino das atividades agrícolas complementares

| Atividades agrícolas | Comercialização (destino) |
|-----------------------------|--|
| Soja/Milho/Trigo | Cocamar/Belagrícola/Agro100/Integrada |
| Gado de corte | Frigorífico |
| Gado leiteiro | Vizinhança |
| Pomar | Vizinhança |
| Amendoim | Mercado municipal/feirantes/restaurantes |
| Milho-verde | Nas ruas da cidade |
| Milho | PAA-PNAE |
| Uva | Cocamar/Vinícolas da região |
| Mandioca | Nas ruas da cidade/PAA-PNAE |
| Suínos | Frigorífico |
| Aves | Avebom (JBS) |
| Mel de abelha | Lojas especializadas/nas ruas da cidade |

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Esses produtos são destinados ao autoconsumo e à venda do excedente para a circunvizinhança de seus estabelecimentos.

4.2.2 Renda familiar da atividade cafeeira e de outras complementares

Nesses dados da renda familiar estão incluídos também os valores com a aposentadoria (de um salário-mínimo) e o Bolsa-família. No entanto, entre as 26 famílias entrevistadas, apenas 1 (uma) recebe esse auxílio assistencial do governo federal.

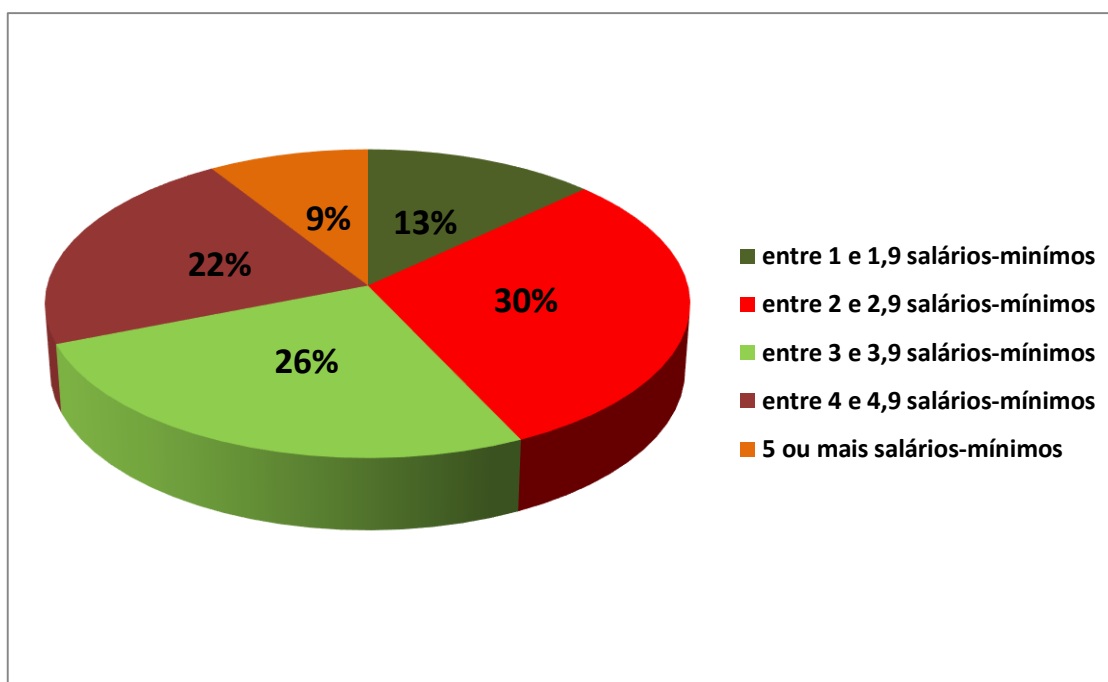
Já em relação à aposentadoria, 19 famílias têm, pelo menos, um integrante da família com esse benefício. Isso demonstra que, se 56% das famílias cafeeiras estão dispostas entre 2 e 3,9 salários-mínimos e em muitas delas há a contribuição do valor da aposentadoria, a renda da terra obtida por esses cafeeiros condiz com uma estratégia de reprodução social, pois é pouco provável, mediante os dados, que seja uma estratégia de acumulação de capital.

O Gráfico 7 permite mostrar que a renda familiar mensal de 56% das famílias cafeeiras está entre 2 e 3,9 salários-mínimos³⁰, indicando uma situação

³⁰ O salário-mínimo vigente nos anos de 2014 e de 2015 era de R\$ 724,00 e R\$ 788,00, respectivamente.

econômica básica de consumo. Esses produtores possuem em suas residências, na maioria das vezes construídas com material de construção, água de poço ou de mina, energia elétrica, equipamentos de utilidades domésticas, carro usado e/ou moto. Por outro lado, 31% de cafeicultores possuem uma renda familiar acima de 4 salários-mínimos, o que garante melhores condições socioeconômicas.

Gráfico 7 – Renda familiar mensal (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Durante as entrevistas, os cafeicultores mencionaram que a renda com a colheita do café geralmente possibilita a compra de equipamentos de utilidades domésticas, como televisão, geladeira, fogão ou sofá:

Dá pra comprar uma TV nova ou outras utilidades domésticas.

Comprar um sofá novo ou uma geladeira, mas não muito moderno.

Dá pra comprar um carrinho popular usado.

A cada 4 ou 5 anos poupando a renda do café, a gente consegue comprar um terreno no distrito. (Informação verbal)

A renda das atividades complementares propiciada pelo café – outros produtos agrícolas, trabalho acessório e produção ao mercado institucional – é

destinada, principalmente, para a compra de gêneros alimentícios, medicamentos, despesas da casa (energia elétrica, telefone, gás de cozinha etc.) e pagamento dos custos ou uma fração destes com a lavoura cafeeira.

No caso do trabalho acessório, dentre os 26 grupos familiares pesquisados, em 26% há algum membro da família, filho(a) ou esposa, que trabalha fora da propriedade para contribuir com a renda familiar. As atividades desenvolvidas entre os jovens e adultos são na área administrativa e entre outros adultos e idosos, em serviços gerais e domésticos nas empresas e residências localizadas nas cidades. De acordo com os relatos dos cafeicultores, essa renda complementar contribui para:

Com a venda do mel dá pra comprar arroz e feijão pro mês.

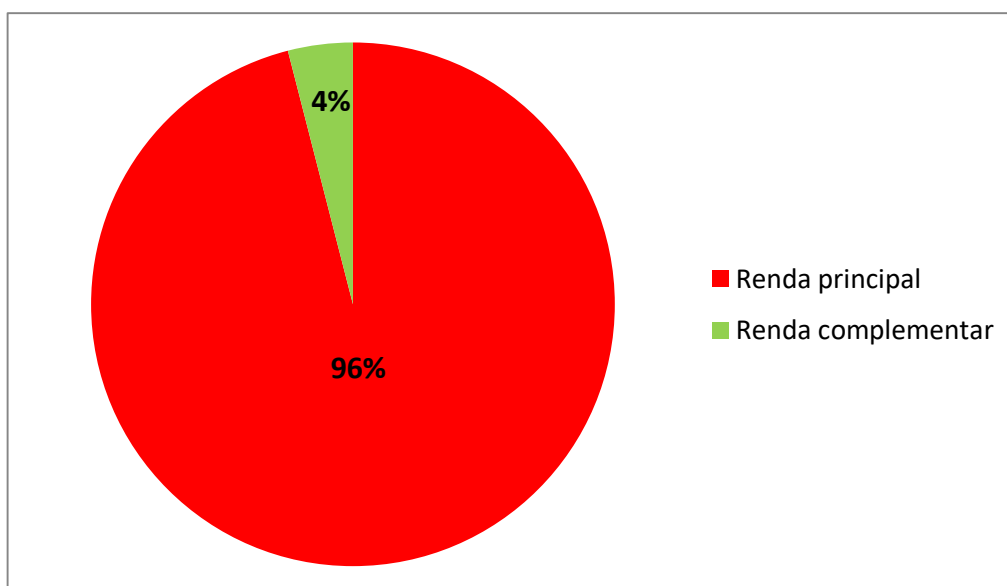
Com soja e trigo produzo 40 sacas de 60 kg por alqueire, isso dá uns 10% de renda na propriedade.

Paga os custos de produção do café.

Dá mais para o sustento da família. (Informação verbal)

Aproximadamente 96% dos entrevistados têm na cafeicultura sua principal fonte de renda (Gráfico 8), mas, pelo fato de ser uma cultura vulnerável às intempéries climáticas, optam pela diversificação.

Gráfico 8 – Renda da atividade cafeeira (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

O fato do produtor diversificar a produção agrícola demonstra a preocupação em complementar a renda, devido, principalmente, do café ser uma cultura anual e de certo risco na MRG de Londrina, como, por exemplo, com as geadas.

5 A CAFEICULTURA E O CAFEICULTOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS



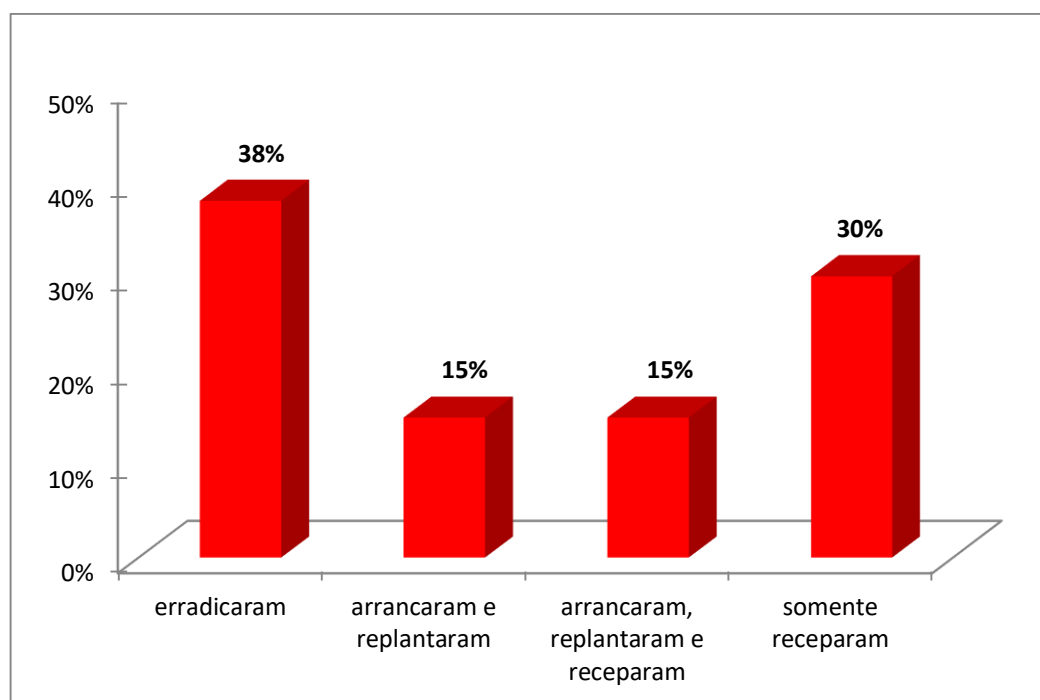
5.1 A TRAJETÓRIA DO CAFEICULTOR APÓS A GEADA DE 1975

A ocorrência da “Geada Negra” em 1975 acelerou as transformações socioespaciais no campo norte paranaense, foi um fato que marcou a vida dos cafeicultores daquela época. Entre os 26 entrevistados, 21 enfrentaram as dificuldades causadas pela geada.

A saber, a ação mais comum na época foi a erradicação dos cafeeiros (38%), como mostra o Gráfico 9. Essa erradicação levou à substituição do café por outras culturas e à migração dos trabalhadores para outras localidades rurais ou para as cidades.

De acordo com as entrevistas, entre esses migrantes que ficaram sem trabalho devido à erradicação do café, 88% encontraram trabalho em outras propriedades, onde continuaram com a mesma atividade. Outros 12% foram em busca de sobrevivência nas cidades, mas, posteriormente, retornaram ao campo e à atividade cafeeira.

Gráfico 9 – Consequências na lavoura de café pela “Geada Negra” de 1975 (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, houve aqueles que não substituíram a atividade cafeeira, portanto não migraram, persistindo nessa atividade e enfrentando as dificuldades

pós-gelada. Esses cafeicultores (15%) arrancaram os cafeeiros prejudicados com a gelada e replantaram.

É importante destacar que a “Gelada Negra” não queimou de maneira uniforme todos os cafezais da região. Diante disso, cerca de 15% dos cafeicultores arrancaram uma parte, replantaram e realizaram a recepção³¹ em outra. Diante das consequências desse acontecimento, 30% dos produtores de café precisaram somente recepar o cafezal para continuar nessa atividade.

Em relação à permanência do cafeicultor após a “Gelada Negra”, 56% permaneceram com a cafeicultura, sendo estes proprietários de suas terras, e 44% dos que erradicaram eram parceiros e migraram em consequência disso. Destes, 87,5% permaneceram no café nessa mesma condição, muitas vezes em outras localidades, e 12,5% abandonaram-na e retornaram após vinte e cinco anos a essa atividade. Aqueles que eram parceiros na época, hoje 43%, ainda permanecem nessa condição, e 57% tornaram-se proprietários, pois com a renda dessa relação de trabalho adquiriram propriedades rurais.

Enfatiza-se que não houve produção de café no Norte do Paraná no ano posterior à gelada (safra de 1976), e a colheita da safra de 1975 estava em andamento, o que possibilitou uma renda aos cafeicultores. Nesse período de espera para a rebrota ou o crescimento da planta, que durou de dois a três anos, os cafeicultores tiveram de procurar estratégias para conseguirem sobreviver no campo.

As principais formas encontradas, então, foram o plantio de arroz, feijão, milho, amendoim, mamona, empregos em outros estabelecimentos, resgate do dinheiro aplicado em poupança e das vendas do café colhido na última safra e estocado.

Dessa maneira, o que se pode entender é que o produtor de café utilizou as terras para produzir, principalmente, alimentos para subsistência e, ainda, auferir renda com o excedente dessa produção, além de mamona para a fabricação de óleo e torta (adubo orgânico) e de amendoim. À espera da próxima safra de café, o cafeicultor também buscou trabalho como tratorista nas lavouras temporárias (soja, trigo).

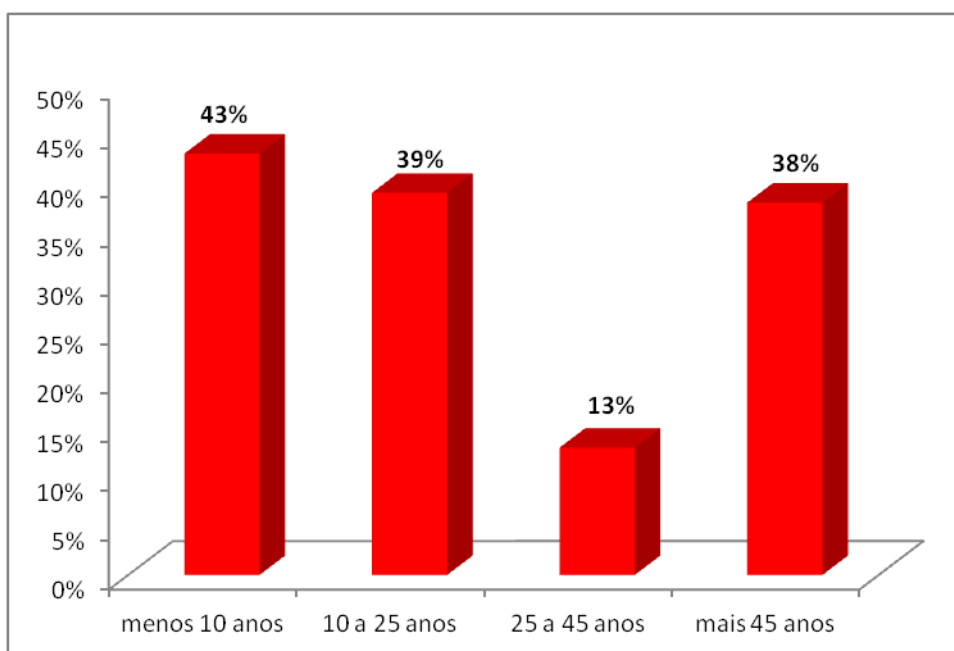
³¹ Segundo o IBC (1979, p. 150), “a recepção é também chamada de poda baixa ou poda de renovação”.

Entretanto, uma situação que não é muito difundida a respeito da pós-“Geada Negra” é a renda auferida pelos cafeicultores, ou seja, como a produção do Paraná correspondia a mais da metade da nacional, ou seja, 52,70% (BATISTA, 2010), a quebra de safra provocou a alta dos preços desse produto no mercado. As entrevistas mostraram que 22% dos cafeicultores comercializaram a preços extraordinários³² devido à estrutura de armazenamento que havia na propriedade.

Uma questão que contribui para esse raciocínio é o tempo de existência dos cafezais nas propriedades rurais visitadas. No Gráfico 10, observa-se que, em 38% das propriedades, o cafezal é antigo, com mais de 45 anos. Sendo assim, foi plantado antes da geada de 1975 e apenas recepado ou rebrotado nesse período.

No mais, o tempo de existência dessas plantas é uma característica relevante ao se discutir os efeitos da geada. Outro fator importante é em relação à produtividade desses cafezais antigos, pois esse tipo de cafezal não viabiliza uma produtividade satisfatória, proporcionando menor rendimento em comparação ao cafezal mais novo, no entanto, permite ao produtor auferir renda para sua reprodução social.

Gráfico 10 – Tempo de permanência do cafezal nas propriedades (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

³² De acordo com Rocha e Morandi (1991), o preço médio de exportação brasileira de café em 1975 foi de US\$63,96; em 1976, subiu para US\$ 153,70; e chegou em 1977 à US\$ 259,19 por sacas de 60 kg.

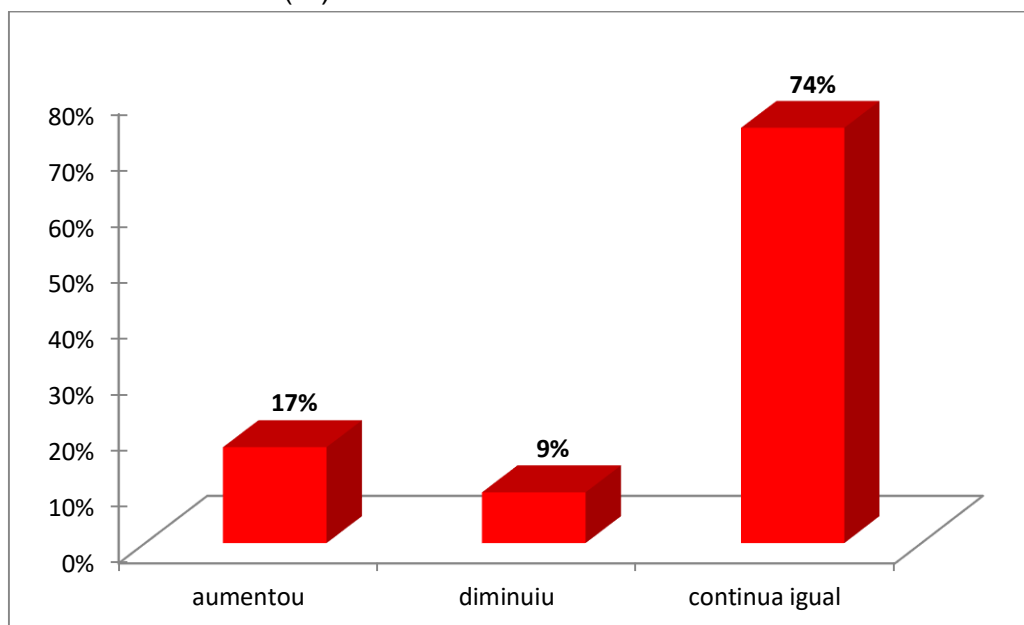
Nota-se que a maioria dos cafeicultores está renovando seu cafezal e também há uma grande parcela que o plantou a partir de 1990. Com base nesses dados, algumas características do tempo de permanência desses cafezais podem ser elencadas. Aqueles com menos de 10 anos de plantio são encontrados nas propriedades onde o cafeicultor está com o intuito de renovar o plantio e, na maioria das vezes, busca variedades mais resistentes às doenças, às adversidades climáticas e de maior produtividade. Já aqueles cujo cafezal tem até vinte e cinco anos, são produtores que renovaram a lavoura procurando introduzir o sistema de plantio adensado ou semiadensado.

Conforme o Gráfico 11, apesar das adversidades na produção e na comercialização, a maioria dos cafeicultores (74%) continua com a mesma área destinada ao café. Pela análise dos dados coletados, entre os pequenos produtores familiares de café, com propriedades de 9 hectares em média, não ocorre a diminuição das áreas de plantio, pelo contrário, houve aumento de área plantada.

Nesses estabelecimentos onde cresceu o cultivo de café, a maioria é de proprietários, exceto uma em que o proprietário paga um salário fixo mensal ao trabalhador rural, ou seja, por meio de assalariamento. Nesse caso, o proprietário tem o intuito de aumentar sua renda investindo em novas tecnologias e infraestruturas para a produção de café.

Em relação à redução da área, está ocorrendo nas propriedades com média de 40 hectares sob contrato de parceria, o que resulta em menor renda ao cafeicultor parceiro ou até mesmo na inviabilização nessa atividade.

Gráfico 11 – Área com lavoura de café nas propriedades entre 1975 e 2015 (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

A partir da análise das entrevistas, um fato observado é que, nessas propriedades onde houve diminuição da área destinada ao café, os parceiros e, conseqüentemente, os proprietários não introduziram equipamentos mais sofisticados para a produção de café e destacaram a inviabilidade de adquirir novas tecnologias para aumentar a renda da atividade cafeeira.

Os principais motivos que definem a permanência dessas áreas ocupadas com café são por serem pequenas propriedades e com mão de obra familiar. Diferentemente do que vem ocorrendo com a cafeicultura dessa região desde a década de 1970, ou seja, a diminuição das áreas cultivadas com café, percebe-se, no Gráfico 11, que houve acréscimo de 17% da atividade cafeeira. Diante disso, pode-se ressaltar que as áreas cultivadas com café não estão diminuindo para aqueles que estão na condição de proprietários.

5.2 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E TECNOLOGIA

A parceria – um dos elementos estruturais da produção familiar, que contribui principalmente para a redução dos custos de produção de café, seja com insumos ou mão de obra – atualmente é escassa e onerosa. No caso dos

proprietários que mantêm essa relação de produção, têm a possibilidade de aumentar a área de cultivo, a renda, bem como a manutenção de suas terras.

Dentre os elementos estruturais da produção familiar, os cafeicultores da MRG de Londrina contam com jornada diária de trabalho de 8 a 10 horas no manejo da atividade, que exige intenso trabalho no processo de produção – arruação, colheita, abanação, varrição, secagem, podas, desbrota, adubação, aplicação de agrotóxicos, entre outros (Figuras 13, 14 e 15).

Ademais, a força de trabalho familiar é necessária para a viabilização da produção de café em pequenas propriedades, pois, ao contrário, a contratação de mão de obra temporária para a realização dessas atividades torna-se bastante dispendiosa. Em 2014/2015 estava em uma média de R\$ 80,00 por dia por homem.

Figura 13 – Trabalho de abanação do café



*Diarista contratado por um parceiro para concluir a fase da colheita num cafezal de 7,26 ha. Distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia).

Fonte: o próprio autor

Figura 14 – Mão de obra familiar na secagem do café



*Trabalho familiar realizado por parceiros para a secagem do café num estabelecimento de 7,26 ha de café, na Estrada Caramuru (Rolândia).

Fonte: o próprio autor

Figura 15 – A varrição no cafeeiro



*Essa etapa ocorre após a colheita derriçada no chão para o processo de abanação, a fim de selecionar os grãos restantes de pior qualidade. Propriedade localizada na Estrada São Rafael (Rolândia), com área de 7,26 ha de café.

Fonte: o próprio autor

Em se tratando do trabalho assalariado, o cafeicultor familiar geralmente contrata a força de trabalho assalariada na época da colheita, período em que se exige mais tempo de trabalho e agilidade. No entanto, essa mão de obra temporária

assalariada é uma das maiores dificuldades encontradas pelo produtor familiar de café, devido ao custo elevado gerado pela sua escassez nas proximidades do estabelecimento rural.

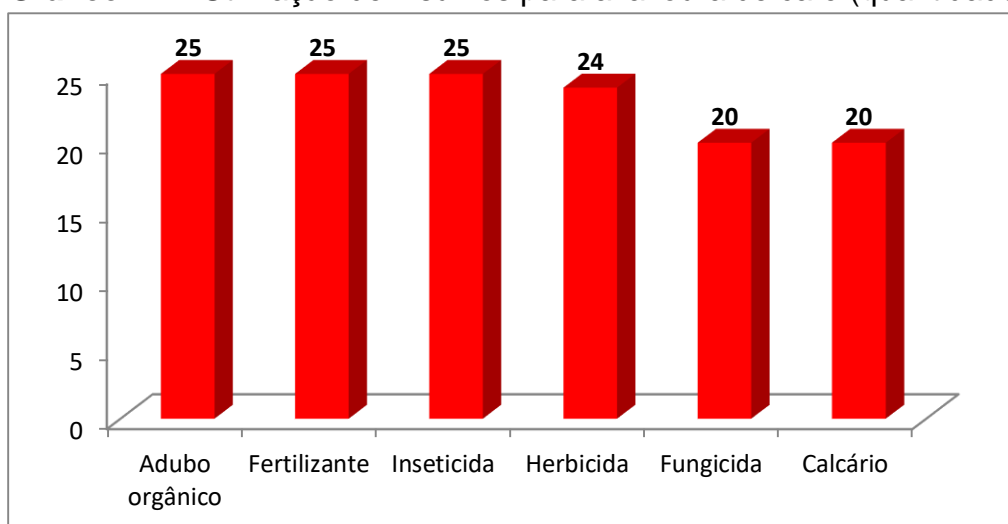
O trabalho acessório é uma alternativa ou um complemento da renda que o agricultor familiar busca além da renda principal. Como a atividade cafeeira é comumente a principal renda da família, mas, às vezes, ela não supre as necessidades financeiras, recorre-se ao trabalho temporário em outros domicílios, sítios ou fazendas.

Sobre isso, a disponibilidade de tempo para o complemento da renda por meio do trabalho acessório depende do período em que se encontra a lavoura cafeeira ou os demais cultivos e das funções de cada integrante da família na propriedade rural, como colocado: “[...] quando tem colheita de soja, milho, trigo, eu ajudo dirigindo a máquina, porque, como meu cafezal é pequeno, aí dá tempo de fazer isso e ganhar um dinheirinho a mais” (Informação verbal).

5.3 NÍVEL TECNOLÓGICO E CRÉDITO

Diante das dificuldades na produção de café, como alto custo com insumos, preço baixo na comercialização e constantes geadas, o que acarreta grande impacto na renda do produtor é a aquisição de adubos orgânicos, fertilizantes minerais e agrotóxicos (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Utilização de insumos para a lavoura de café (quantidade)



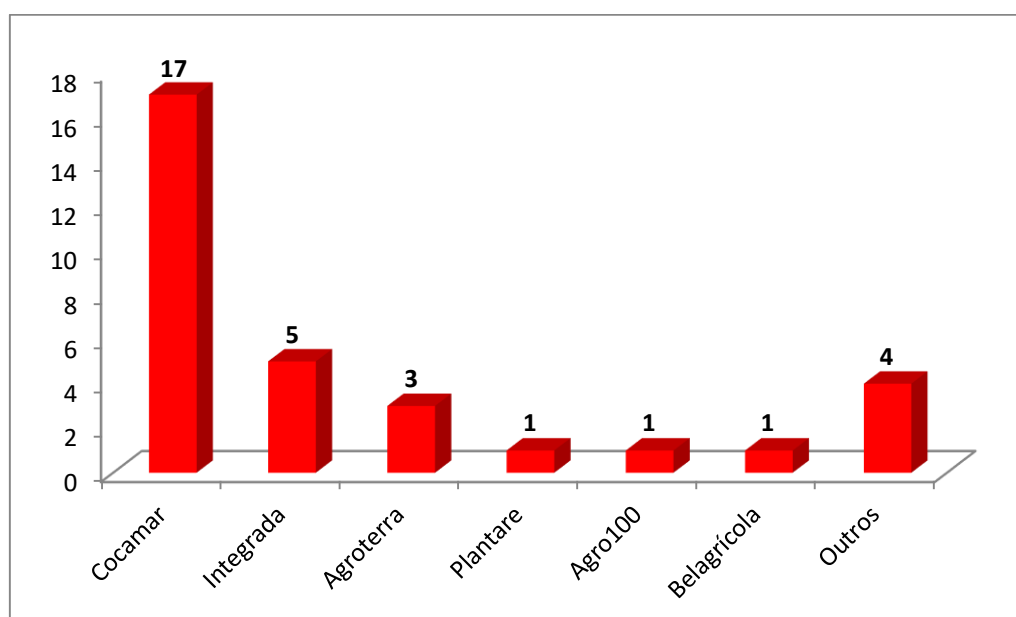
Fonte: elaborado pelo autor (2016)

É muito comum aos cafeicultores associarem o adubo orgânico, principalmente esterco de galinha, aos fertilizantes minerais, pois, segundo depoimentos dos produtores, proporciona maior produtividade. O controle da broca-do-café, do bicho-mineiro e da ferrugem exige o uso de inseticidas e fungicidas para combatê-los, a fim de não perder a produtividade. Nesse sentido, os produtores que optaram pela forma tradicional de cultivo estão atrelados ao capital industrial e comercial, sofrendo com a elevação do custo de produção.

Esses insumos utilizados no cafezal são comprados em estabelecimentos comerciais próximos à propriedade, concentrados em unidades da Cocamar³³. Apenas no Distrito de São Luiz e Lerroville diferenciam-se, sendo realizada a compra pela Integrada Cooperativa Agroindustrial (sede em Londrina). Essa cooperativa é uma opção pelo fato de possuir uma unidade próxima a esses distritos.

Além das duas cooperativas, nota-se que os produtores de Londrina têm como fornecedores de insumos estabelecimentos comerciais como a Agroterra, a exemplo dos entrevistados do Distrito da Warta e de São Luís. Os demais estão distribuídos em estabelecimentos locais (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Local de compra dos insumos (quantidade)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

³³ Em 2010, a Cocamar, sediada em Maringá, arrendou 24 unidades de negócios da Corol, de Rolândia; e, em 2014, arrematou em um leilão o conjunto de complexos industriais dessa cooperativa (BATISTA, 2014; COCAMAR, 2015).

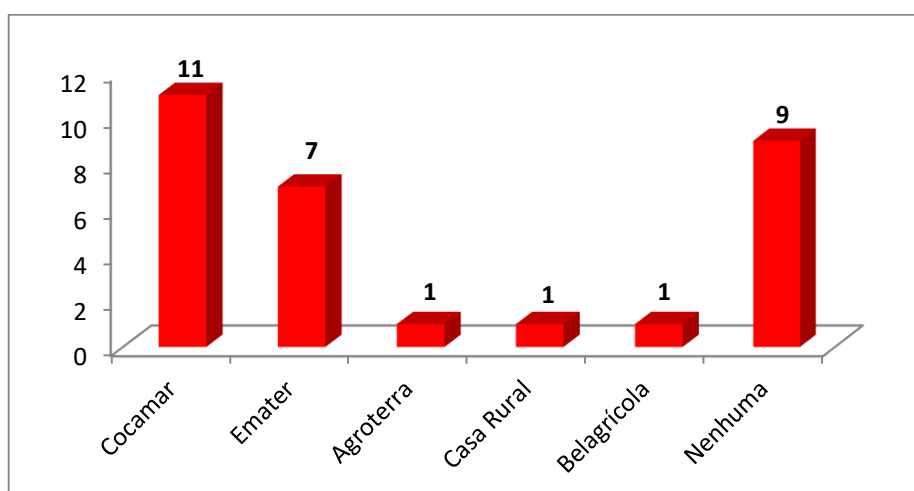
Essa hegemonia da Cocamar não se configura apenas na venda de insumos, mas também na orientação técnica agrícola, isto é, na presença constante de extensão rural. O Gráfico 14 mostra que essa cooperativa orienta onze produtores de café, seguida pelo EMATER, o qual presta assistência a apenas sete cafeicultores. Há também um número significativo de produtores de café que não recebe nenhuma orientação técnica para a atividade cafeeira.

Esses dados indicam a ineficiência do setor público no apoio ao produtor rural de café. É imprescindível aos cafeicultores e para a rentabilidade na atividade o acompanhamento dos técnicos do EMATER, por serem produtores de pequena escala.

O fato que remete a essa situação é a falta de técnicos ou profissionais e de condições necessárias para a realização desse trabalho, pois aqueles que hoje estão cumprindo sua função não conseguem atender à demanda. Diante dessas circunstâncias, ocorrem quatro situações distintas: cafeicultores assistidos pela cooperativa, EMATER, estabelecimentos comerciais de venda de insumos e os que não recebem nenhum tipo de orientação técnica.

Para esses últimos, a maneira de sobreviver e continuar na atividade cafeeira deve-se apenas à experiência e ao apoio de cafeicultores vizinhos. Já os que são assistidos pela cooperativa afirmam que o trabalho desenvolvido pelos profissionais contribui para a produção e produtividade do café. Além disso, com a carência de assistência técnica por parte do Estado, os cafeicultores ficam na dependência de orientações agrícolas da cooperativa.

Gráfico 14 – Orientação técnica (quantidade)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

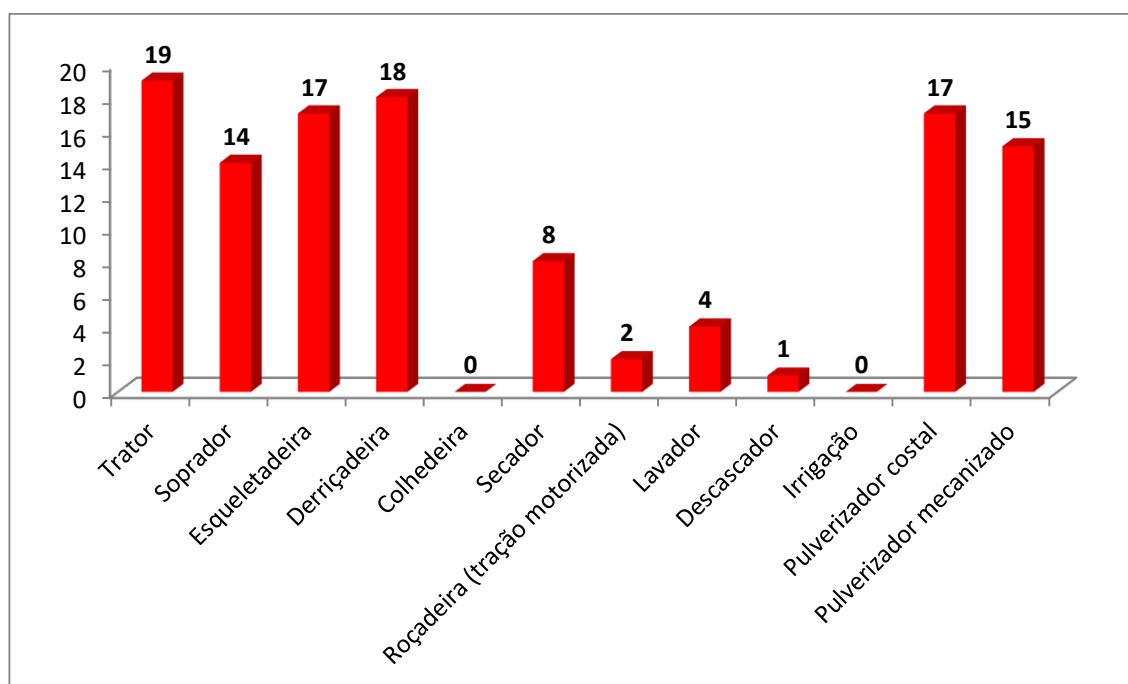
De acordo com os técnicos do EMATER, o uso de tecnologias possibilita a redução nos custos com a mão de obra temporária, principalmente contratada para a colheita, porque, além de proporcionar mais agilidade e tornar eficiente o trabalho no cafezal, pode direcionar a uma produção de café com mais qualidade.

A partir dessa ideia, buscou-se levantar e analisar a situação dos cafeicultores. Além do uso de insumos, os produtores contam com o auxílio de máquinas e equipamentos para obterem maior rendimento no trabalho.

Observa-se, no Gráfico 15, que o soprador de folhas, a esqueletadeira, a derriçadeira e os pulverizadores foram adquiridos aproximadamente por mais da metade dos produtores. Tratam-se de equipamentos mais acessíveis para a renda do produtor e que contribuem bastante no trabalho do cafezal.

A saber, o soprador de folhas é geralmente utilizado para a arruação em substituição ao rastelo; a esqueletadeira (Figura 16), para a poda do café, substituída pela tesoura e a foice; a roçadeira, para capinagem (Figura 17); a derriçadeira, para a colheita, em vez do contato manual e outras formas mais rudimentares; e os pulverizadores mecanizados substituem os pulverizadores costais manuais. Como se pode observar, nenhum cafeicultor adquiriu colhedeira de café nem implantou o sistema de irrigação devido ao custo.

Gráfico 15 – Aquisição dos equipamentos para a atividade cafeeira (quantidade)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Figura 16 – Modelo de esqueletadeira utilizada no cafezal



*Equipamento para a poda do cafeeiro com maior agilidade.
Fonte: Google Images

Figura 17 – Roçadeira no cafezal



*Roçadeira motorizada em um cafezal de 9,48 ha. É um implemento que auxilia o produtor familiar poupando tempo de trabalho.
Fonte: o próprio autor

As técnicas da colheita (Quadro 3) são variadas, desde o sistema manual até o motorizado. Para melhor entendimento, procurou-se dividir esse processo em três categorias: as variações da derrixa³⁴, ou seja, diretamente no chão ou no pano³⁵; o método para derrixa, que demonstra se são realizados manualmente, com um equipamento (derrixadeira) ou com a colhedeira; e a técnica de colheita dos frutos, se é seletiva ou a dedo (colhem-se somente os frutos maduros) ou concentrada (frutos colhidos sem levar em consideração o grau de maturação).

Quadro 3 – Processos de colheita do café

| Variações de derrixa | Nº de propriedades |
|---|---------------------------|
| Derrixado no chão | 11 |
| Derrixado no pano | 07 |
| Derrixado no chão e no pano | 08 |
| Método utilizado para derrixa | |
| Manualmente | 12 |
| Manualmente e com derrixadeira | 09 |
| Apenas com derrixadeira | 04 |
| Manual, com derrixadeira e com colhedeira | 01 |
| Técnicas de colheita do fruto | |
| Colheita concentrada dos frutos | 26 |
| Colheita seletiva (a dedo) dos frutos | 00 |

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Observa-se que, em relação às variações da derrixa, os cafeicultores preocupam-se em utilizar o pano, que é uma forma importante e mais adequada para conseguir melhor qualidade do produto. A derrixa no pano evita que o fruto tenha contato direto com o solo, conseqüentemente, fica mais limpo, sem apresentar impurezas junto ao café colhido, com menor exposição às ações de microrganismos presentes na terra, além de facilitar as operações de transporte e lavagem (Figura 18).

³⁴ Segundo o IBC (1979, p. 273), derrixa é a “[...] operação de retirada dos grãos, do ramo do cafeeiro, todos de uma vez”.

³⁵ De acordo com o IBC (1979, p. 244), “[...] o café é derrubado em panos previamente colocados no chão a fim de evitar o contato dos grãos com a terra. Os panos para colheita são, em geral, de tecido grosso ou mesmo de lona [...]”.

Figura 18 – Trabalho de derrixa no pano



*A derrixa no pano é uma opção do cafeicultor para obter melhor qualidade do café, como essa realizada na propriedade localizada na Estrada São Rafael (Rolândia), com área de 7,26 ha de café.

Fonte: o próprio autor

A respeito do método utilizado para derrixa do café, o trabalho manual prevalece nessas propriedades (Figuras 19 e 20). Como foi mencionado anteriormente, a média de idade dos cafeicultores e o tempo de experiência (tradição) no cafezal constituem obstáculos para a aquisição e o uso de novas tecnologias. A introdução das derrixadeiras (Figura 21), um equipamento de preço acessível que contribui com a diminuição dos custos com a mão de obra temporária na colheita, ainda é realizada de forma incipiente entre os cafeicultores.

Por outro lado, destaca-se a tentativa de um cafeicultor que realizou sua primeira colheita com uma colhedeira alugada, mas, devido às distintas formas de espaçamento do seu cafezal, procedeu à colheita utilizando três métodos diferentes: manualmente, com derrixadeira e com a colhedeira (Figura 22).

Figura 19 – Trabalho de derrça manual com bastão



Fonte: o próprio autor

Figura 20 – Trabalho de derrça manual com escada



Fonte: o próprio autor

Figura 21 – Derrçadeira de café



Fonte: o próprio autor

Figura 22 – Colhedeira de café



*Essa colhedeira substitui o trabalho de 100 boias-frias em um dia de trabalho, mas pouco acessada pelos cafeicultores familiares. Esse equipamento foi alugado por um produtor familiar do município de Rolândia com um custo de R\$ 230,00/hora, em uma propriedade com 3,63 hectares de café.

Fonte: Pedro Guglielmi Junior

Em relação à colhedeira, o resultado foi satisfatório para o produtor, pois o custo foi menor (R\$ 13,33/saco de 40 kg em coco³⁶ ou R\$ 230,00/hora) em comparação aos contratos com mão de obra assalariada (R\$ 33,33/saco de 40 kg). Portanto, almeja utilizá-la novamente na próxima safra. Além dessa motivação, percebeu-se nas entrevistas que outros cafeicultores circunvizinhos estão planejando alugar essa máquina.

Já a técnica de colheita do fruto a dedo ou seletiva, que é indicada para o cafeicultor que tem o intuito de comercializar cafés especiais, não foi encontrada em nenhuma propriedade. Atualmente, o mercado de cafés especiais está em ritmo de crescimento e gera alto valor agregado ao produtor de café. No entanto, para produzir cafés especiais, exige-se um custo mais elevado, com mão de obra qualificada e emprego de tecnologia.

Porém, ressalta-se que, no processo de colheita do café, a simples utilização do pano na derriça é uma estratégia do cafeicultor para auferir maior renda na comercialização. No entanto, a quantidade mencionada desse processo de colheita é realizada pela minoria dos cafeicultores entrevistados.

A próxima etapa da colheita, a secagem do café, de maneira geral, é realizada nos terreiros das propriedades (Figura 23). Apenas um cafeicultor familiar utiliza o secador de café concomitantemente com o terreiro (Figura 24). O secador de café possibilita maior celeridade na colheita e qualidade na secagem, assim como a diminuição dos custos de produção e da sujeição às intempéries. O tempo de secagem é inferior ao do café secado no terreiro (exposto às condições do tempo) e tem um resultado mais homogêneo do produto.

O secador de café (Figuras 24 e 25), assim como o lavador e o descascador, são equipamentos pouco utilizados pelos cafeicultores entrevistados, pois demandam um custo maior. Entretanto, a utilização desses equipamentos proporciona vantagens aos cafeicultores quanto à qualidade do café, à agilidade na produção, à diminuição de custos e aos preços melhores no ato da venda.

³⁶ Durante as entrevistas, os cafeicultores mencionaram que, na fase da colheita, as medidas adotadas são em sacos de 60 litros de café, para se referir ao café proveniente diretamente do cafezal. A fim de melhor elucidar no contexto, foi adotada nesta pesquisa, com base nos cafeicultores e técnicos agrícolas do EMATER, a equivalência de 30 quilogramas para os 60 litros de café mencionado. Depois da secagem, o saco de 60 litros de café equivale a 15 quilogramas, ou seja, de café em coco. Para alcançar a medida padrão do café em coco, que é a saca de quarenta quilogramas, são necessários 160 litros de café da “roça” ou recém-colhido.

Figura 23 – Secagem do café no terreiro



*Forma tradicional de secagem do café de um produtor parceiro com área de café de 7,86 ha e mais de 50 anos de experiência.

Fonte: o próprio autor

Figura 24 – Terreiro e secador de café



*Vista de um secador de café movido a lenha próximo ao terreiro de café, que está à esquerda da foto.

Fonte: o próprio autor

Figura 25 – Secador de café a lenha



*Forno do secador sendo alimentado pelo cafeicultor durante o período da colheita. Esse processo diminui o tempo da secagem do fruto pela metade do tempo em relação ao mesmo procedimento no terreiro.

Fonte: o próprio autor

O lavador (Figura 26) eliminaria as perdas com detritos (torrão, pedras, paus) quando a amostra é levada para a classificação e para a definição do preço do café por parte do comprador. O lavador separa também o café seco (boia³⁷) do maduro (cereja) e do verde, permitindo, nesse caso, comercializar em lotes para agregar maior valor na venda, pois o café seco dá uma bebida de má qualidade e, misturado com os outros tipos melhores, rebaixa seu valor de mercado.

Apenas um produtor possui o descascador que pode agregar renda, pois separa o café verde do maduro, obtendo, assim, além do café seco ou “passa”, dois outros lotes para a comercialização. O café verde oferece uma bebida do tipo duro (tradicional) e o café maduro (cereja), uma bebida do tipo mole (especial ou gourmet), que é mais valorizada.

Ademais, o descascador (Figura 27) permite ao produtor comercializar o café já beneficiado, evitando custo por esse serviço, obtendo melhor preço em

³⁷ Conforme o IBC (1979, p. 271), boia são os “[...] frutos de café que secaram e que com a perda do peso específico, flutuam nos lavadores”.

relação ao produto em coco. Faz-se importante salientar que, além disso, gera-se um resíduo (a casca) muito útil à lavoura do café como adubo orgânico.

Figura 26 – Lavador de café



*Esse equipamento separa os frutos das impurezas procedentes da colheita do café. Propriedade com área total de 12,1 ha, sendo 7,26 ha de área plantada com café, localizada no distrito de Nossa Senhora Aparecida (Rolândia).

Fonte: o próprio autor

Figura 27 – Descascador de café cereja e separador do verde

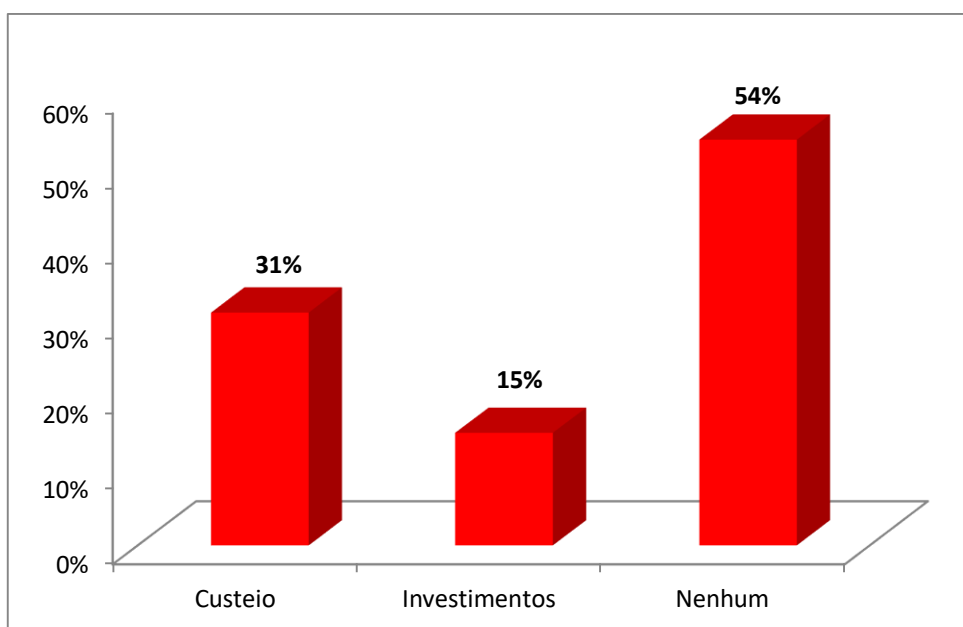


*Um equipamento menos acessível aos cafeicultores devido ao custo aproximado de R\$ 20.000,00 (em abril de 2014).

Fonte: Google Images

Em relação à forma de aquisição dos equipamentos para a atividade cafeeira, apenas 15% do total mencionaram que adquiriram por meio das linhas de créditos do PRONAF, conforme demonstra o Gráfico 16. O intuito desses financiamentos foi a aquisição de um secador de café, de uma bomba para aplicação de agrotóxicos, de mudas de café e de veículo utilitário (caminhonete). O gráfico também demonstra que os financiamentos mais acessados são direcionados ao custeio (31%), pois, de acordo com os entrevistados, são utilizados principalmente para o pagamento da mão de obra temporária.

Gráfico 16 – Financiamentos para a atividade cafeeira (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, 54% relataram que não realizam nenhum tipo de financiamento, ou seja, tanto o custeio da produção quanto os investimentos na cafeicultura ocorrem por meio de recursos próprios. É necessário destacar que diversos cafeicultores entrevistados demonstraram não compreender a respeito das oportunidades e facilidades existentes nas linhas de crédito do PRONAF.

O baixo índice de financiamentos para investir na produção de café revela que o produtor está retraído para tecnificar a atividade, mesmo com conhecimento de que pode lhe proporcionar melhor renda. As causas disso não são os juros tributados pelo PRONAF, pois a maioria está ciente de que é acessível, mas uma

série de fatores, tais como a oscilação dos preços do café e os constantes prejuízos com os fenômenos climáticos, principalmente as geadas.

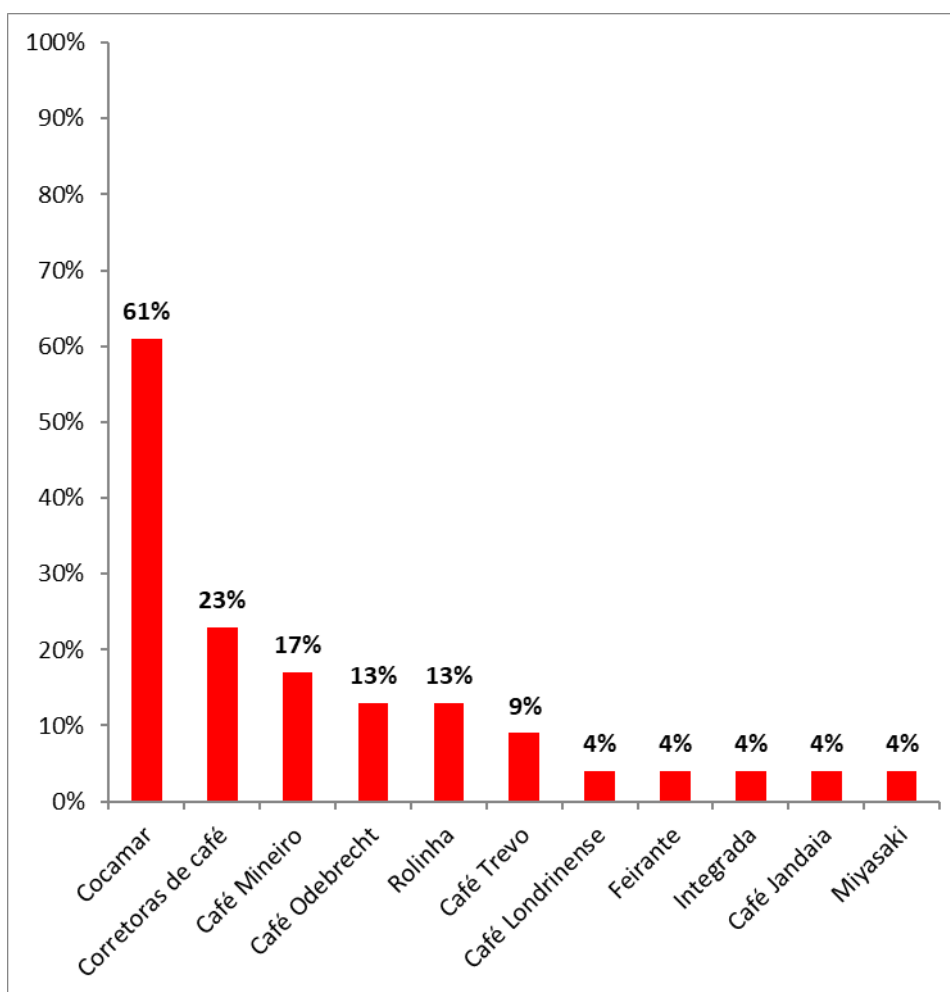
Essa instabilidade leva o cafeicultor a tomar atitudes mais precavidas. Pode-se acrescentar também que há falta de ousadia e empreendedorismo para alcançar maior rentabilidade.

Ademais, destaca-se que, em uma propriedade cafeicultora, houve a busca de financiamento pela linha de crédito do PRONAF – Mulher para a compra de equipamentos de cozinha destinados à produção de pães, bolos e bolachas. Essa linha de crédito, desconhecida por diversas famílias cafeicultoras, é destinada exclusivamente às mulheres do campo, a fim de possibilitar autonomia, valorização do trabalho e complementação de renda familiar.

5.4 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

Em relação à comercialização, verifica-se que é realizada no âmbito regional, ou seja, os compradores de café localizam-se, em sua maioria, na MRG de Londrina, à exceção da torrefadora Café Jandaia, localizada no município de Jandaia do Sul (MRG de Apucarana), no Norte do Paraná.

O destaque entre os compradores é a Cocamar, por meio de suas unidades localizadas em Rolândia, Cambé e Distrito da Warta (Londrina), que comercializa com mais da metade dos cafeicultores entrevistados. Outros destinos da produção estão concentrados nos municípios de Londrina (Café Londrinense, Café Odebrecht, Cooperativa Integrada, Rolinha Café e Cereais, escritórios de corretagem e comercialização de café e comerciante de feira livre) e de Rolândia (Café Mineiro, Café Trevo e Miyasaki Agrícola), conforme aponta o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Destino da venda do café (%)

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

As indústrias torrefadoras são a maioria dos compradores de café, mas apenas 4% dos cafeicultores possuem contratos de comercialização, pois o benefício é somente comercial. Outros cafeicultores não acreditam que esses contratos com as torrefadoras sejam benéficos, pelo fato de ficarem à mercê de apenas um comprador.

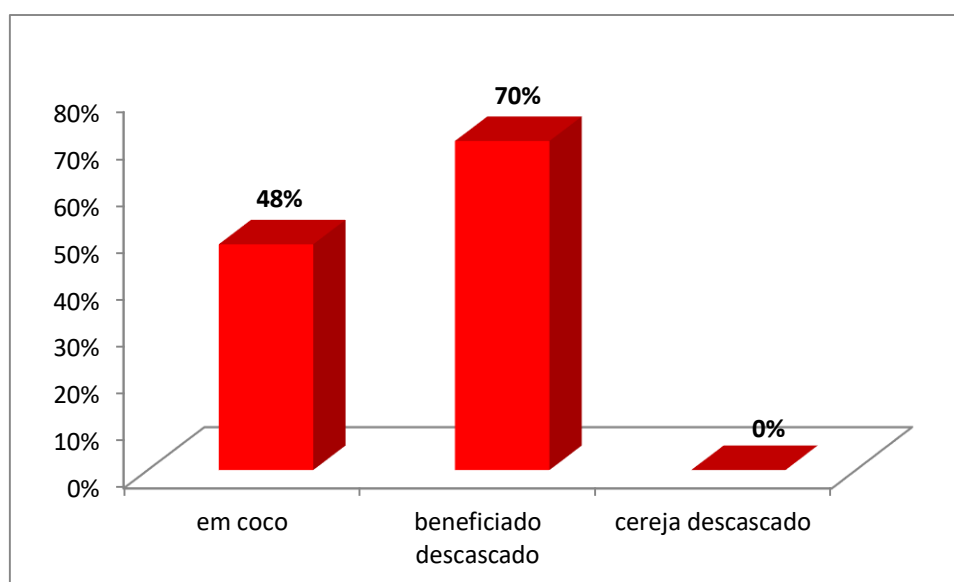
A saber, apenas um cafeicultor acredita ser mais rentável realizar a comercialização diretamente com uma torrefadora, pois os intermediários auferem os lucros dos produtores, sujeitando, assim, a sua renda da terra ao capital.

Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjugava, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Os preços da comercialização do café são definidos em 86% pelo comprador, 10% são combinados e 4% não sabem. Toda a comercialização é realizada por amostra, sendo que 91% levam para o comprador e, para outros 9%, o comprador vai até a propriedade, momento em que os preços são definidos.

O tipo de café produzido define o preço a ser comercializado, como mostra o Gráfico 18, no qual há preponderância na comercialização do café beneficiado descascado. A média de custo do beneficiamento foi de R\$ 6,70/saca de 60 kg beneficiado³⁸, o que demonstra um custo considerado baixo e atraente para a comercialização.

Gráfico 18 – Tipo de café comercializado (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Segundo os cafeicultores, o preço do café em coco (saca de 40 kg) estava R\$ 100,00 e R\$ 200,00, e o do beneficiado (saca de 60 kg) variava de R\$ 300,00 a R\$ 450,00 nos anos de 2014/15. O cafeicultor tem optado por comercializar o café beneficiado por três razões:

1. evitaria ser enganado pelo comprador em relação ao processo de beneficiamento, quando se alega ter muitas impurezas (paus, pedras, torrões), o que nem sempre correspondem à realidade, ou seja, o

³⁸ Esta pesquisa adotou o rendimento de 20 quilogramas de café beneficiado para cada 40 quilogramas de café em coco, o que se refere a uma média de rendimento relatado pelos cafeicultores e técnicos agrícolas do EMATER. Desse modo, são necessárias 03 sacas de 40 quilogramas de café em coco para se obter a saca padrão de café beneficiado, que é de 60 quilogramas.

produtor poderia obter maior volume de café beneficiado, que está sendo apropriado por esse comprador;

2. os prestadores de serviço de beneficiamento têm se deslocado à área de produção e, dessa forma, há a possibilidade de monitorar todo o processo pelo produtor e, assim, obter o volume exato de café beneficiado;

3. os resíduos do café beneficiado (casca) poderão ser aproveitados pelo cafeicultor como adubo orgânico, reduzindo o custo com fertilizantes.

Essa situação pode ser explicada pela subordinação da produção ao capital, no caso, o comercial, quando este oferece preços baixos e se apropria da renda do produtor ao reter parte do produto beneficiado e não pagar os resíduos no momento do beneficiamento, os quais serão comercializados, aumentando a sua acumulação.

No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação.*

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 32, grifo do autor).

Pelos dados obtidos nas entrevistas, o beneficiamento do café é realizado do seguinte modo: 35% pela Cocamar, 22% por beneficiadores terceirizados, 9% pelo Café Trevo, e 4% pelo Rolinha. Há que se considerar que esses beneficiadores terceirizados prestam serviços na propriedade do cafeicultor, sendo essa prática vantajosa ao produtor, pois ele pode acompanhar o processo de beneficiamento, evitando a classificação injusta de seu produto.

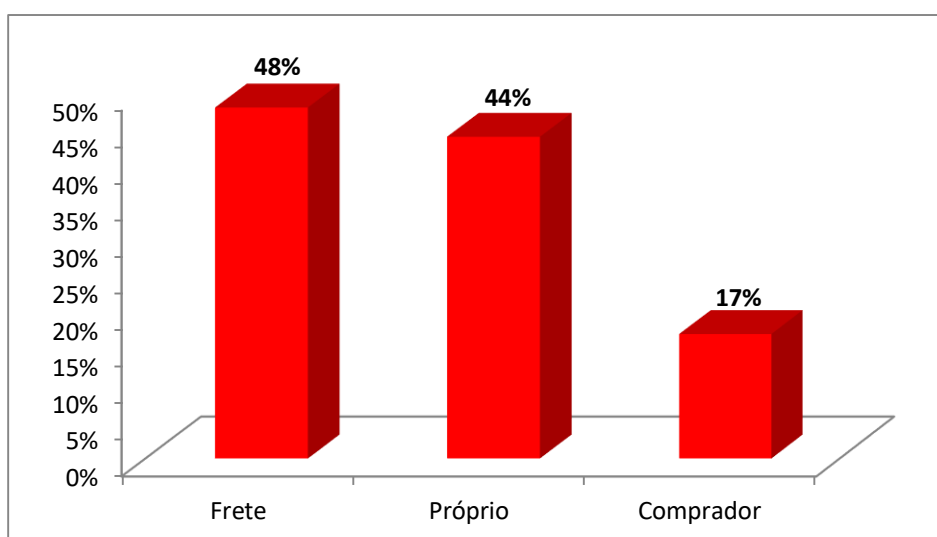
Mesmo diante disso, 48% dos cafeicultores ainda comercializam o café em coco, que é alvo de procedimentos inescrupulosos. Muitos produtores confiam no comprador pela relação de afinidade pessoal e/ou por falta de opção devido aos preços monopolizados.

Quanto ao transporte da produção, o Gráfico 19 mostra uma pequena diferença entre o percentual de cafeicultores que paga frete e aqueles que levam a produção ao comprador, sendo o custo com o transporte efetuado com o pagamento

do frete ou com recursos próprios, o que não configura problema para os cafeicultores da MRG de Londrina.

Os produtores de café que dependem do frete têm um custo que varia entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 por viagem. Isso significa que o custo do frete altera a forma de comercialização do café (em coco ou beneficiado) e o volume de produção. Contudo, a média aproximada é de 1% em relação ao valor total. A pequena distância entre as propriedades e o destino de sua produção tornam o custo do frete ou do transporte próprio relativamente baixo por se tratar de uma relação comercial de escala regional.

Gráfico 19 – Transporte da produção de café (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, aqueles que contratam o comprador para transportar sua produção encontram-se em duas situações distintas: na primeira, não se verifica redução dos preços no ato da comercialização com o comprador; na segunda, há uma redução de preços de compra do café, em comparação aos demais cafeicultores que pagam fretes e que mantêm relação comercial com o mesmo comprador. Os cafeicultores que não têm comprometidos os custos de transporte pelo comprador coincidem com serem produtores que possuem a área da propriedade acima de 20 hectares.

De outro modo, os cafeicultores que são explorados no custo de transporte pelo comprador são produtores cuja propriedade tem, em média, 4 hectares. Esses compradores são um intermediário ou uma torrefadora, que embutem o custo do

transporte no preço da comercialização do produto, apropriando-se da renda da terra desses pequenos cafeicultores.

Com base na relação dos preços comercializados pela torrefadora, o preço de compra do café é 10% inferior, desse modo, o contrato de transporte do comprador é mais oneroso ao cafeicultor em relação ao frete com terceiros. Já o intermediário desconta 8% relativos aos outros preços comercializados por ele, incluídos o transporte da produção e o deslocamento para a propriedade com vistas a colher a amostra do café, como já abordado anteriormente.

Para os cafeicultores tomarem essa atitude, é possível que haja desconhecimento das médias de preços cobrados com frete de terceiros e/ou dos preços comercializados pelo mesmo comprador com os outros cafeicultores, pela comodidade ou afinidade com o pessoal da torrefadora e do intermediário.

Os cafeicultores entrevistados consideram que os custos com o transporte próprio, do comprador e com frete pouco interferem na renda e na permanência do cafeicultor. Há produtores que estão optando por entregar a produção às cooperativas locais, as quais buscam diretamente na propriedade, diferentemente de alguns intermediários que exigem a entrega no local: *“O preço pago pelas cooperativas e os atravessadores hoje é o mesmo, mas a cooperativa vem buscar aqui e o outro, não, aí diminui mais um pouco o custo do café”*.

5.5 PREJUÍZOS E DIFICULDADES NA CAFEICULTURA

Quanto às dificuldades enfrentadas nessa atividade, as intempéries climáticas (geadas, excesso de chuvas, granizo e secas) ainda são o maior problema para a produção de café e têm sido uma das principais causas de sua erradicação. No entanto, esse fato também incentiva o produtor de café a assumir estratégias de auferir renda na diversificação agrícola. É importante que o cafeicultor diversifique sua produção, pois a monocultura em pequenas propriedades com relação de trabalho familiar é um risco para a sua reprodução social.

Para melhor entender essa dinâmica espacial da atividade cafeeira na MRG de Londrina, realizou-se uma análise dos prejuízos e das dificuldades ocorridas na produção de café destacados pelos produtores.

Conforme estão dispostas no Gráfico 20, as intempéries climáticas são os maiores prejuízos enfrentados pelos cafeicultores, ressaltando-se o excesso de

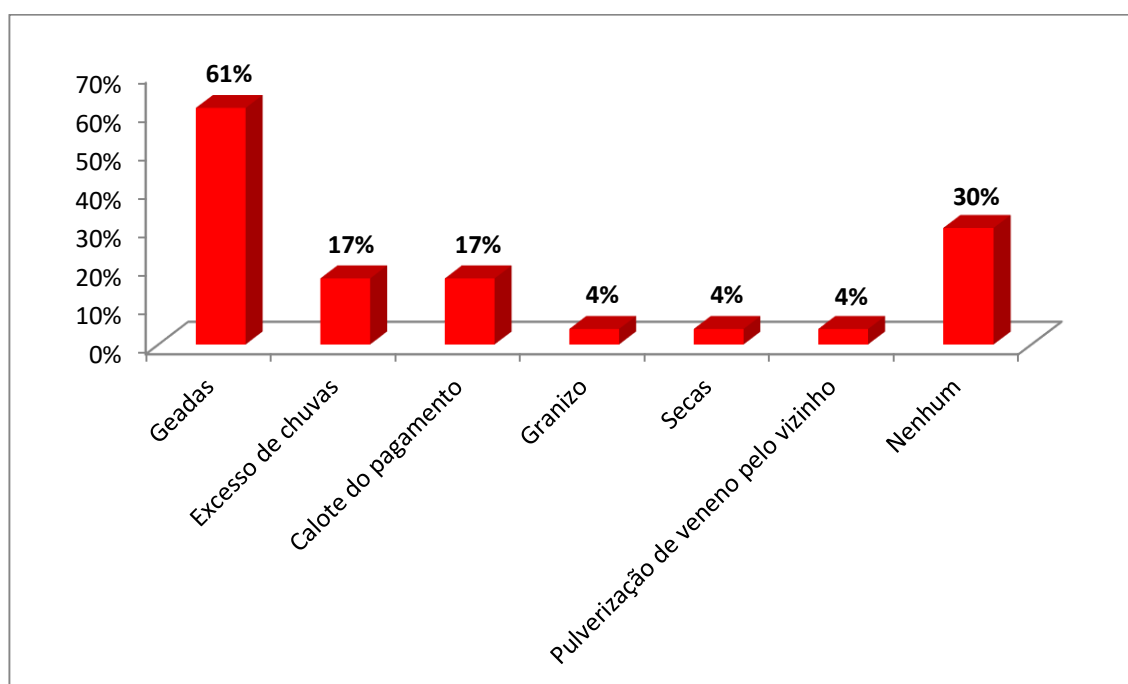
chuvas e as constantes geadas que prejudicam a qualidade e a produtividade do café, respectivamente.

No mais, o excesso de chuvas que pode ocorrer na época da colheita interfere na qualidade da bebida e na classificação do café para a comercialização, pois o tempo chuvoso ocasiona atrasos e/ou prolongamentos da colheita. No que concerne ao tipo de café, salienta-se a sua importância, pois este definirá os preços no mercado. Já o período das geadas coincide praticamente com a época da colheita, o que leva a considerar que o cafeicultor pode ter prejuízos na safra vigente e nos próximos anos, como ressalta o IBC (1964, p. 129):

O efeito de uma geada é o de paralisar temporariamente a produção dos cafeeiros atingidos. A duração dessa interrupção do ciclo produtivo varia conforme a intensidade da geada. Como regra aproximada, pode-se admitir que a geada nas folhas interrompa por um ano a produção dos cafeeiros afetados; a geada nas folhas e nos galhos por dois anos; e a geada nas folhas, nos galhos e no tronco por três anos.

O prejuízo com as geadas é bastante significativo àqueles que têm sua renda principal baseada na atividade cafeeira.

Gráfico 20 – Prejuízos com a produção de café (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Outro aspecto exposto é o alto custo com os insumos que, junto às intempéries climáticas, constituem a principal dificuldade retratada pelos cafeicultores. Como mencionado anteriormente, no Gráfico 12, que apresenta os dados da quantidade percentual de cafeicultores que utilizam fertilizantes e agrotóxicos, é possível compreender a maneira como está vinculado o capital industrial na produção do café.

O principal problema desses cafeicultores é a necessidade da utilização desses insumos para o controle de pragas e doenças. Como o cafezal é suscetível a ferrugem, broca, bicho-mineiro, entre outras, o produtor não encontra outra saída senão utilizar os produtos químicos para evitar ou controlar os problemas que afetam diretamente a produção.

Uma estratégia seria a produção de café orgânico, mas as dificuldades no trato e a localização das propriedades são barreiras para estabelecer essa opção. A experiência desses cafeicultores no modelo de produção tradicional de café certamente é um entrave para a implantação de café orgânico, assim como a localização dessas propriedades, onde muitas são circunvizinhas de áreas de plantio do binômio soja/trigo, o que demanda intenso uso de produtos químicos para a produção.

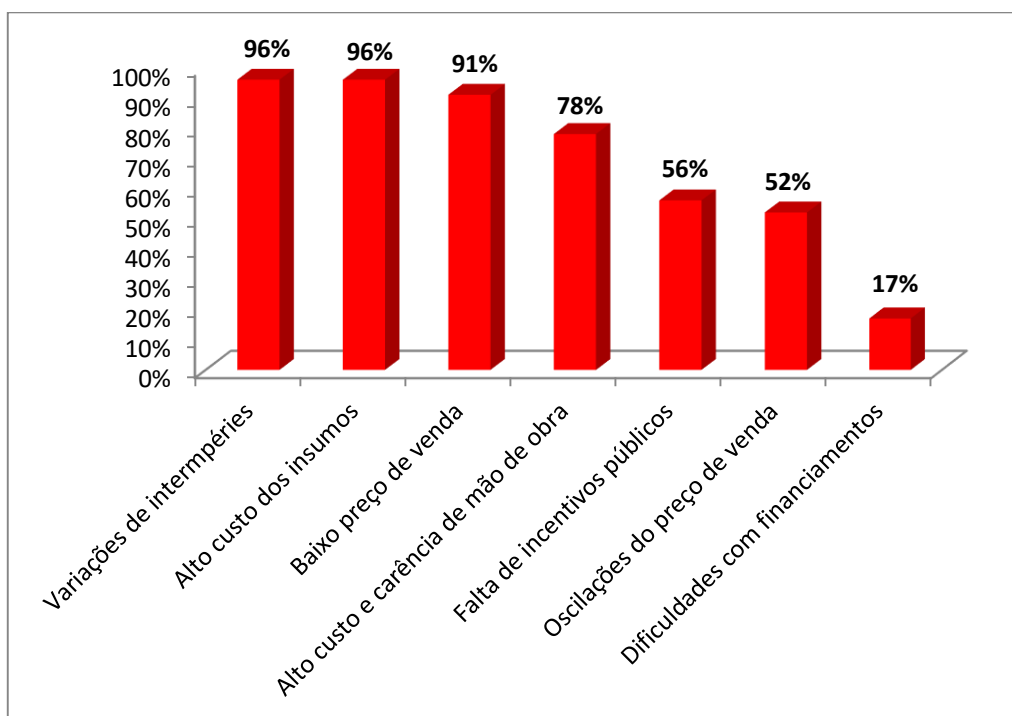
Outro problema é o calote do pagamento da produção de café. Trata-se de um comprador (intermediário) que decretou falência, mas apenas 50% desses cafeicultores conseguiram reaver o valor comercializado, os outros ainda estão a receber. Os 30% dos cafeicultores que não sofreram prejuízos devem isso a um conjunto de elementos, como a localização da propriedade rural menos exposta às geadas, a porosidade dos solos, o tempo de colheita e a comercialização da produção com empresas consolidadas no mercado, evitando prováveis riscos de calotes, entre outros.

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelos produtores de café são procedentes tanto de ordem natural (geadas) quanto de ordem econômica (conforme elencado no Gráfico 21). Atribuem-se como fatores de ordem econômica diversos pontos, tais como o baixo preço do café, que depende das ofertas e demandas no mercado externo; a regulação dos estoques mundiais relativa ao capital industrial, incluindo-se as grandes torrefadoras nacionais e transnacionais (oligopólio da indústria de café); e grandes empresas de exportação e importação que controlam o mercado mundial de café.

As estratégias que poderiam contribuir para a permanência dos pequenos cafeicultores em relação a esses baixos preços de *commodities* seria uma política de subsídio de um preço mínimo ou preço de garantia, como praticado durante a vigência do IBC. Essa ideia é bastante difundida pelos cafeicultores, pois um preço mínimo estipulado para a venda do café, baseado nos custos de produção, possibilitaria melhores condições sociais e econômicas aos pequenos produtores.

A alternativa é a produção de cafés especiais, que possuem alto valor agregado para a comercialização (mais de 30% em comparação ao café tradicional ou *commodity*). Atualmente, o mercado consumidor de café está se direcionando para a compra de produtos diferenciados e com mais qualidade. No mais, o consumo de cafés especiais apresenta taxas de crescimento nos últimos anos, aproximadamente 15% ao ano em relação a 2% do café *commodity*, tanto no Brasil como no mundo (COSTA; BESSA, 2014).

Gráfico 21 – Dificuldades na produção de café (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

No entanto, para produzir cafés especiais, são necessárias mão de obra qualificada e introdução de tecnologias, entraves para o produtor descapitalizado. Nos depoimentos dos cafeicultores, há relatos sobre a dificuldade em contratar mão de obra, principalmente para a colheita do café, o que se deve à oferta de empregos

encontrados nas cidades, aos programas assistenciais do governo e à falta de interesse em trabalhar no campo.

Essa carência de mão de obra eleva o custo da produção e, em alguns casos, prolonga a colheita, interferindo na qualidade do produto. A falta de incentivos públicos e as oscilações no preço da venda também são mencionadas nas entrevistas. A saber, a estratégia que está aos poucos sendo procurada e utilizada pelos cafeicultores é a mecanização da lavoura de café, isto é, contratos temporários de máquinas colhedoras e de equipamentos como as derriçadeiras.

Os cafeicultores reconhecem que há bons programas, como, por exemplo, o PRONAF, mas há certo receio em contrair dívidas, por motivos econômicos e pela exposição a fenômenos climáticos. O café, enquanto *commodity*, está sujeito às variações do mercado, havendo frequente oscilação em seus valores. Dessa maneira, a incerteza ocasionada por esses fatores inibe os produtores a buscarem financiamentos, uma vez que não sabem qual será o valor do café no próximo ano e se haverá risco devido às intempéries climáticas. Não há garantias de que, no futuro, esses cafeicultores possam ter renda suficiente com a produção, para quitar suas dívidas: *“Ainda permaneço com o café porque me dá renda para pagar o financiamento do trator”*.

5.6 OPINIÕES E PERSPECTIVAS DOS CAFEICULTORES E DA CAFEICULTURA

Após a análise da realidade da cafeicultura na área de estudo, alguns elementos foram considerados no intuito de responder se essa atividade seria uma estratégia de reprodução familiar, uma vez que, após a geada de 1975, a rentabilidade não tem sido satisfatória.

Entretanto, o nível de satisfação do cafeicultor nessa atividade (Gráfico 22) foi de 87%, afirmando:

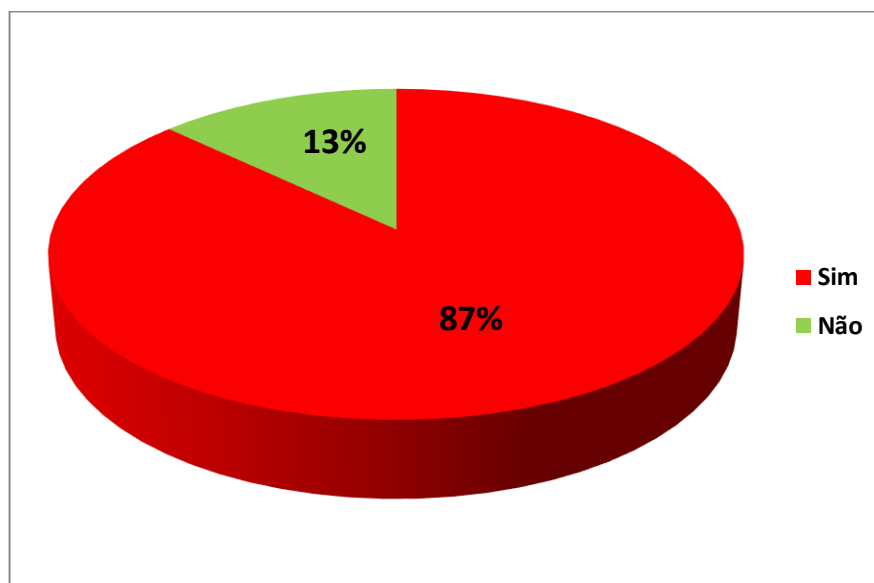
Estou satisfeito, sim, porque sempre trabalhei com o café.

É o melhor negócio devido ao tamanho da propriedade e por ser trabalho familiar.

É a melhor renda para pequena propriedade.

Dá renda para sobreviver.

Foi o sustento da família a vida toda. (Informação verbal)

Gráfico 22 – Está satisfeito com a cafeicultura? (%)

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, os produtores de café que não estão satisfeitos (13%) alegam problemas de preços, da falta de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento da cafeicultura e a sujeição da renda aos intermediários no ato da venda, como mostram os comentários: *“O preço é muito baixo”*; *“Falta apoio do governo”*; *“O atravessador ganha em cima da gente”* (Informação verbal).

Um fato em comum é que esses cafeicultores geralmente comercializam o café com os mesmos compradores, pois não procuram outras opções de venda e também não buscam melhorar a qualidade, utilizar tecnologias e aumentar a produtividade.

Mesmo afirmando a existência de problemas nessa atividade, a opinião dos cafeicultores é unânime: *“Sim, pretendo permanecer nesta atividade”* (Informação verbal). Nesse caso, os argumentos destacados são referentes à experiência nessa atividade, à viabilização do cultivo para o tamanho da propriedade, ao tipo de relação de trabalho (familiar) e à renda e, no caso da presença dos pais na propriedade, consideram a questão da tradição e da afetividade nessa cultura, como relatam os cafeicultores: *“Para pequena propriedade é mais viável”*; *“Sim, pela estrutura que tenho na propriedade”*; *“Não vejo perspectivas fora do café”* (Informação verbal).

Diante dessas afirmativas, permite-se entender que, enquanto essa cultura oferecer uma compensação financeira a esses produtores, o café será uma estratégia de reprodução social.

A reprodução social é um processo dinâmico, isto é, dá-se por meio das transformações e adaptações ao longo do tempo. Acredita-se que, para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores é necessário entender as condições e as possibilidades de ação às quais este segmento tem enfrentado (SILVA, 2015, p. 92).

No entanto, há aqueles cafeicultores que enfatizaram a permanência na atividade, mas com ressalvas: “*Vai depender dos preços de venda*”; “*As geadas desanimam a gente*”; “*Vou permanecer mais algum tempo na esperança do preço aumentar*” (Informação verbal). Compreende-se que a dificuldade com as geadas está relacionada ao ciclo de produção e, conseqüentemente, com a renda ao produtor, pois, dependendo do tipo de poda realizado no cafezal por conta dos danos causados pela geada, o retorno da produção pode levar de dois a três anos.

Outra questão colocada refere-se às ações necessárias para incrementar a renda do cafeicultor:

Precisaria melhorar o preço.

O insumo é muito caro.

Precisa baixar o custo de mão de obra.

Melhorar os preços: R\$ 500 até R\$ 700 é o ideal.

Mais infraestrutura na área rural.

Melhorar a qualidade do café.

Obter equipamentos.

Ter uma associação.

Conhecer mais sobre os tratos do cafezal. (Informação verbal)

Pelo tempo de experiência na cafeicultura, 70% dos cafeicultores (Gráfico 23) estão conscientes de que um cafezal ideal, que os permita sobreviver apenas dessa atividade, necessita, conforme os depoimentos a seguir:

Manejo adequado em todas as etapas da produção.

Com mais produtividade.

Ser proprietário de terra, pois a renda de parceria é pouca.

Produzir com mais qualidade.

A mecanização ajudaria na renda, porque o custo de mão de obra ficaria mais em conta e haveria maior produtividade.

Teria que produzir, no mínimo, 30 sacas de 60 kg/hectare de café beneficiado.

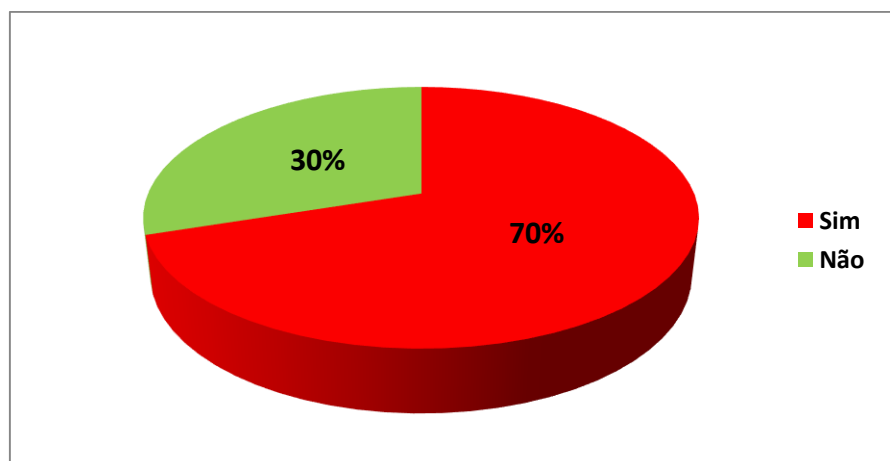
Tem que haver um manejo adequado e busca de melhor qualidade.

Mais investimentos no cafezal.

Não entrando em financiamentos, com exceção do PRONAF, que é bom pra nós. (Informação verbal)

Nota-se que praticamente todas as opiniões estão pautadas na base técnica. Para tanto, haveria a necessidade de um eficiente acompanhamento técnico e um programa de apoio específico para essa cultura.

Gráfico 23 – É possível sobreviver apenas com a cafeicultura? (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Os 30% que discordam dessa questão argumentam que é necessário inserir-se em outras atividades, ou seja, fazer trabalho acessório em caráter temporário. Além disso, alguns recebem benefícios sociais, como a aposentadoria; outros enfatizam a diversificação agrícola, a fim de obterem renda paralela à

cafeicultura, evitando sujeição a essa atividade em face das dificuldades proporcionadas pela monocultura cafeeira na propriedade rural.

É necessário outras formas de renda, só com a tecnologia não daria certo.

É preciso diversificar a propriedade, tem que ter uma lavoura de milho, mandioca, horta e pomar.

O amendoim e o aluguel de uma casa ajudam a pagar os custos com o café e auxiliam na renda familiar.

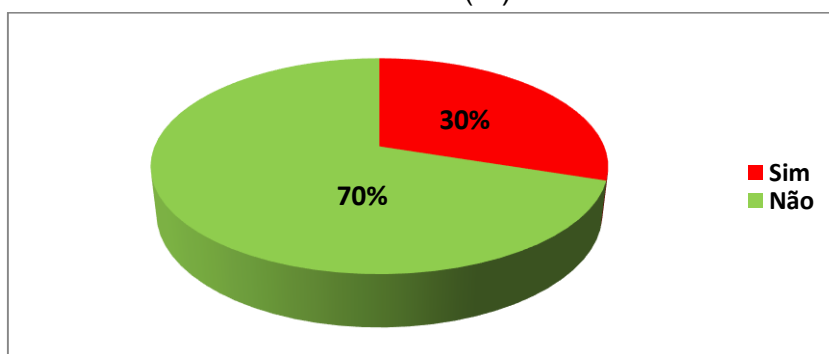
Precisa utilizar a área intercalar do cafezal para plantio de produtos de subsistência e vender o restante.

Para dar dinheiro precisa ter, no mínimo, 02 alqueires de café e 01 alqueire com miudeza. (Informação verbal)

Além de a cafeicultura ser uma estratégia de reprodução social para o agricultor familiar, a diversificação é, igualmente, um recurso para continuar no campo, considerando que o café é uma cultura de safra anual.

A seguir, o Gráfico 24 mostra que a maioria dos cafeicultores não acredita que seus filhos ou netos irão permanecer na atividade cafeeira nem no campo, devido aos incentivos de emprego e maior renda que a cidade oferece, assim como pelo pouco retorno financeiro dessa atividade e pelo esforço físico exigido no processo de produção.

Gráfico 24 – Sucessão familiar (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Os cafeicultores (30%) acreditam que a permanência dos sucessores se deve à experiência da produção de café transmitida de geração a geração, como o incentivo dos pais desde a infância dos seus filhos no trabalho junto ao cafezal:

“Meu filho me acompanha desde criança na roça”; “Ele gosta de trabalhar com café e faz curso de técnico agrícola”; “Meu filho está sempre fazendo cursos sobre café”; “Meu filho me ajuda na colheita e na roçagem” (Informação verbal).

Essas ações são uma forma estratégica da família para a permanência da cafeicultura pela futura geração, conduzindo o interesse pela produção cafeeira (Figura 28). Ademais, a sucessão familiar depende também da renda auferida com a produção cafeeira e do incentivo por parte dos pais.

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 44).

Figura 28 – Pai e filho trabalhando no cafezal



*Esses cafeicultores são proprietários de um estabelecimento de 3 ha, sendo 2 ha com café, localizado na Comunidade do Saltinho (Cambé). Além de trabalhar junto com o pai na roça, o filho é estudante da Escola Técnica de Agricultura.

Fonte: o próprio autor

Nesse contexto, os técnicos do EMATER e os pesquisadores do IAPAR propõem a mecanização da cafeicultura e a introdução de novas tecnologias para atrair os jovens à atividade cafeeira e à permanência no campo. Essa ideia está

vinculada à possibilidade de alcançar melhores condições socioeconômicas, o que se acredita ser o principal fator de permanência dos jovens nessa atividade.

Em se tratando das opiniões e das perspectivas da cafeicultura na MRG de Londrina, pelo ponto de vista dos técnicos e responsáveis do setor de café do EMATER e do IAPAR, o direcionamento político e econômico dessa atividade está voltado para as pequenas propriedades sob relação de trabalho familiar. Para tanto, o IAPAR desenvolve diversos projetos inseridos no Programa Café e, por sua vez, o EMATER desenvolve, como trabalho de extensão, o Projeto Café.

A respeito do Programa Café do IAPAR:

O programa Café tem realizado pesquisas para o desenvolvimento de modelos tecnológicos de produção adequados às regiões cafeeiras do Estado. As ações do Programa Café estão direcionadas para: aumento da produtividade da cafeicultura, melhoria da qualidade do produto e da bebida, promoção da diversificação das atividades agrícolas nas propriedades, redução de custos de produção, insumos e energia; aumento da eficiência da mão-de-obra e infraestrutura disponível e preservação do meio ambiente (IAPAR, 2015).

Além desse programa, essa instituição tem propagado a implantação do café adensado, tecnológico e mecanizado, chamado “Modelo Paraná”, proporcionando a mesma renda ao cafeicultor com 10 hectares de café e ao produtor com 100 a 200 ha de soja, de milho e de trigo.

Para alcançar esse objetivo, o produtor de café necessitaria ter como meta a produção de 40 a 60 sacas de 60 kg de café beneficiado/hectare. Em se tratando da parte tecnológica, destacam-se as pesquisas em genética do cafeeiro desenvolvidas pelo IAPAR, havendo o lançamento de diversas cultivares, visando à produtividade e à resistência da planta às condições adversas (pragas, secas etc.).

No caso do Projeto Café do EMATER, trata-se de uma política similar ao programa desenvolvido pelo IAPAR, ou seja, baseado na produtividade, mecanização, qualidade do café e redução de custos com insumos e mão de obra:

O Projeto tem como meta a produtividade de 40 sacas beneficiadas por hectare produzido com a adoção das boas práticas agrícolas, mecanização da colheita e organização do cafeicultor para aquisição de insumos e comercialização da produção. Estabelece ainda a qualificação do produto como tipo 6 (COB – Classificação Oficial Brasileira) e bebida dura e melhor, contando para isto com 10 centros de classificação física e degustação de café, constituindo-se

estes como uma ferramenta importante na melhoria das oportunidades de comercialização (EMATER, 2015).

Para mais esclarecimentos, demonstram-se também os objetivos específicos desse projeto:

- Aumentar a produtividade, passando da atual média de 22 para 40 sacas beneficiadas por hectare, visando assim proporcionar renda e oportunidade de negócio, pela superação do ponto de equilíbrio de 30 sacas beneficiadas por hectare;
- Adequar as lavouras com potencial de recuperação, preparando-as para mecanização;
- Difundir as técnicas desenvolvidas pela pesquisa agrônômica que contemplem a mecanização cafeeira, com validação tecnológica em unidades referenciais, contando com a participação de grupos de cafeicultores colaboradores e parceiros da cadeia produtiva na irradiação do conhecimento;
- Orientar e capacitar os produtores para produção de café de qualidade;
- Organizar produção e produtor para acesso a mercados diferenciados;
- Superar a cara e rara mão de obra nas diversas fases de produção do café, em especial no processo de colheita, incentivando a mecanização agrícola individual ou coletiva, como facilitadora no processo produtivo e qualificativo do produto pela colheita (EMATER, 2015).

Por esse detalhamento, infere-se que o trabalho de extensão é imprescindível para o sucesso de qualquer programa ou projeto. Para tanto, existe a necessidade de maior número de técnicos envolvidos, fato que atualmente não se observa.

Com vistas à mecanização da produção cafeeira, há que se ressaltar a importância de realizar um planejamento para a remodelação da propriedade. Assim sendo, espera-se que o custo das máquinas e dos implementos seja mais acessível, diminuindo os custos com mão de obra temporária. Além disso, é importante frisar as condições estruturais nas propriedades cafeicultoras, como a capacidade do terreno e da tulla, pois são imprescindíveis algumas readequações para alcançar tais objetivos.

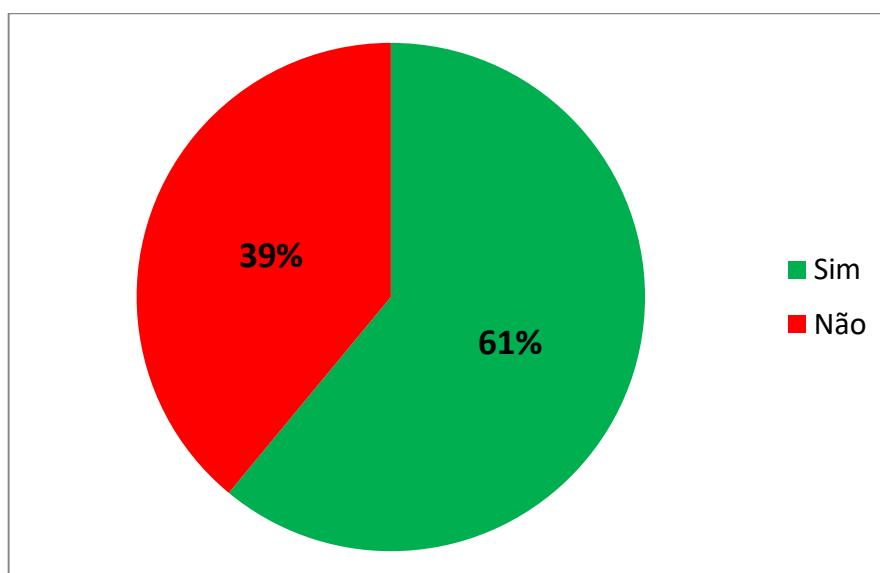
No que concerne às tecnologias propostas como forma de permanência dos cafeicultores, o Gráfico 25 mostra as opiniões dos produtores, em que a maioria (61%) acredita ser necessária a introdução de novas tecnologias no café, em sintonia com as ideias dos responsáveis técnicos do setor. No entanto, 39% dos

cafeicultores não apostam nisso, devido, principalmente, ao alto custo de investimento. Esses produtores possuem também equipamentos modernos, mas são de preços acessíveis. No entanto, consideram que adquirir outros mais sofisticados, além de ser dispendioso, há também a questão do custo de manutenção.

Entre os parceiros, 71% não acreditam que a tecnologia melhoraria a sua renda: *“É muito caro para adquirir e dá pouco retorno, não vale o investimento”*; *“Para melhorar a renda, é necessário trabalhar em outras atividades, diversificar, só a tecnologia para o café não daria certo”* (Informação verbal). O que se pode ressaltar são as condições financeiras dos parceiros, pois têm maior dificuldade em se reproduzirem socialmente em relação àqueles que estão na condição de proprietários.

Quanto aos proprietários rurais que não reconhecem a necessidade de introduzirem novas tecnologias, estão os cafeicultores aposentados, o produtor que tem o café como complemento de renda familiar e os que acreditam que a maneira tradicional de produção lhes oferece melhor renda.

Gráfico 25 – É necessário adquirir novas tecnologias? (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Os cafeicultores experientes com o tempo de trabalho no cafezal, ou seja, que estão acima de 50 anos nessa atividade, são mais resistentes a essas

transformações, conforme abordado no gráfico anterior. É um desafio a ser enfrentado, em se tratando de possibilidades na melhora da renda com o café.

Por outro lado, os produtores com pouca experiência nessa cultura, ou seja, os mais jovens estão mais suscetíveis a entenderem novos conceitos e se adaptarem às novas tecnologias. Devido ao alto custo e à escassez da mão de obra, há uma possibilidade de mecanização da colheita, por meio de aluguel em horas de colhedoras ou em forma de aquisição em associação.

Acredita-se que, para o desenvolvimento da cafeicultura na MRG de Londrina, são fundamentais o associativismo e o planejamento rural. Ademais, a implantação de uma associação pode possibilitar maiores vantagens na comercialização do produto e minimizar os custos de produção, possibilitando a capitalização dos cafeicultores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade cafeeira foi o que impulsionou o desenvolvimento econômico e social do Norte do Paraná até a década de 1970. Hoje, apesar do declínio da cafeicultura, uma parcela dos produtores com base no trabalho familiar ainda permanece com esse cultivo. Esta pesquisa identificou que, entre os entrevistados, a maioria nasceu no seio de uma família cafeeira e um pouco mais da metade está inserido na faixa etária acima de 51 anos, atuando firmemente, demonstrando as riquezas das experiências acumuladas existentes na cafeicultura da MRG de Londrina.

Diante disso, permitiu-se o questionamento: por que o produtor familiar de café na MRG de Londrina ainda permanece nessa atividade? Entendeu-se, então, que o café permanece como estratégia de reprodução social, uma vez que ainda oferece a principal renda às famílias produtoras. Ademais, a tradição, o apreço e a experiência adquirida ao longo da vida no cultivo do café fortalecem ainda mais a permanência dos cafeicultores.

No entanto, este trabalho destacou que os cafeicultores se deparam com diversas dificuldades durante a produção do café, com destaque para as quebras de safras ocorridas por geadas, os baixos preços no momento da comercialização do café, os altos custos com insumos e a falta de mão de obra devido ao custo e à (falta de) qualificação para o trato com essa cultura. Além disso, a produção de café exercida por esses produtores é ainda predominantemente tradicional, passada de pai para filho, fator que atribui resistência à introdução de novas tecnologias ou à tecnificação da produção.

De acordo com as entrevistas realizadas, os produtores de café salientaram a necessidade de haver atividades complementares de renda, pois o risco de sobrevivência aumenta quando se possui apenas a renda com o café. Por ser de ciclo anual, a cafeicultura possibilita ao produtor utilizar parte do tempo de trabalho na diversificação da produção.

Perante os dados analisados, a renda familiar de mais da metade dos cafeicultores está na faixa de 1 a 3,9 salário(s)-mínimo(s), incluindo-se, também, aqueles que possuem a aposentadoria rural. Ressalta-se, ainda, que os que auferem maior renda dispõem da venda dos produtos artesanais e/ou de atividades paralelas por meio da diversificação de culturas.

Para os técnicos de pesquisa e extensão rural, a cafeicultura familiar é incontestavelmente viável para os pequenos estabelecimentos. No entanto, a recomendação para obter maior renda é que haja transformações no sistema de produção, isto é, que seja direcionado à tecnificação.

Eles enfatizam também a diversificação de atividades, a fim de buscar alternativas de renda para amenizar as dificuldades de produção. As mudanças recomendadas na forma de produzir, como a mecanização, exigem um investimento por parte dos cafeicultores. Isso se mostrou um empecilho, visto que haveria a carência de renovar parte dos cafezais e adquirir novas tecnologias, cujos preços não são tão acessíveis.

Em contrapartida, ainda sob o ponto de vista dos técnicos, a produtividade e a qualidade do produto pagariam esse investimento inicial. Trata-se de um impasse, pois o fator econômico para o cafeicultor é um ponto de “estrangulamento”. Os produtores temem se endividar por conta do futuro incerto durante o ciclo de produção do café, com preocupações referentes à quebra de safras ocorridas por geadas, secas, pragas, entre outros fatores.

Outro motivo que preocupa os produtores são os preços baixos do produto praticados pelo mercado de *commodities* após a colheita. Contudo, parte desses cafeicultores buscam produzir o café com as maiores qualidade e rentabilidade possíveis, enfrentando os diversos obstáculos para a aquisição de tecnologias necessárias para essa finalidade.

Ademais, um fato observado na pesquisa é a dificuldade de conseguir um valor justo pela qualidade do café produzido, o que compromete a renda daqueles que produzem ou têm intenção de produzir cafés especiais. Essa situação decorre do papel do capital comercial no momento de estabelecer os preços, normalmente monopolizados, que permanecem atuantes no ramo, mesmo com a diminuição da produção na MRG de Londrina.

O capital comercial sujeita a renda da terra do produtor familiar ao fazer uma classificação que, muitas vezes, foge à realidade, apropriando-se da renda sem fazer parte do processo produtivo. Dificilmente os cafeicultores conseguirão evitar tal adversidade, já que essas empresas são consolidadas no mercado cafeeiro.

Com isso, acredita-se que a cafeicultura na MRG de Londrina ainda permanecerá em um processo de declínio, afetando principalmente os cafeicultores

parceiros, para os quais a renda obtida com a cafeicultura tende a ser inferior em relação aos proprietários.

Outro ponto é a comodidade de parte dos cafeicultores, os quais demonstram consentimento das dificuldades enfrentadas na produção e resistem a buscar alternativas por melhores condições. Além disso, podem ser consideradas também as consequências da não sucessão familiar, já que os jovens, majoritariamente, estão encaminhando-se ao mercado de trabalho na zona urbana.

Assim, infere-se que os cafeicultores que permanecerão na atividade são aqueles que apresentam dinâmica, organização e persistência mais audaciosa com o café. Estes também estão preparando os filhos para a sucessão na atividade, importando-se com a escolaridade, a constante capacitação e o empenho. A tendência para a cafeicultura da MRG de Londrina é que os filhos desses dinâmicos cafeicultores introduzam de maneira gradual e adequada a tecnificação da produção e a busca por qualidade e rentabilidade do café.

São destaques as atividades desempenhadas pela Câmara Setorial do Café do Estado do Paraná. Segundo Pozzobon (2006, p. 157), essa entidade é composta por “[...] representantes do Ministério da Agricultura, instituições de pesquisa a assistência técnica, associações de classe, sindicatos e cooperativas”.

Essa câmara possui como objetivos a articulação com todos os setores do café, a definição da padronização do produto em termos de bebida e tipo e o delineamento de metas do volume de produção a curto, médio e longo prazo. Uma das atuações promovidas por ela é o Concurso Café Qualidade Paraná, em que incentiva e premia os melhores lotes de cafés produzidos pelos cafeicultores paranaenses inscritos.

Percebeu-se durante as entrevistas com os cafeicultores que a criação de uma associação ou de uma melhor organização, com o apoio de técnicos e agrônomos de instituições como EMATER e IAPAR, seria uma alternativa para o alcance de melhores preços na venda e na redução dos custos de produção. Com a venda direta para essa associação e o emprego de tecnologias na produção, o cafeicultor poderia separar em lotes suas safras, fazendo cafés de qualidade para agregar valor ao produto. Por outro lado, os lotes de cafés de menor qualidade seriam destinados aos compradores já contatados.

No mais, a cafeicultura é uma atividade delicada e que exige muita dedicação e engajamento por parte dos cafeicultores familiares em cada etapa da

produção, para a obtenção de um resultado e de uma renda satisfatórios. Isso porque, mesmo com todos os cuidados necessários para o trato do cafezal durante o ciclo de produção, caso o processo de secagem seja realizado de maneira inadequada, os produtores podem enfrentar sérias consequências no preço de venda com a desvalorização do produto.

O café, que proporcionou a base do desenvolvimento do espaço norte paranaense, hoje se depara com uma série de obstáculos e de possibilidades quanto ao seu cenário na economia do Paraná. Ademais, a cafeicultura familiar necessita de um olhar minucioso para que sejam realizadas políticas públicas eficazes, a fim de que essas famílias não tenham o destino prejudicado, como a procura pela sobrevivência nas moradias precárias das cidades e a prestação de serviços de reserva de mão de obra ao capital.

Além do aspecto econômico, faz-se importante compreender que o café está enraizado na cultura do Norte do Paraná. Trata-se de uma relação intrínseca observada em diversas partes desse espaço, material e imaterialmente, desde a relação do produtor com a atividade, como na experiência e no carinho despendido no trato do cafezal, às simbologias presentes na paisagem dessa parte do estado.

Enfim, considera-se este trabalho relevante para o aprofundamento do tema, tendo em vista que se permitiu entender e apresentar a situação atual dos cafeicultores familiares na MRG de Londrina, destacando-se as suas dificuldades, os desafios e as perspectivas em permanecer nessa atividade. Como dito por eles: *“Nós produz café por causa da paixão e porque somos teimoso também”* (Informação verbal).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA do IBC funcionará a partir de julho em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 15, n. 2889, 24 jun. 1961a. 1º Caderno, p. 6.

AGÊNCIA do IBC funcionará a partir de julho em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 15, n. 2889, 24 jun. 1961b. 2º Caderno, p. 8.

ANDROCIOLI FILHO, Armando. **Café Adensado**: espaçamentos e cuidados no manejo da lavoura. Londrina: IAPAR, mar. 2002. (IAPAR, Circular 121).

ANTONELLI, Diego; FERNANDES, José Carlos. Memórias talhadas no gelo: leitores que presenciaram a tragédia de 1975 contam o que viram e o que pensam hoje do episódio que marcou o Paraná. **Gazeta do Povo**, Série Geada Negra 40 anos, Caderno Vida e Cidadania, Curitiba, 17 jul. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8>. Acesso em: 22 out. 2015.

ARTIGIANI, Eduardo Lombard; ARRAES, Nilson Antonio Modesto. O estudo de estratégias de produtores rurais. *In*: XLII Congresso da SOBER, 2004, Cuiabá. Anais [...]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O095.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.

BATISTA, Ederval Everson. **A importância da cafeicultura para a permanência dos sítiantes na terra**: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda a da Limeira em Lerroville, Londrina – PR. 2010. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

BATISTA, Guilherme. Cocamar arremata bens da Corol por R\$ 13 milhões em Londrina. **Bonde**, Economia, Notícias, 12 fev. 2014. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/economia/noticias/cocamar-arremata-bens-da-corol-por-r-13-milhoes-em-londrina-310506.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

BCB (Banco Central do Brasil). Calculadora do Cidadão. **Correção de valores**. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso em: 28 dez. 2015.

BCB (Banco Central do Brasil). **Manual de Crédito Rural**: 2016. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 14 out. 2015.

BEM ORGANIZADA estrutura garante armazenamento e escoamento das safras de café do Norte do Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 21, n. 5352, 11 dez. 1969a. 2º Caderno, p. 4.

BEM ORGANIZADA estrutura garante armazenamento e escoamento das safras de café do Norte do Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 21, n. 5352, 11 dez. 1969b. 2º Caderno, p. 5.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 10 ed. Campinas: Ed. Papyrus, 2010.

BRASIL. Decreto nº 19.688, de 11 de fevereiro de 1931. Manda adquirir, por compra., o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do estoque, comprado pelo Estado de São Paulo, por força do empréstimo de *: 20.000.000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, D.F., p. 2273, 14 fev. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19688-11-fevereiro-1931-514620-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961. Cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, D.F., p. 9534, 26 out. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-79-26-outubro-1961-356026-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 2047, de 29 de outubro de 1996. Dá nova redação aos arts. 2º, 29 e 30 do Anexo I ao Decreto nº 1.757, de 22 de dezembro de 1995, e dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, D.F., ano 134, n. 211, p. 22133, 30 out. 1996. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/10/1996&totalArquivos=192>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952. Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 23 dez. 1952. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1779.htm. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. Portaria nº 20, de 24 de fevereiro de 1997. É aprovado o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Política do Café, na forma do anexo a esta Portaria. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, D.F., ano 135, n. 38, p. 3614-3615, 26 fev. 1997. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/02/1997&jornal=1&pagina=95&totalArquivos=119>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-298.

CARAMORI; Paulo Henrique *et al.* **Geada**: técnicas para proteção dos cafezais. Londrina: IAPAR, jul. 2000. (IAPAR, Circular 112).

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? *In*: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Seropédica: EDUR, 2008. p. 255-269.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999.

CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 2. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1977.

COCAMAR (Cooperativa de Cafeicultores de Maringá). Nossas unidades. **Rolândia**. Disponível em: <http://www.cocamar.com.br/unidade/rolandia>. Acesso em: 12 set. 2015.

CONAB (Companhia Nacional de Habitação). Safras, Séries Históricas das Safras, 2015, **Café Total (Arábica e Conilon)**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=30>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. Consórcio. **Apresentação do Consórcio**. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/consorcio>. Acesso em: 12 dez. 2015.

COSTA, Carolina; BESSA, Flávia. Cafés especiais do Brasil atendem às diferentes demandas mundiais. **Brazil Specialty Coffee Association**, Notícias, fev. 2014. Disponível em: <http://bsca.com.br/noticia.php?id=232>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo/Campinas: Ícone/Editora da Unicamp, 1985.

DENARDIN, Valmir. Prédio de Londrina ainda respira café. **Gazeta do Povo**, Economia, História, Curitiba, 18 jun. 2006. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/predio-de-londrina-ainda-respira-cafe-a2mz520dsdzmkw4jowsibjbd/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

DER/PR (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná). **BR-376 – Rodovia do Café**: história e curiosidades. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>. Acesso em: 11 ago. 2015.

EDIFÍCIO da agência do IBC ameaça desmoronar. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 16, n. 3228, 26 set. 1962. 1º Caderno, p. 8.

EM NOVO edifício a agência do IBC. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 16, n. 3236, p. 8, 05 out. 1962.

EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). **Projeto Café**: resumo executivo. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61>. Acesso em: 11 dez. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 113-126, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/KARINA.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, ano 21, n. 5351, 10 dez. 1969. 1º Caderno, p. 20.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, ano 28, n. 7041, 19 jul. 1975. 1º Caderno, p. 1.

FRESCA, Tânia Maria. A centralidade de Londrina - PR na rede urbana brasileira: de centro regional ao nível submetropolitano. **Geografar**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 121-145, dez. 2014. Disponível em: revistas.ufpr.br/geografar/article/download/SuppFile/37629/19907. Acesso em: 11 jan. 2015.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

GONZALES, Elbio N.; BASTOS, Maria Ines. O trabalho volante na agricultura brasileira. *In: A mão-de-obra volante na agricultura*. Departamento de Economia Rural, Faculdade de Ciências Agrônômicas, Campus de Botucatu/UNESP (Org.). São Paulo: Polis, 1982. p. 35-55.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP.IE, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. *In: FERNANDES; Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César. Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HESPANHOL, Rosangela A. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103-112, set. 2013. Disponível

em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>. Acesso em: 11 jul. 2014.

IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná). **Programa Café**. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=308>. Acesso em: 10 dez. 2015.

IBC (Instituto Brasileiro do Café). **Cafeicultura no Paraná**. [s.l.]: IBC, 1964.

IBC. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. **Cultura de café no Brasil: manual de recomendações**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1979.

IBC inaugura nova sede. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 21, n. 5351, 10 dez. 1969. 1º Caderno, p. 19.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina**. 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina**. 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1970: Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1980: Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

IBGE. **Censo Demográfico de 1970: Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico de 1980: dados distritais do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censos demográfico e econômico de 1950: censo agrícola do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal de 2006**. SIDRA. Produção Agrícola Municipal. Informações sobre culturas permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>. Acesso em: 15 mai. 2014.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Mapas. Base Física e Política. **Mesorregiões Geográficas - Paraná**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em: 10 mai. 2014.

IPARDES. **Base de Dados do Estado**. Produção agrícola. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências). Biblioteca virtual. Dados geoespaciais de referência. **Divisão político-administrativa do Paraná - 2013**.

Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=8#>. Acesso em: 30 ago. 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata).

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOPES, Sergio de Souza. **Limites e viabilidades do programa Banco da Terra: um estudo do grupo Sol Nascente - Centenário do Sul (PR)**. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014a.

LOPES, Victor. Confirmada venda da Belafoods para a JBS. **Folha de Londrina**, Londrina, 21 ago. 2014b. Caderno Folha Economia. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/economia/confirmada-venda-da-belafoods-para-a-jbs-891013.html>. Acesso em: 24 abr. 2015.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 07-37, mar. 1991.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890**. 2 ed. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. *In*: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v. 2. p. 01-18.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *In*: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v. 2. p. 19-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In*: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. *In*: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio>. Acesso em: 31.07.2013.

ORTEGA, Antonio César; JESUS, Clesio Marcelino de. **Café e território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Campinas: Alínea, 2012.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: HUCITEC/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PANORAMA. Londrina, ano 1, n. 129, 19 jul. 1975. 1º Caderno, p. 1.

PEDRO, Vânia Cristina dos Santos; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Estratégias de reprodução social dos produtores rurais da Microbacia do Córrego 1º de Maio/Timburi no Município de Presidente Prudente - SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 35, v.1, p. 60-77, jan./jul. 2013.

PELLEGRINI, Domingos. **Terra-vermelha**. São Paulo: Moderna, 1998.

PERES, Marli Candalaft Alcantara Parra; RALISCH, Ricardo; RIPOL, Cristovon Videira. Plano de desenvolvimento agrícola: a experiência de Pitangueiras, Paraná. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 30, suplemento 1, p. 1219-1226, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas//uel/index.php/semagrarias/article/view/4659>. Acesso em: 24 abr. 2015.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

RAMOS, Saulo. **Café (a poesia da terra e das enxadas)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Dulce. **A lenda do café**. [s.l.], 2007. Disponível em: http://www.barry4kids.net/LER/PDF/lenda_cafe_pt.pdf. Acesso em: 12 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SCHWARTZ, Widson. Do latifúndio para a nova capital do café: 1944-1953. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 65, n. 20002, 26 out. 2014a. Caderno Londrina 80 anos, p. 1-4.

SCHWARTZ, Widson. Ascensão política e luta pelos cursos superiores: 1954-1963. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 65, n. 20009, 02 nov. 2014b. Caderno Londrina 80 anos, p. 1-4.

SCHWARTZ, Widson. A terceira cidade do Sul busca alternativa ao café: 1964-1973. **Folha de Londrina**, Londrina, ano 65, n. 20016, 09 nov. 2014c. Caderno Londrina 80 anos, p. 1-4.

SERRA, Elpídio. A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais. *In*: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia - UEM, 2000.

SILVA, Juniele Martins. **As dimensões econômicas e simbólica/cultural dos agricultores familiares do Município de Catalão (GO)**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1978. (Coleção Ciências Sociais, Série Realidade Social).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11 (n. 2), n. 21, p. 42-61, out. 2003.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os cafeicultores da Microrregião
Geográfica de Londrina**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Entrevista com os cafeicultores da Microrregião Geográfica de Londrina

Nome da propriedade:.....

Localização (coordenada geográfica) da propriedade:

Município/Distrito:..... Distância da sede do município:.....km.

Nome do entrevistado:.....

Nome do entrevistador: Leandro Garcia Niehues

Data:/...../.....

1 - Características da propriedade:

1.1) Qual é a área total da propriedade?.....

1.2) O(a) Sr(a). é proprietário(a)? () sim () não

Caso positivo:

a) Desde quando?.....

b) A propriedade foi adquirida por: () herança () compra () outros. Qual?.....

c) Arrenda terras de outros?

() sim. Por quê? Para quê?.....

() não

d) Tem outras propriedades além dessa?

() sim. Quantas?..... Onde?..... O que cultiva?.....

() não

1.3) Qual é o tipo de solo na propriedade?

.....

1.4) Qual é a média de preço da terra/hectare nesse município/distrito? R\$.....

1.5) Em relação à infraestrutura na propriedade:

() água encanada () água de poço () água de mina

() outra forma de captação:.....

() energia elétrica () TV () antena parabólica () fogão () micro-ondas () máquina de lavar () geladeira () automóvel () moto () computador () internet () aparelho de som () outros:.....

2 - Perfil da família*

| Nome | Sexo | Idade | Parentesco | Escolaridade | Local de nascimento | Local de trabalho e função | Renda individual (nº de salários-mínimos) | Recebe Aposentadoria | Recebe bolsa-família |
|------|------|-------|------------|--------------|---------------------|----------------------------|---|----------------------|----------------------|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

*Pessoas que moram na propriedade.

2.1) O(a) senhor(a) sempre foi agricultor(a)?

() sim

() não. Quando começou nesse ramo de atividade? Por quê?.....

2.2) O(a) senhor(a) sempre morou nessa localidade?

() sim

() não. Quais foram as localidades que já viveu e os motivos da migração?

.....

3 - Relações de trabalho na cafeicultura:

3.1) Apenas para a resposta negativa no item 1.2:

Qual a sua relação de trabalho?

- () é parceiro: qual é a forma de contrato?
- () é arrendatário: qual é a forma de pagamento?.....
- () é assalariado: qual a média salarial?.....
- () outros (detalhar):.....

3.2) Aproximadamente qual a carga horária de trabalho por dia?.....

3.3) Alguém da família faz/fez curso de treinamento para se qualificar tecnologicamente?

- () sim. Onde?..... Para quê?.....
- () não

3.4) Utiliza o sistema de troca de dias de serviço ou mutirão?

- () sim. Em que tipo de trabalho e como é realizado?.....
- () não

3.5) Contrata mão de obra temporária?

- () sim. Quantas?..... Para quê?..... Quanto está a diária? R\$.....
- Tem dificuldades de encontrar mão de obra temporária?..... Por quê?.....
- () não. Por quê?.....

3.6) Tem assalariados fixos?

- () sim. Quantos?..... Residem também na propriedade? () sim () não
- Qual é o valor do salário do trabalhador rural? R\$.....
- () não

3.7. Necessita de mão de obra qualificada?

- () sim. Para que tipo de atividade?.....
- () não

4 - Uso e ocupação do solo na propriedade:

| Tipos de agricultura | Área ocupada | | Destino comercialização/ consumo próprio | | Valor médio da comercialização (caixa/kg/ton./saca) | | Período da safra |
|-------------------------------|--------------|--|--|--------------|---|----------------------|------------------|
| | Qtde de pés | | | | | | |
| CAFÉ | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Pasto | Área | | Nº de cabeças de corte | Preço/cabeça | Volume de leite/dia | Preço do leite/litro | Destino |
| | | | | | | | |
| Mata (ciliar e reserva legal) | Área | | _____ | | _____ | | _____ |
| | | | _____ | | _____ | | _____ |

4.1) Possui criação de outros animais?

() aves () suínos () ovinos () outros. Quais?.....

Qual o número de barracões ou de área e a capacidade?.....

Qual(is) a(s) razão(ões) de ter(em) optado por essa atividade?

Qual custo de investimento?

Qual a indústria vinculada e qual a relação?

5 - Em relação à atividade cafeeira:

5.1) A cultura do café na propriedade é tida como atividade: () principal () complementar

5.2) O que é possível fazer com a renda da produção de café dessa propriedade?

.....

.....

.....

5.3) Qual o papel que as outras culturas desenvolvidas na propriedade exercem na renda da propriedade?

.....

.....

.....

5.4 Qual(is) variedade(s) de café é/são cultivada(s) na propriedade e qual a forma de plantação (tradicional ou adensado)?

.....

.....

.....

5.5) Há quanto tempo essa propriedade está com o cafezal?

() menos de 10 anos () de 10 a 25 anos () de 25 anos a 35 anos () mais de 35 anos

5.6) A área dessa propriedade destinada à cafeicultura: () aumentou () diminuiu () continua igual

5.7) Desde quando o(a) sr(a) trabalha com a cafeicultura? Como era o trabalho no cafezal e o preço do café antes?

.....

.....

.....

5.8) Em relação à “Geada Negra” de 1975, o que fizeram para enfrentar tal dificuldade?

.....

.....

.....

5.9) Que tipos de maquinários/instrumentos são utilizados no cultivo de café?

() trator () soprador de folhas () esqueletadeira/podador () derriçadeira () colheitadeira
 () secador () lavador () descascador () instrumento de irrigação () pulverizador costal
 () pulverizador costal mecanizado () outros. Quais?.....

5.10) Como adquiriu essas máquinas? () financiamento () recursos próprios () outros.
 Quais?.....

5.11) É necessário adquirir novas tecnologias para melhorar a renda do produtor de café?

() Sim. Quais?.....

() Não. Por quê?.....

5.12) Recebe orientação técnica?

() sim. De quem?

() não. Por quê?.....

5.13) Faz ou já fez algum tipo de financiamento?

() sim. Para quê? () custeio () investimento. Qual banco ou programa do governo?.....

Houve alguma dificuldade em pagar o financiamento?.....

() não. Por quê?.....

5.14) Teve algum grande prejuízo na lavoura?

() sim. Quando?..... Qual motivo?.....

() não

5.15) Já recebeu algum seguro indenizatório contra perdas ocorridas por fenômenos climáticos?

() sim. Qual?..... Indenização integral ou parcial?.....

() não

5.16) Em relação aos insumos utilizados na lavoura de café:

() adubo natural () fertilizantes químicos () inseticida () herbicida () fungicida

() pesticida () calcário () outros. Quais?.....

5.17) Onde geralmente compra os equipamentos/insumos utilizados no cultivo de café?

.....

.....

5.18) Qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) enfrentada(s) para permanecer com a atividade cafeeira?

() intempéries climáticas () alto custo de produção () baixo preço de venda () oscilações

do preço () carência de políticas públicas () dificuldades em contratar mão de obra

() financiamentos não adequados () outros. Quais?.....

5.19) A propriedade possui para a secagem e armazenagem do café:

() terreiro: qual o tamanho?.....

() tulha: qual a capacidade?.....

() barracão: qual a capacidade?.....

5.20) Como é realizada a colheita de café?

- () derrixa no chão () derrixa no pano/peneira () colheita manual
 () colheita seletiva () colheita concentrada () colheita semi-mecanizada/derrixadeira
 () colheita mecanizada/colheitadeira

6 - Comercialização:

6.1) Como é feita a comercialização do café?.....

6.2) Como é comercializado o café?

- () natural ou em coco
 () cereja descascado
 () beneficiado ou verde “*sem pergaminho*”. Quem beneficia?..... Qual o custo?.....

6.3) Utiliza a técnica de venda em lotes (em cereja, verde, bóia/passa etc.):

- () sim. Por quê?.....
 () não. Por quê?.....

6.4) Quem define os preços?

6.5) Considera os preços de venda satisfatórios?

- () sim. Por quê?.....
 () não. Por quê?.....

6.6) O senhor já sofreu algum “calote” dos compradores? () sim () não

6.7) É associado à alguma cooperativa?

- () sim. Qual cooperativa e quais benefícios?.....
 () não

6.8) Quem transporta a produção? () próprio () paga frete () comprador

6.9) Tem contrato com alguma torrefadora de café?

- () sim. Quais as vantagens?.....
 () não

6.10) O(a) sr(a) participa de alguma política pública de fornecimento de alimentos?

- () sim. Qual(is) produto(s) fornece?.....
 Em qual(is) local(is) entrega:.....

6.11) Há alguma fabricação/produção artesanal que é vendida para contribuir na renda da propriedade? O(s) produto(s) é/são vendido(s) esporadicamente ou frequentemente?

.....

7 - Opiniões e perspectivas

7.1) De modo geral, o(a) sr(a) está satisfeito(a) com a atividade cafeeira? () sim () não

Por quê?.....

.....

7.2) Pretende permanecer com a cafeeicultura? () sim () não

Por quê?.....

7.3) Acredita que seus filhos ou netos irão permanecer com a cafeeicultura? () sim () não

Por quê?

7.4) É possível sobreviver somente com a cafeeicultura?

() sim. Como?.....

() não. Por quê?.....

7.5) A cafeeicultura é viável para o agricultor familiar?

() sim. Por quê?.....

() não. Por quê?.....

7.6) O que falta para melhorar ou incentivar a cafeeicultura para os agricultores familiares?

.....

Outras anotações:

.....

Autorizo Leandro Garcia Niehues, matrícula nº 201311520148, a utilizar estas informações por mim prestadas para a realização de sua pesquisa e dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com funcionário do extinto IBC

ROTEIRO DE ENTREVISTA – IBC

Nome do entrevistado:.....

Data...../...../.....

1) Histórico da Instituição:

- 1.1) Quando foi instalado o IBC em Londrina?
- 1.2) Quais eram os objetivos desse Instituto?
- 1.3) Quais eram as funções dele?
- 1.4) Como era o apoio às pesquisas? Havia campo experimental, criação de novas variedades para resistência a pragas/doenças, ganho em produtividade com essas pesquisas?
- 1.5) Os técnicos faziam extensão rural? Qual era a abrangência espacial desse tipo de serviço?
- 1.6) Além do IBC Londrina, havia em outras localidades? Qual era a função desse Instituto em relação aos outros locais?
- 1.7) Até quando o IBC atuou em Londrina? Qual foi o motivo de sua extinção?
- 1.8) Esse Instituto foi transferido para outra localidade?
- 1.9) Caso negativo, qual o órgão que atua na cafeicultura, a exemplo do Cerrado e do Sul de Minas?
- 1.10) Possui dados estatísticos da produção cafeeira no Brasil, no Norte do Paraná e na Microrregião Geográfica de Londrina?
- 1.11) Possui dados estatísticos da evolução dos preços do café da década de 1950 até a década de 1980?
- 1.12) Possui dados estatísticos das geadas no Norte do Paraná e suas respectivas porcentagens de perdas?

2) A cafeicultura no Paraná:

- 2.1) Havia apoio aos produtores, como financiamentos e linhas de crédito? Como era esse apoio ao pequeno produtor e ao grande produtor?
- 2.2) O que seria o pequeno produtor de café naquela época?
- 2.3) Havia algum tipo de seguro contra intempéries climáticas ou outro motivo que tivesse perda de produção?
- 2.4) Como os produtores (pequenos) sobreviviam quando as geadas prejudicavam a produção da safra seguinte?
- 2.5) Os pequenos produtores diversificavam a sua produção?
- 2.6) Quais os critérios que definiam os preços do café?

- 2.7) Havia variações de preços na compra/venda de café com mais qualidade?
- 2.8) De acordo com item 7 do art. 3º da lei 1779/1952, como era o controle dos preços para que fosse justo ao produtor de café?
- 2.9) O IBC comprava café dos produtores? Caso positivo, em que circunstâncias?
- 2.10) Essa compra era para formar um estoque regulador? Caso positivo, por quanto tempo permanecia nos barracões? Qual era o destino desse estoque?
- 2.11) Como era realizado o controle de produção do café?
- 2.12) A exportação do café do Norte do Paraná era destinada ao porto de Santos ou de Paranaguá?

3) Políticas cafeeiras do IBC/GERCA:

- 3.1) Com as geadas sucessivas, qual foi a política do IBC no Paraná?
- 3.2) No período do IBC/GERCA, como era essa ação junto aos cafeicultores?
- 3.3) O que recomendava? Havia orientação para melhorar a qualidade do produto, mudar os tratamentos culturais e/ou diversificar as atividades? Para este último, que tipo de recomendação/orientação foi dada?
- 3.4) Quais dificuldades os produtores estavam enfrentando entre o período do IBC/GERCA e a geada de 1975?
- 3.5) Quais foram os resultados positivos/negativos da política adotada pelo IBC/GERCA no período?
- 3.6) Qual era a intenção do IBC para a cafeicultura da região de Londrina (Norte Novo)?
- 3.7) Por que o café não “se deu bem” no Noroeste e no Oeste do Paraná? Foi somente devido ao solo?
- 3.8) Por que “permaneceu” o café no Norte Pioneiro?
- 3.9) O que aconteceu com o café que estava em estoque na época de extinção do IBC?

4) Opiniões:

- 4.1) Poderia traçar o perfil do pequeno produtor de café da época que atuou no IBC?
- 4.2) Qual era o percentual do pequeno produtor? A maioria trabalhava como meeiro?
- 4.3) O sr. ainda acompanha a cafeicultura hoje? Qual sua opinião a respeito da realidade que enfrenta o cafeicultor e quais as perspectivas da cafeicultura para o pequeno produtor?
- 4.4) Qual a sua opinião sobre a política atual para a cafeicultura?
- 4.5) Como analisa a tendência de produzir café gourmet? O produtor familiar tem condições de sustentabilidade econômica?
- 4.6) Quais tipos de processos judiciais ainda estão ocorrendo com o IBC?

APÊNDICE C – Marcos simbólicos ao café presentes na Microrregião Geográfica de Londrina

Hotel Sumatra – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Hotel Bourbon – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Catuaí Shopping Center – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Portão de entrada do Estádio do Café – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Cine Teatro Ouro Verde – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Museu do Café – Ibiporã (PR)



Fonte: o próprio autor

Sede da extinta Agência Regional do IBC (1969-1990) – Londrina (PR)



* Atualmente sede da Justiça Federal de Londrina

Fonte: Pozzobon (2006, p. 179)

Antigos armazéns do IBC na Avenida do Café – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Antigos armazéns do IBC junto ao ramal ferroviário desativado – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Placa de identificação da Avenida do Café – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Companhia Cacique de Café Solúvel – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Café Itamaraty – Rolândia (PR)



Fonte: o próprio autor

Ponte sobre o Ribeirão Cafezal na Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Ribeirão Cafezal – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Bairro Cafezal – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Edifício América (ao fundo) – Londrina (PR)



Fonte: o próprio autor

Portal de entrada de Cambé pela Rodovia Melo Peixoto (BR-369) – Cambé (PR)



Fonte: o próprio autor

Brasão do Londrina Esporte Clube



Fonte: Google Images

Logotipo da Rota do Café



Fonte: Google Images

Brasão do Município de Londrina



Fonte: Google Images

Brasão do Município de Cambé



Fonte: Google Images

Brasão do Município de Ibiporã



Fonte: Google Images

Brasão do Município de Rolândia



Fonte: Google Images

Brasão do Município de Pitangueiras



Fonte: Google Images

ANEXOS

ANEXO A – Manchetes dos principais jornais de Londrina referentes à “Geada Negra” de 1975

FOLHA DE LONDRINA
O JORNAL DO PARANÁ
Londrina, sábado, 19 de julho de 1975. Diretor-proprietário: João Milanez. Ano 1 n. 7041. Domingo: Cr\$ 2,00. Tarde e sábado: Cr\$ 1,00. Hoje, 28 páginas.

Não sobrou um único pé de café

Um único pé de café sobreviveu no Paraná. A foto decretou o fim da cafeicultura no Paraná. A maioria dos cafeicultores está de luto. Nunca houve uma geada tão forte. O café está totalmente destruído. A noite pelo governador Jaime Conet ao arrosado. A declaração é do presidente da Sociedade Rural do Paraná, Manoel Garcia da Cd. Esperanças que podiam parecer, as afirmações refletem a realidade. A reportagem da FOLHA, que também sobreviveu a região durante 6 horas, ontem, e percorreu em terra, através de seus correspondentes na área cafeeira, pôde observar que os prejuízos para a cafeicultura foram totais. Não se vislumbrou um único pé de café verde. Pelo contrário, todos estavam marrons, estorcidos, e quem sobreviveu, em alguns pontos, poderia ser uma extensa maralha cobrindo tudo.



Gelo sobre o trigo, em Maringá



Os cafezais amanheceram marrons

Ministro da Indústria e Comércio e presidente do IBC hoje em Londrina

O ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, chegou hoje à cidade em Londrina, para verificar in loco e se informar sobre o prejuízo causado pela geada que atingiu os cafezais do Paraná. Vem em sua companhia o presidente do IBC, Camilo Calazans de Magalhães, e o presidente do GERCA, José de Paula Motta. O desembarque será no aeroporto, onde os aguarda o governador Jaime Conet, que desde ontem se encontra na região. Logo a seguir o ministro, o presidente do IBC e demais acompanhantes serão conduzidos pelo governador à sede daquele órgão, onde se realizará um primeiro diálogo do sr. Severo Gomes com os líderes cafeeiros e com agrônomos do IBC, que já têm um levantamento preliminar sobre os danos causados pela geada. A seguir as autoridades sobrevoarão os cafezais, que a essa altura já estarão completamente marrons e começando a perder as folhas. As 9 horas o governador Jaime Conet já estará no aeroporto, quando dará entrevista coletiva à imprensa sobre o que lhe foi dado observar ontem, em seus contatos com os cafeicultores, em diferentes cidades da região, e também sobre o que viu ao sobrevoar a área atingida. S. exa. ontem também visitou, em terra, sua fazenda de café em Belo Vista, e sentiu de perto a violência da geada sobre a planta.

GEISEL TOMA PROVIDÊNCIAS RAPIDAS NO RIO

O presidente Ernesto Geisel suspendeu a viagem que teria ontem ao Nordeste, viajando para o Rio. Ali, reuniu-se com a diretoria da Rede Ferroviária e altas autoridades, tomando decisões rápidas para evitar novos desastres na Central do Brasil, onde anteontem houve novo desastre de trem. Nota oficial da Rede diz que foram onze os mortos no desastre, e 372 os feridos. - PAG. 13

Pedido Proagro para todos

Os produtores de trigo da região de Campo Mourão solicitarão ao governador Jaime Conet que interja no sentido de conseguir os benefícios do Proagro, também para aqueles que não tiveram acesso aos pontos estabelecidos para o crédito. Justificaram o pedido afirmando o risco que corre a produção de trigo devido ao atraso das inscrições bancárias para faz, que só chegaram em abril, quando a maior parte do trigo já havia sido plantado. Na região de Campo Mourão, quase totalmente tomada pelo trigo, os prejuízos podem chegar a 70 por cento, em decorrência do frio e do vento. **RETE ESTOQUES EM MARINGÁ** Enquanto grande parte dos cafeicultores da área de Maringá

EUA mandando comprar café

Os norte-americanos, aproveitando-se da tragédia sobre os cafezais do Paraná, já estão mandando que seus representantes no Brasil comprem o máximo possível de café, e já anteciparam o preço que o governo brasileiro ofereceu para outubro. Cr\$ 500 a saca. Ontem mesmo, para citar apenas um exemplo, a firma Leon Israel comprou da firma J. Marino, de Cotanduba, 1.000 sacas de café por aquele preço. E eram cafés da safra nova paulista. Ontem, nas Bolsas de Londres e Nova York, o mercado de café fechou com 1.369 pontos de alta, ocorrência que não ocorre há muitos anos. A alta refere-se aos contratos do tipo "C". O mesmo deve ocorrer com os contratos que atingiram os melhores preços. **PAGE 2 e 8.**



Canet em Londrina



Canet em Umuarama

Catástrofe do século, em Recife **Morreu Juarez Távora**
PAG. 13 PAG. 13

Fonte: FOLHA DE LONDRINA (1975)

PANORAMA

Londrina, sábado 19 de julho de 1975 ANO I - Número 129 - C\$ 2,00

VENDA PROIBIDA
Exemplar de Assinantes

FOI A PIOR GEADA

Desta vez não há vozes discordantes na avaliação dos prejuízos que a cafeicultura irá sofrer: as geadas queimaram todos os cafezais paranaenses. Não escapou uma só lavoura.

·Páginas 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 20

Café, tudo queimado.



Ao longo da história, o café era ainda a principal riqueza do Paraná. Desde então, é um produto secundário. O silo de café terminou.

Luzi Paetz



TRIGO, AINDA UMA ESPERANÇA PASTAGENS, A SECA DESOLAÇÃO

Os técnicos ainda estão tentando salvar o trigo.

O gelo se foi. Agora, só capim seco para o gado.



Canet: em 76 não teremos café

Além disso, não procuramos ainda transição satisfatória aos subsídios. O governador Jayme Canet afirmou que não há solução para a situação e alertando a região. Ele afirma a tragédia. Página 3.



Hoje, o ministro Severo Gomes

O governador já viu de perto os efeitos das geadas. Hoje vai o ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, e o presidente do IAC, Cássio Calazans. Ele não tenta salvar a colheita. Página 3.



Baggio: a cafeicultura acabou

Considerando um dos mais experientes e antigos líderes da cafeicultura, Wilson Baggio é um homem de opinião respeitável. "A agonia dos produtores acabou. O café levou o dia de hoje." Página 4.

As temperaturas das geadas

Na madrugada de ontem foram registradas as temperaturas mais baixas dos últimos 20 anos.

| | | | |
|-------------|-----|---------------|------|
| Londrina | 3,0 | Campo Mourão | 4,0 |
| Apucarana | 4,0 | Carvedo | 5,0 |
| Maringá | 3,8 | Foz de Iguaçu | -1,0 |
| Paranaguá | 2,0 | Pato Branco | 11,0 |
| Imaculada | 2,9 | Poreciro | 2,0 |
| Jacaranduba | 0,0 | Souza | 2,0 |

Já está ao seu dispor nossa nova agência em

Curitiba (Universidade)
Rua XV, 555

Seja bem-vindo.



BANCO DO ESTADO DO PARANÁ